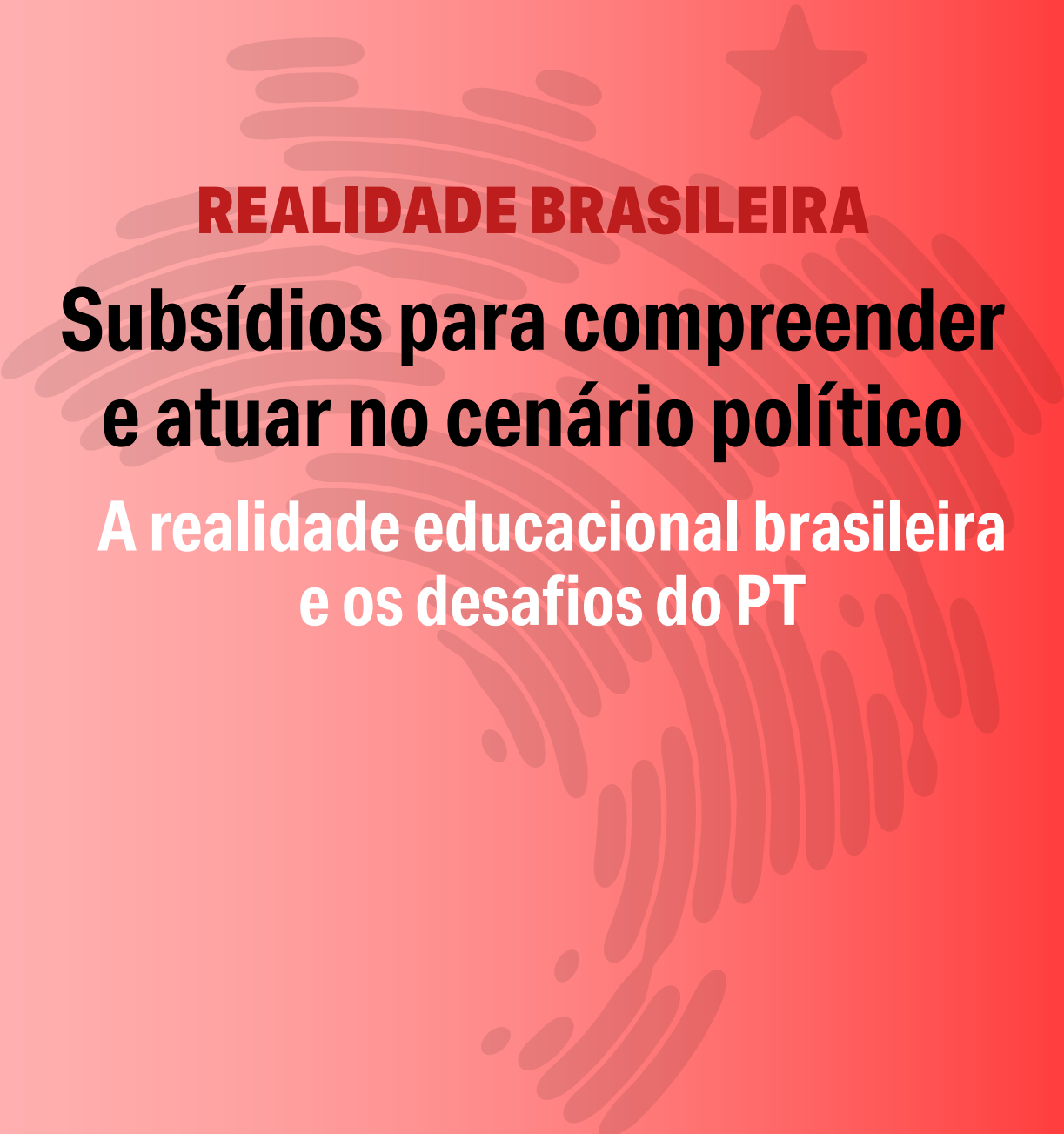




REALIDADE BRASILEIRA

Subsídios para compreender e atuar no cenário político

**A realidade educacional brasileira
e os desafios do PT**



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



EXPEDIENTE

Paulo Tarciso Okamoto: Presidente
Brenno Almeida: Vice-presidente

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Torres.

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Teresa Leitão
Senadora da República
Coordenadora Nacional do Setorial de Educação

Painelistas

Ministra Macaé Evaristo
Márcio Pochmann
Luiz Cláudio Costa
Luiz Fernandes Dourado
Vanda Santana
Gueda Andrade
Andréa Gouveia
Nelson Cardoso Amaral
Carlos Eduardo Moreno Sampaio
Binho Marques
Clélia Mara
Selma Rocha
Heleno Araujo
Carlos Abicalil
Helder Nogueira
Denise Soares
Gregório Grisa
Ray Kennedy
Márcia Abreu
Marta Vanelli
Teresa Leitão

Relatoria

Olga Freitas
Andressa Caprecci
Mariene Pantoja
Elcivan França
José Thadeu

Mediação

Phelipe Brito
Lucas Piaia
Bruna Matos
Celi Taffarel
Florentino Junior
Andressa Caprecci

Comissão técnica

Assessoria técnica
Andressa Caprecci
Ana Flávia Marx
Carlos Abicalil

Assessoria de evento

Gabriela Miranda
Roberta Coimbra
Mirian Martins

Edição do texto

Tânia Caliari

Registro fotográfico

Sérgio Silva

Projeto gráfico e diagramação

Gladson Targa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4

ABERTURA: COMO NASCEU O SEMINÁRIO 6

EIXO 1 9

Os desafios diante das transformações sociais e culturais no Brasil e da nova geopolítica

EIXO 2 14

Interfaces da educação com a comunicação digital, a IA, as novas tecnologias e a gestão democrática

EIXO 3 31

A cobiça privada sobre o fundo público, modelos de gestão e sistemas de avaliação nacional

EIXO 4 44

Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional, as capacidades de coordenação política e normatização nacional

EIXO 5 62

Balanço, desafios e atualização dos 13 pontos prioritários da educação no PAG 2022

EIXO 6 83

Organização setorial no Partido dos Trabalhadores, Eleições 2026, Federação Brasil da Esperança e Frente Ampla Democrática



APRESENTAÇÃO



Foto: Sérgio Silva

Reflexões necessárias sobre os desafios da educação para a transformação social

A coleção de cadernos com subsídios sobre *A realidade brasileira e os desafios do PT* faz parte dos esforços do Partido dos Trabalhadores e da Fundação Perseu Abramo (FPA) para a formação política de sua militância, dirigentes e gestores, ao fornecer um conjunto de ideias para o debate e elaboração de políticas públicas sobre temas relevantes e contemporâneos que desafiam a sociedade brasileira.

Este caderno reúne as discussões do semi-

nário *A realidade educacional brasileira e os desafios do PT*, realizado entre 29 e 31 de março de 2025, em Brasília, em parceria com a Comissão de Assuntos Educacionais do PT (CAED). O evento reuniu profissionais da educação, especialistas, parlamentares e lideranças partidárias que compartilharam seus conhecimentos e reflexões sobre diferentes aspectos da dinâmica educacional, em busca de preparar a militância petista para os desafios da construção de uma educa-

ção pública, democrática e transformadora frente aos avanços do projeto da extrema direita.

Sob a recepção de Brenno Almeida, vice-presidente da FPA, o Seminário teve em sua mesa de abertura a participação do presidente da Fundação, Paulo Okamoto, e da senadora pelo PT de Pernambuco e coordenadora nacional da CAED, Teresa Leitão.

Sobre os desafios da educação brasileira, destaco a necessidade de convencer as pessoas sobre a importância de um projeto democrático para o país. Ao ouvirmos Paulo Freire, observamos que ele valoriza muito a democracia. Nós ainda não temos um país e uma cultura verdadeiramente democrática. Como partido político, se quisermos realmente promover uma transformação, precisamos fazer com que as pessoas sintam a necessidade da democracia na prática e fiquem inconformadas com as injustiças que acontecem todos os dias.

Para dialogar com esses objetivos, realizamos o seminário que foi estruturado por eixos. O primeiro foi sobre *Desafios diante das transformações sociais e culturais e reuniu a ministra dos Direitos Humanos*, com Macaé Evaristo, e o economista e presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Márcio Pochmann, que também presidiu a Fundação Perseu Abramo de 2012 a 2020. A mediação foi de Phelipe Brito, coordenador do Coletivo Nacional de jovens negros e negras (Enegrecer) e da CAED. A relatoria foi realizada pela professora Olga Freitas.

Sob o tema *Interfaces da Educação com a comunicação digital, a IA, as novas tecnologias e a gestão democrática*, o Eixo 2 teve a participação do professor doutor Luiz Cláudio Costa, reitor do Centro Universitário IESB; o doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor titular emérito da Universidade Federal de Goiás Luiz Fernandes Dourado; a professora de História da rede estadual do Paraná e secretária educacional do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná Vanda Bandeira Santana. A mediação foi do professor da rede pública e deputado

estadual no Mato Grosso Henrique Lopes do Nascimento, e a relatoria, de Andressa Capreci, educadora, pedagoga, mestra em Ciências da Comunicação e assessora no Núcleo de Apoio a Políticas Públicas da FPA.

O Eixo 3, *A cobiça privada sobre o fundo público, modelos de gestão e sistemas de avaliação nacional*, teve como expositores o professor aposentado da Universidade Federal de Goiás Nelson Cardoso Amaral; a pedagoga, doutora em Educação e professora da Universidade Federal do Paraná Andrea Gouveia; a mestra em Políticas Educacionais e secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) Guelda Andrade; e o doutor em Educação e presidente substituto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Carlos Moreno. O debate foi mediado por Lucas Piaia, coordenador de Formação Política da FPA, e a relatoria foi de Mariene Pantoja.

O Eixo 4, *A tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional e as disputas políticas e institucionais que envolvem sua elaboração e aprovação*, contou com a participação do educador e político Binho Marques, ex-governador do Acre (2007–2010); de Clélia Mara, diretora de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola do MEC; da historiadora Selma Rocha, diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino, Planos Decenais e Valorização dos Profissionais da Educação no MEC; e de Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O debate foi mediado pela economista Bruna Matos, da Comissão Nacional de Educação do PT, e teve Elcivan Gonçalves como relator.

O Eixo 5, propondo a *Atualização dos 13 pontos prioritários do programa de governo de 2022 na área da educação*, contou com os expositores Carlos Abicalil, secretário parlamentar e chefe de gabinete da senadora Teresa Leitão; Helder Nogueira, secretário-executivo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará; Denise

Soares, integrante da coordenação nacional da CAED e do NAPP Educação (FPA); Gregório Grisa, secretário-executivo adjunto do MEC, e Ray Kennedy, professor da rede pública do Ceará. A professora Celi Taffarel fez a mediação do debate, e a relatoria ficou a cargo de José Thadeu, membro da Coordenação Nacional da CAED.

O Eixo 6, o último do seminário, debateu a *Organização setorial do Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2026, a Federação Brasil da Esperança e a Frente Ampla Democrática*, com a participação de Márcia Abreu, pedagoga e coordenadora de Administração e Finanças da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), que representou o Núcleo de Educação e Cultura da Bancada do PT no Congresso Nacional; da professora Marta Vanelli, representando a coordenação do NAPP Educação

(FPA); e da senadora Teresa Leitão. A mediação foi feita por Florentino Júnior, diretor de Políticas Públicas Transversais de Juventude.

O seminário contou com a colaboração de educadores, militantes, políticos e gestores de todo o Brasil interessados na pauta da Educação e nas iniciativas do PT na formulação e execução de políticas públicas para essa área imprescindível para aprofundar a democracia e como pilar forte do crescimento e desenvolvimento do nosso país.

Apresentamos, a seguir, artigos com a síntese das apresentações e textos elaborados a partir das falas dos participantes.

Bom estudo e boa luta,

Um abraço,

Paulo Okamoto

Presidente da Fundação Perseu Abramo ■

COMO NASCEU O SEMINÁRIO?



"A educação que defendemos é de gênese emancipadora e libertadora, do batismo de Paulo Freire, crítica, ousada e mobilizadora de afetos e de posições políticas."

Teresa Leitão
Coordenadora Nacional do Setorial de Educação
Senadora da República PT-PE

Este seminário não foi o primeiro que a Comissão de Assuntos Educacionais do PT (CAED) realizou, mas foi o primeiro com esta dimensão. Sempre fizemos reuniões e plenárias com uma certa periodicidade. Durante a pandemia, fizemos um seminário em parceria com o Núcleo de Educação do PT no Congresso Nacional. Um seminário avaliativo da política educacional da última década, um seminário de muita qualidade que gerou uma publicação e-book com os textos produzidos pelos expositores.

Ficamos querendo avançar em um outro seminário que, ao analisar a realidade brasileira, nos lançasse pistas para percorrer os desafios da educação. Porém, a realização de eventos pelos setoriais não é tão fácil como nas secretarias, por conta da questão financeira. Então essa questão pragmática nos provocou a pensar em uma parceria que pudesse nos aliar ao fazer pedagógico da formação e da reflexão, o que nos levou a procurar a Fundação Perseu Abramo e sermos plenamente acolhidos como parceiros.

Destaco que essa forma de atuação articulada da CAED, através da FPA, pode nos levar a abordagens mais integradas com outras áreas de militância e de formulação do PT. Vou me referir às três secretarias do PT aqui presentes como exemplo: Secretaria Nacional de Cultura, Secretaria Nacional da Mulheres e Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Educação e Cultura, duas políticas públicas que se afirmam em identidade e que precisam se complementar organicamente. Educação e mulheres, na construção de uma educação não sexista. Educação antirracista, com a prática da Lei 10.339 e outras ações nas escolas. A atuação da CAED pode contribuir muito nas atribuições e finalidades de outras secretarias e outros setoriais, articulando e formulando políticas de intervenção no PT. Neste sentido, o Setorial da Educação/CAED não é um fim em si próprio, mesmo porque a educação não é um fim em si própria. Na hora em que Paulo Freire diz que educação é um ato político, ela se expressa em escolhas, em posições, em modos de ser, na organização curricular, no formato da escola, na democratização da gestão. Ela se revela no projeto, é isto e não aquilo.

A CAED tem essa consciência desde o início da sua criação, antes mesmo dos setoriais. Éramos a Comissão para Assuntos Educacionais, sempre se reconhecendo como uma organização do PT e como um espaço de debate e formulação da educação do nosso país. Mantivemos essa denominação como memória afetiva, mas estamos na transição de nomenclatura para Setorial de Educação, vinculado à Secretaria de Movimentos Populares.

Os nossos desafios como educadores e educadoras se reafirmam a cada momento da conjuntura, porém a defesa da educação como direito de todos e de todas é a centralidade da nossa atuação. Fazer da educação uma prioridade não apenas nossa, mas de toda sociedade, começando pela comunidade escolar,

aqueles que estão no entorno da escola, e termos a adesão de amplos setores sociais.

Buscar e construir alianças requer profissionais da educação conscientes do seu papel político e da função estratégica da escola. Disputar posições, corações e mentes para o nosso projeto. Fazer isto em campanhas eleitorais com candidaturas de educadores e fazer isso nas lutas e nas pautas sociais, com engajamento e participação militante.

Construir essa estratégia com professores e professoras exercendo a sua profissão em condições materiais e objetivas limitadas em estrutura, em material didático e em valorização profissional, aumenta a nossa responsabilidade e o nosso compromisso. Essas são pautas caras à CAED que precisam ser tratadas por nossas gestões, inclusive a pauta da nova e cruel realidade do adoecimento mental entre os educadores. A CAED não quer e nem pode fugir desta realidade. Precisamos ajudar nossos militantes e dirigentes do PT que se organizam na educação a refletir, formular e agir na perspectiva do enfrentamento e da superação desses limites.

Por isso o tema do seminário se vincula à realidade brasileira, que vem sendo analisada pela FPA e socializada com o PT, desde o Seminário Nacional do partido. No nosso caso, o foco é como está a realidade educacional brasileira, avaliação e leitura que faremos a vários olhos, a várias mãos, com vários enfoques para alcançar, como dois últimos objetivos deste seminário, a reflexão e a ação que se relacionam conosco como setorial de educação.

Proponho que respondamos uma indagação inicial: onde está a CAED? Respondo com outra pergunta: onde estão os petistas da educação? Estamos nas escolas, nas universidades públicas e privadas, nas salas de aula como estudantes, nas diversas funções de gestão educacional em todos os níveis, no movimento estudantil, nos sindicatos, nas casas legislativas.

ca e normatizações nacionais, a cobiça privada sobre o Fundo Público Ampliado, o modelo de gestão e o sistema de avaliação nacional, dentre outros pontos. E o sexto objetivo, que diz respeito à forma de organização do setorial da educação para o fortalecimento do PT.

Para tanto, chamo atenção para os dois objetivos finais do seminário, o quinto e o sexto. O quinto objetivo nos levará a revisar os 13 pontos do programa de governo para educação de 2022, frente ao debate do Plano Nacional de Educação que ora tramita no Congresso Nacional, bem como as relações e competências federativas, a capacidade de coordenação políti-

EIXO 1

**Os desafios diante das
transformações sociais e culturais
no Brasil e da nova geopolítica**



EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS: CONVITE À REFLEXÃO SOBRE A POTÊNCIA DOS DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NA PRODUÇÃO DE UM FUTURO COLETIVO



Foto: Sérgio Silva

“Vidas historicamente vulnerabilizadas nos alertam sobre a necessidade de que a justiça climática seja o centro de um novo paradigma existencial.”

Macaé Maria Evaristo dos Santos
Professora, assistente social, política e
ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

O enfrentamento da crise climática é indissociável da proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, especialmente indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o

Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), 80% das áreas indígenas possuem bosques e, pelo menos, 45% dos bosques intactos da bacia amazônica são territórios indígenas. Mesmo que ocupem 28% dos territórios, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais

emitiram somente 2,6% das emissões brutas de carbono da região. Entre 2000 e 2016, a redução de florestas nas áreas indígenas foi de apenas 4,5%, enquanto nas áreas não indígenas foi de 11,2%¹.

Assim, é seguro reafirmar que a defesa de defensoras e defensores de direitos humanos, principalmente indígenas e quilombolas, é garantir uma ação concreta de reversão da emergência climática. No entanto, a intensificação de proteção desses defensores ainda deve ser uma prioridade. A Relatora para defensores da ONU indicou que os defensores sob maior risco no Brasil seguem sendo, justamente, quilombolas e indígenas².

Violência contra defensores de direitos humanos e ambientais

O relatório das organizações Justiça Global e Terra de Direitos Na linha de Frente indicou que, a cada mês, aproximadamente duas pessoas são assassinadas por defenderem direitos humanos no Brasil. Foram mapeados 486 casos de violência contra defensores no país, envolvendo 1657 defensoras e defensores que sofreram violência desde 2019. No entanto, o ano de 2024 foi o de menor incidência de episódios violentos contra esses agentes dos direitos humanos, sinal de que o investimento na política também vem assegurando maior proteção. A região Norte aparece no estudo como

a mais violenta do país para os defensores, com 34,4% dos casos, seguida pelo Nordeste, com 23%. O Pará, especificamente, foi o estado mais violento, com 103 casos, seguido pelo Mato Grosso do Sul, com 49. Foram 326 casos que ocorreram em áreas rurais (67,1% do total), sendo que a maioria das vítimas dos assassinatos são negras (36.4%) e indígenas (34.5%) e homens (80%)³.

Para o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania é muito patente: lutar contra a emergência climática, o uso predatório da natureza e contra o ponto de não retorno em relação às mudanças do clima é também fortalecer a luta pela proteção de indígenas e outros povos e comunidades tradicionais. É preciso proteger os “guardiões da floresta”⁴ e para isso é necessário assegurar a participação dos diretamente afetados na construção das políticas de proteção.

É por este motivo que, ao longo do ano de 2024, com a missão de aprimorar o Programa Nacional de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania cumpriu uma série de oitivas e consultas públicas a fim de subsidiar os trabalhos do Grupo Técnico de Trabalho Sales Pimenta⁵ para elaboração do Plano Nacional de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.

1 ONU; FILAC. Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques. Una oportunidad para la acción climática en Latina América y el Caribe, 2021, Disponível em [Novo relatório da ONU: povos indígenas e comunidades tradicionais são os melhores guardiões das florestas da América Latina e do Caribe | As Nações Unidas no Brasil](#)

2 ONU. No Brasil, impunidade e interesses econômicos matam defensores de direitos humanos, 2024. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/266511-no-brasil-impunidade-e-interesses-econ%C3%B4micos-matam-defensores-de-direitos-humanos>

3 Justiça Global; Terra de Direitos na Linha de Frente — Violência contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil (2023–2024), 2025. Disponível em <https://www.global.org.br/blog/na-linha-de-frente-2022-2024/>

4 Justiça Global; Terra de Direitos na Linha de Frente — Violência contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil (2023–2024), 2025. Disponível em <https://www.global.org.br/blog/na-linha-de-frente-2022-2024/> Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/os-guardioes-da-floresta>

5 Gabriel Sales Pimenta foi assassinado em 1982. Defensor de direitos humanos de origem mineira, advogava por movimentos sociais em conflitos no campo, no sudeste do estado do Pará. A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pelo assassinato do defensor em 2022. O Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 11.562, de 13 de junho de 2023, é fruto não só da decisão da Corte Interamericana, mas também de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), em janeiro de 2017, requisitando que a União elaborasse um Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Ouvimos em uma audiência pública em São Paulo uma declaração que chamou a atenção de todos e está documentada nos arquivos públicos do governo brasileiro: “Quem defende os direitos humanos, hoje, tem medo. Se você abrir a boca, você pode ser o próximo a ser silenciado”⁶. Dados oficiais dão conta de que cerca de 1.414 pessoas⁷ estão sob proteção do Estado brasileiro por lutarem pelo direito à vida e ao meio ambiente. A maior parte dos defensores assistidos é composta por representantes de povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas (50%), está envolvida em conflitos no campo (71%) e muitos têm a luta pelo direito à terra como principal militância (30%).

Grupos vulnerabilizados são os que mais sofrem com eventos climáticos extremos

Quando vidas estão ameaçadas por lutarem a favor de seus territórios e do bem comum, passamos a compreender que já ultrapassamos o limite do razoável. Enquanto as estatísticas afirmam que a mudança climática é uma realidade avassaladora, vidas historicamente vulnerabilizadas nos alertam sobre a necessidade de que a justiça climática socialmente justa seja o centro de um novo paradigma existencial.

No entanto, tendo em vista as estruturas de desigualdade, também são esses mesmos grupos que sofrem os maiores impactos em momentos em que se vive eventos extremos climáticos. Um exemplo são as enchentes do Rio Grande do Sul. Um relatório da organização Anistia Internacional indica que, segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), 145 comunidades tiveram danos diretos das



cheias, totalizando 17.552 pessoas quilombolas atingidas. Segundo um levantamento feito pelo próprio governo do Rio Grande do Sul, citado no mesmo relatório, 100% das comunidades quilombolas tiveram danos à sua subsistência. A mesma pesquisa deu conta de que os povos indígenas foram duramente afetados com as inundações de 2023 e 2024 no estado. Os quatro povos oficialmente reconhecidos (Charrua, Guarani, Kaingang e Xokleng), com mais de 36 mil pessoas espalhadas por 72 municípios, tiveram, ao menos, 70% de seus territórios atingidos pelas cheias, reverberando na afetação de 90 comunidades e 8 mil famílias, que somam cerca de 30 mil pessoas⁸.

Assim, preservar os direitos de povos indígenas e quilombolas é assegurar um futuro seguro para o planeta. Essa perspectiva vem sendo confirmada inclusive no campo norma-

6 MDHC. Audiência pública em SP acolhe demandas da sociedade e inaugura nova fase para reformulação da política de proteção a defensores de direitos, 2024, Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/audiencia-publica-em-sp-acolhe-demandas-da-sociedade-e-inaugura-nova-fase-para-reformulacao-da-politica-de-protecao-a-defensores-de-direitos>

7 MDHC, Observa DH, s.d. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>

8 AIB, Quando a água toma tudo- Impactos das Cheias no Rio Grande do Sul, 2025, Disponível em <https://anistia.org.br/informe/anistia-internacional-lanca-relatorio-sobre-enchentes-no-rio-grande-do-sul>

tivo internacional. Em 2022, a Organização das Nações Unidas emitiu uma resolução na qual classifica o direito ambiental como um direito humano fundamental. Essa classificação traz um alerta para todos nós e passa uma mensagem importante que reforça, em meio às mudanças climáticas e necessidade de transição, que somos parte integrante da natureza.

Dano ao meio ambiente impede a plenitude do direito à vida

No mesmo sentido, a Opinião Consultiva 23, emitida este ano pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, determina a indivisibilidade e interdependência da proteção do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos, que, inclusive, não podem ser desfrutados em sua plenitude a cada efeito adverso climático. Dentre os direitos violados estão o próprio direito à vida e à integridade física. Igualmente, o documento aponta que a vulnerabilidade dos povos indígenas às mudanças e ao extremo climático estão também correlacionados à relação espiritual e cultural dessas comunidades com seus territórios. Ao fim, é importante reforçar o que foi definido por esta Opinião Consultiva como uma nova forma de dano, que é o dano significativo, que ocorre toda e cada vez que um dano ao meio ambiente impede que se exerça em plenitude o direito à vida e à integridade física.

Assim, proteger os defensores de direitos humanos, especialmente quilombolas, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, que são a principal defesa de nossos biomas, é o primeiro e um dos mais importantes passos para assegurar um meio ambiente seguro e, por conseguinte, os direitos humanos de todos.

Essa conexão também é reforçada pelo próprio Acordo de Escazú, pactuado em 2018 na Costa Rica, pelo qual os governos da América Latina e Caribe acertaram entre si uma série de linhas fundamentais de ação: transparência ambiental, acesso à participação e à justiça, e proteção aos defensores ambientais. Este importante avanço na pauta está aguardando aprovação do Congresso Nacional desde 2023⁹.

Este é o ano da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, em Belém, capital do mesmo estado em que Sales Pimenta perdeu sua vida na luta e que, ainda hoje, é um dos que oferece maior risco para defensores ambientais e de direitos humanos. O protagonismo da sociedade civil na construção de políticas públicas eficazes e justas no campo climático, com arranjos que possam vencer o racismo ambiental e o ônus desproporcional que vem sendo pago por aqueles que mais protegem o meio ambiente, é o principal vetor de fortalecimento da nossa democracia e da luta por justiça social.

Temos a oportunidade histórica de inverter a lógica da exploração predatória da natureza e seus povos em favor da política em sua concepção mais digna e comprometida com a emancipação de toda a população global.

Não existe nada mais atual do que a luta contra as desigualdades sociais e em favor da agenda de emergência climática, fundada na perspectiva dos povos que nos mostram que o modelo baseado na exploração predatória da natureza nos leva, a cada dia, para mais perto do ponto de não retorno. Somente a luta coletiva é capaz de produzir um futuro plural, diverso e com garantia dos direitos humanos das gerações futuras.

9 Transparência Internacional. Acordo de Escazú, s.d., Disponível em <https://transparenciainternacional.org.br/acordo-de-escazu/#:~:text=Escaz%C3%BA%20%C3%A9%20um%20esfor%C3%A7o%20coletivo,as%20pr%C3%A1ticas%20de%20corrup%C3%A7%C3%A3o%20associadas>.

EIXO 2

**Interfaces da educação com a
comunicação digital, a IA, as novas
tecnologias e a gestão democrática**



INTRODUÇÃO



Andressa Caprecci
Relatora do painel

Foto: Sérgio Silva

O advento das tecnologias digitais tem provocado mudanças estruturais em nossa sociedade, promovendo transformações profundas no jeito de agir, sentir e se relacionar do ser humano. Dessa maneira, estudantes e educadores vivenciam essa reestruturação de sentidos e levam esse novo jeito de se relacionar com o mundo para dentro das sala de aula.

A cada novidade que o mercado das tecnologias educacionais apresenta, mais cedo ou mais

tarde, os desafios e as demandas se estreitam. O que faz uma escola lidar com questões e vivências digitais não é a introdução de dispositivos na escola, mas a vivência contemporânea dos alunos e educadores neste tempo tão complexo que vivemos. Por isso, discutir sobre educação digital responsável e reflexiva é urgente.

Este Eixo do seminário apresentou as reflexões dos participantes sobre as interfaces entre a ação educativa e os avanços tecnoló-

gicos no contexto da comunicação digital, da inteligência artificial, das redes sociais e das plataformas pedagógicas. Foram discutidos os impactos dessas transformações na realidade educacional, considerando tanto as potencialidades quanto os desafios que emergem desse novo cenário. Além disso, buscou-se refletir sobre os novos caminhos para a promoção de uma gestão democrática e participativa nos espaços educacionais, reconhecendo que o

uso das tecnologias pode tanto ampliar quanto restringir a autonomia e a inclusão.

Ao articular tais temas, o painel buscou promover uma reflexão coletiva sobre os rumos da educação contemporânea, destacando a importância de se entender que as tecnologias digitais, mais do que ferramentas operacionais, promovem uma mudança social significativa. ■

A REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

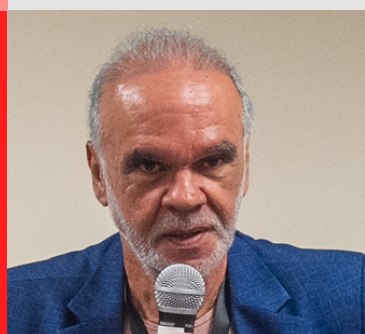


Foto: Sérgio Silva

“Não se trata de recusar a IA, ao contrário, trata-se de compreendê-la profundamente para que ela sirva ao nosso projeto pedagógico.”

Luiz Cláudio Costa
PhD pela Universidade de Reading e reitor do IESB

Vivemos um momento histórico. A inteligência artificial (IA) já não é apenas um conceito dos filmes de ficção científica ou dos laboratórios de pesquisa. Ela está presente em nossas casas, nos serviços públicos e, cada vez mais, em nossas escolas. Como educadores, não podemos ignorar essa transformação — devemos compreendê-la, debatê-la e, principalmente, nos preparar para que ela sirva à educação e não a substitua.

A IA e a Educação: entre o otimismo e a preocupação

A inteligência artificial oferece promessas sedutoras para o cotidiano escolar: personalização da aprendizagem, detecção precoce de dificuldades, geração de materiais didáticos, acessibilidade para alunos com deficiência e

apoio ao planejamento pedagógico. Realmente a IA pode “multiplicar o poder de ensinar”. Ela pode, por exemplo, liberar o professor de tarefas repetitivas, permitindo que ele se dedique ao que mais importa: ensinar, acolher, inspirar.

Porém, essas promessas caminham ao lado de riscos concretos. Um dos mais relevantes é o processo de platformização da educação. Grandes empresas, muitas delas estrangeiras, têm oferecido soluções baseadas em IA para escolas públicas e privadas. Essas plataformas, quando utilizadas de forma equivocada, e sem a participação do professor, impõem um modelo pedagógico padronizado e orientado por algoritmos, retirando a autonomia de professores e escolas sobre o que ensinar, como ensinar e por que ensinar.

A educação, nesse cenário, corre o risco de

ser transformada em um produto de mercado, governado por métricas e dados, e não por valores e propósitos humanos. Como escrevi no livro *O Impacto da Inteligência Artificial na Humanidade* (Editora Appris), “quando a educação é reduzida a números, perdemos de vista sua essência: o desenvolvimento humano integral.”

Essa lógica da quantificação, amplificada por sistemas de IA, tende a priorizar resultados padronizados em avaliações externas, em detrimento da formação crítica, criativa e ética. Em nome da eficiência, sacrificam-se os vínculos, o cuidado, a escuta. A escola deixa de ser espaço de formação e torna-se uma engrenagem de produção de indicadores.

Brasil: potência em risco

De acordo com o *Future of Jobs Report 2025*, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, 97% dos empregadores no Brasil já enxergam a IA como vetor-chave para o futuro. No entanto, o principal desafio apontado não é tecnológico, mas humano: a falta de preparo da população, especialmente na base do sistema educacional, para lidar com esse novo mundo.

O problema é duplo. De um lado, a escassez de habilidades digitais entre professores e estudantes, sobretudo nas regiões mais vulneráveis. De outro, a urgência de formar cidadãos críticos, capazes de compreender como os algoritmos tomam decisões, como funcionam os sistemas automatizados e como proteger seus próprios dados. Estudantes que não compreendem os fundamentos da IA serão consumidores passivos de decisões automatizadas — e não participantes ativos na construção do futuro.

Educar para a IA, mas com ética e propósito

O primeiro passo para a interação das esco-

las com a IA é preparar, com a efetiva participação dos professores, cursos de capacitação docente. Não podemos esperar que os educadores se tornem especialistas em ciência de dados ou aprendizado de máquina. Mas é urgente oferecer formação continuada que os ajude a entender o funcionamento básico da IA, seus potenciais pedagógicos e, sobretudo, seus limites éticos.

A atualização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também se impõe. É necessário incluir temas como ética digital, transparência algorítmica, uso responsável da tecnologia e cidadania digital desde os primeiros anos escolares. Como defendi na *Estratégia Nacional de IA*, “se não atuarmos agora, aumentaremos a exclusão digital, o desemprego estrutural, a desigualdade de oportunidades e a desinformação.”

Outro importante passo é garantir infraestrutura tecnológica com equidade. Falar em IA na educação pública sem acesso à internet de qualidade, equipamentos adequados e suporte técnico, é criar uma falsa promessa. Inclusão digital e justiça social devem caminhar juntas.

E por fim, garantir governança ética e democrática sobre os dados educacionais. O que está sendo coletado? Por quem? Com que finalidade? O uso massivo de dados de crianças e adolescentes sem regulação adequada pode abrir caminho para abusos e para a mercantilização da educação pública.

Inteligência artificial e desenvolvimento humano

Não se trata de recusar a IA. Ao contrário: trata-se de compreendê-la profundamente para que ela sirva ao nosso projeto pedagógico.

Educar na era da inteligência artificial exige uma nova ética do cuidado, da escuta, da construção coletiva. A escola não pode competir

com a velocidade dos algoritmos, mas pode oferecer algo que nenhuma máquina pode simular: relações humanas genuínas, empatia, diálogo e formação integral.

Se tivermos coragem de fazer as perguntas certas — e agir com rapidez — poderemos

transformar a IA em uma poderosa aliada na luta por uma educação pública de qualidade para todos. Como provocação final, deixo aqui alguns pressupostos que devem nortear esse debate em nossas escolas:

- ➔ IA deve ajudar a reduzir desigualdades e não aprofundá-las.
- ➔ Os dados dos alunos, dos professores e da escola devem ser controlados e utilizados somente para uso pedagógico.
- ➔ A IA não pode, jamais, substituir o professor.
- ➔ A IA deve ser utilizada para estimular a criatividade dos alunos e não para padronizá-los.
- ➔ Toda a comunidade escolar deve refletir sobre o que significa ensinar em um mundo governado por algoritmos.

A resposta não está no futuro. Está nas escolhas que faremos agora.

PLATAFORMIZAÇÃO EDUCACIONAL: O CASO DO PARANÁ NO CONTEXTO DA PRIVATIZAÇÃO E DA RESISTÊNCIA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL.



Foto: Sérgio Silva

"A gestão educacional no Paraná é caracterizada pelo modelo empresarial com foco no mercado, se valendo da privatização e da plataformização do ensino."

Vanda Bandeira Santana

Professora de História, secretária educacional da App-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

O contexto da ofensiva neoliberal da extrema direita contra a sociedade e o Estado brasileiro pode ser exemplificado pela eleição de Ratinho Jr (PSD), em 2018, ao governo do estado do Paraná e de Jair Bolsonaro(PL) à Presidência do Brasil. Ao assumirem os governos, organizaram uma estrutura para o Estado com base nos princípios neoliberais, especialmente na área de Educação. No Paraná, esse proces-

so teve início com a nomeação do empresário Renato Feder como secretário da pasta, além de parcerias público-privadas e acordos com fundações educacionais para o planejamento estratégico da gestão administrativa, de recursos humanos e pedagógica.

Durante a pandemia de COVID-19, em 2020, surgiu a grande oportunidade para incorporar tecnologias digitais, plataformas e inteligência

artificial ao sistema educacional, bem como aprovar leis que retiram direitos da classe trabalhadora. Apesar disso, se estabeleceu um cenário de resistência e um chamado à mobilização e à ação comprometida com a defesa da educação pública e humanizadora. Um importante exemplo foi a aprovação do FUNDEB permanente. Com a eleição do Presidente Lula (PT), em 2022, a conjuntura para reconstrução democrática começa a ser esboçada, mesmo com a desfavorável correlação de forças no interior da necessária frente política ampla composta para derrotar a extrema direita representada pelo bolsonarismo.

Engrenagem para o controle do trabalho docente e pedagógico

A gestão educacional no Paraná, durante o governo Ratinho Jr. (PSD), é caracterizada pelo modelo empresarial com foco no mercado, tendo somente o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como referência de qualidade educacional. Dentro desta concepção, a Secretaria de Estado da Educação organizou uma verdadeira engrenagem administrativa, implantada a partir de 2019. Entre os vários mecanismos de controle da gestão, do trabalho docente e pedagógico podemos destacar:

➔ **Gestão orientada por metas e indicadores quantitativos com acompanhamento dos dados, em tempo real, por meio da plataforma da Microsoft "Power BI" (Poder de Inteligência de Negócios).** São monitorados dados de frequência dos estudantes e dos profissionais, dos conteúdos ministrados, do uso das plataformas educacionais e das ações pedagógicas das escolas.

➔ **Aplicativos digitais de controle de estudantes e de profissionais, como o aplicativo Registro de Classe On-line de frequência, conteúdos e avaliações, Reconhecimento Facial de frequência escolar e Registro de Classe On-line+ com aulas previamente preparadas (slides e vídeos).**

➔ **Padronização do currículo e do tempo escolar para atender à nova matriz curricular com seis aulas diárias, por turno e trimestres.**

➔ **Plataformização digital do ensino: padronização da concepção, método, conteúdo e do tempo de aprendizagem.**

➔ **Intensificação das Avaliações Externas como SAEB, PISA e Prova Paraná, com permanente planejamento, capacitação e treinamento para o sucesso nestas avaliações.**

➔ **Busca da produtividade por meio de operações no processo escolar, sem preocupação pedagógica, apenas para manipular os índices de acesso, permanência e conclusão de estudos na idade adequada.** Exemplo dessa dinâmica são o Se Liga, a reclassificação de estudantes, o fechamento do noturno, EJA à distância, Recomposição de Aprendizagem, entre outras ações.

➔ **Programa Formadores em Ação para consolidar a concepção empresarial, sendo a participação dos docentes requisito para classificação no processo de distribuição de aulas e para progressão na carreira.**

➔ **Sistema meritocrático de recompensas com gratificações para diretores escolares, pagamento de bônus financeiro pelo desempenho nas avaliações externas e pontuação para escolha de turmas com base no número de dias trabalhados, em detrimento do tempo de serviço.**

➔ **Desmonte da gestão participativa com a militarização e privatizações de escolas, terceirização de professores/as e funcionários/as da educação.**

➔ **Trabalho sob alta pressão que leva ao adoecimento de profissionais e estudantes.**

As imagens a seguir mostram parte das plataformas utilizadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná:

Plataformas de Controle dos dados do trabalho docente e pedagógico no Paraná







Plataformas Educacionais no Paraná



Pesquisa revela adoecimento e sobrecarga relacionados à intensa digitalização

Uma pesquisa¹² pioneira realizada pela APP-Sindicato e pelo Instituto Pesquisas de Opinião (IPO) com educadores(as) de todo o Paraná revela os reflexos da intensa digitalização nas condições de trabalho da categoria e no processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa

Plataformização da Educação foi realizada em 2023 com 300 professores(as), pedagogos(as) e diretores(as) da ativa e sindicalizados(as) à APP. A amostra é representativa por região do estado, sexo e faixa etária e a abordagem foi conduzida por ligações telefônicas.

Para completar as 300 entrevistas, que so-

10 Disponível em <https://www.educacao.pr.gov.br/>. Acesso em 24 de maio de 2025.

11 Disponível em https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais. Acesso em 24 de maio de 2025.

12 Plataformização da Educação. Disponível em <https://appsindicato.org.br/mais-de-70-dos-as-professoras-da-rede-estadual-relatam-adoecimento-pelo-uso-de-plataformas-digitais-revela-pesquisa/>

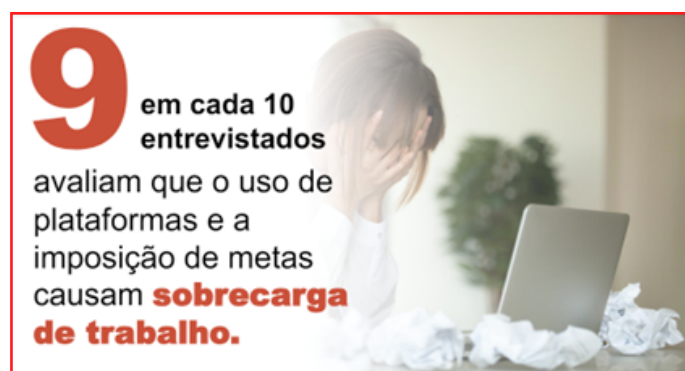
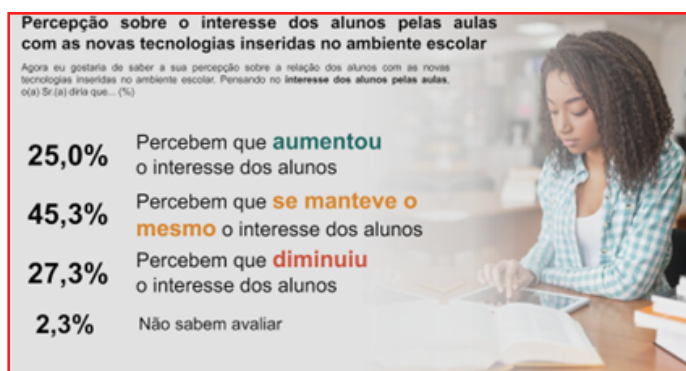
maram mais de 100 horas de gravação, cerca de 6 mil educadores(as) foram contatados. A margem de erro é de 5,9% com intervalo de confiança de 95%.

O levantamento traz dados alarmantes, como o grau de adoecimento e sobrecarga atrelados ao modelo, a percepção de baixa aprendizagem dos(as) alunos(as) e as deficiências estruturais da rede para atender às exigências tecnológicas. Também chama atenção o elevado número de professores(as) que se sentem assediados(as) com a pressão exercida pelo cumprimento de metas e a obrigatoriedade de uso de plataformas.

Quase a totalidade dos(as) educadores(as),

91,3%, se declaram sobrecarregados(as) com a avalanche de novas plataformas, aplicativos e meios tecnológicos somados à cobrança pelo cumprimento de metas. Já 74,3% reconhecem os impactos negativos do modelo na sua saúde física e/ou mental, enquanto uma parcela maior (78,3%) afirma ter colegas que adoeceram em decorrência das dificuldades impostas pelas novas tecnologias.

Para 45,3% das pessoas entrevistadas, o interesse pelas aulas se manteve o mesmo com a introdução das novas tecnologias digitais no ambiente escolar, tendo diminuído para 27,3%. Somente 21% dos entrevistados(as) consideram que houve melhoria na aprendizagem.



Percepção sobre a aprendizagem dos alunos após a adoção das plataformas digitais



Do ponto de vista pedagógico, o(a) Sr(a) considera que a aprendizagem dos(as) estudantes após a adoção das plataformas digitais pela Secretaria da Educação: (%)

Análise por regionais						
	Geral	Macro 1 Regional Curitiba/ Metropolitana	Macro 2 Regional Centro/ Campos Gerais	Macro 3 Regional Oeste/Sudoeste	Macro 4 Regional Nordeste	Macro 5 Regional Norte
A aprendizagem MELHOROU após a adoção das plataformas digitais	21,0	23,4	27,1	18,6	23,1	13,4
A aprendizagem ficou IGUAL após a adoção das plataformas digitais	42,7	45,5	27,1	46,5	43,1	47,8
A aprendizagem PIOROU após a adoção das plataformas digitais	36,3	31,2	45,8	34,9	33,8	38,8

Legenda: Dados da pesquisa "Plataformização da Educação"

Privatização: terceirização e políticas público-privadas

A política educacional do governo Ratinho Jr (PSD) não se deteve apenas na implantação de instrumentos de gestão empresarial. Com o segundo mandato obtido em 2022, em primei-

ro turno, a privatização como justificativa para melhorar a qualidade da educação pública está avançando profundamente. Este processo neoliberal teve seus primeiros ensaios no Paraná no governo Jaime Lerner (PDT), na segunda metade dos anos 90. Depois, foi interrompida pela política estatal de educação pública do

governo de Roberto Requião (PMDB).

No entanto, com a vitória do governador Beto Richa (PSDB), em 2010, a privatização foi retomada, aliada ao processo de militarização das escolas públicas. Uma das primeiras iniciativas do governo Ratinho Jr., neste sentido, foi a extinção, em 2020, do cargo público de Agentes Educacionais que abriu as portas para a terceirização. Atualmente, são cerca de 15 empresas contratadas pelo estado que fornecem trabalhadoras/es para serviços gerais, merenda e setor administrativo das escolas estaduais.

Com relação ao ensino, houve uma primeira parceria com a Unicesumar para oferta de aulas síncronas em disciplinas dos cursos de educação profissional. Mais recentemente, o governo do estado aprovou a Lei 22.006/24, que criou o programa privatista Parceiro da Escola, entregando a gestão e a contratação também de professoras/es por terceirização, representando contratos milionários com gru-

pos educacionais privados. Também se encontra em andamento a concessão da construção e gestão de escolas por período de 20 (vinte) anos para empresas privadas.

Para realizar essa estrutura empresarial privatista, a Secretaria de Educação (Seed) estabeleceu parcerias público-privadas e acordos com fundações educacionais. Segundo analisa a pesquisadora Farias (2024)¹³, retomando uma elaboração de Gramsci, essas organizações sociais são aparelhos privados de hegemonia, pois realizam o papel de reprodução de ideias, valores e concepções de mundo de uma elite dominante que se sobrepõe à classe trabalhadora, mantendo as relações de poder da estrutura capitalista. Atuam pelo convencimento, evocando soluções eficientes, modernas e produtivas, construindo uma cultura hegemônica.

Tais aparelhos estão presentes em vários programas da Seed, listados abaixo, conforme

consta no próprio portal da Secretaria: ¹⁴	
➔ 2024 - Acordo de Cooperação Técnica n.º 202400004 - 14 Disponível em https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios . Acesso em 24 de maio de 2025.	Secretaria de Estado da Educação - Seed (Partícipe I) e o Instituto Península - IP (Partícipe II)
➔ Objeto: O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a Implementação do novo formato de	Estágio Probatório a ser implantado a partir de 2024
➔ 2023 - Termo de Acordo de Cooperação n.º 2023000443 - Seed e Oliveira Foundation	Objeto: Implementar o Programa Eu Lídero e o Curso de Liderança Transformacional
➔ 2023 - Acordo de Cooperação n.º 2023000438 - Seed e Associação Bem Comum / Associação Nova Escola Objeto: Conjugação de esforços entre os Par-	tícipes para produzir material didático do componente curricular de Língua Portuguesa 2023 - Termo de Acordo de Cooperação n.º
➔ 2023000437 - Seed e Instituto Lemann, Instituto Natura e Associação Bem Comum	Objeto: Ênfase na alfabetização de crianças
➔ 2022 - Acordo de Cooperação n.º 202200005 -	Fundação Itaú para Educação e Cultura Objeto: Implementação, no âmbito da rede
➔ estadual de ensino médio, do itinerário de formação técnica e profissional 2022 - Acordo de Cooperação n.º 202200009 - Associa-	ção Instituto longo Objeto: O presente Termo de Convênio tem por objeto o desenvolvimento de ações de formação continuada
➔ 2020 - Acordo de Cooperação n.º 202000024 - Vetor Brasil	Objeto: Cooperação e conjugação de esforços entre as partes visando a implementação da formação prática do Programa de Residência em Gestão Pública

13 FARIAS, Adriana Medeiros. Empresariamento da Educação Pública: quando a educação é mercadoria e o poder público é cliente preferencial. Não venda a minha escola. Política Educacional Paranaense: A transformação da escola pública em mercadoria: coletânea de textos para debate. Paranavai: UNESPAR, 2024. Acesso em 25 de maio de 2025.

14 Disponível em <https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>. Acesso em 24 de maio de 2025.

2019 - Acordo de Cooperação n.º 201900013 - Instituto Sonho Grande - ISG, Instituto Natura - IN e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação - ICE

Objeto: Implementação do Ensino Médio em Tempo Integral.

Resistência à plataformização da educação

O avanço da política neoliberal sobre o Estado e os direitos sociais da população não se dá sem enfrentamento da classe trabalhadora. Ao contrário, com a consciência da realidade concreta, considerando nossa condição de

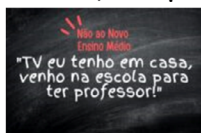
tica educacional e dos recursos públicos para educação pública.

Assim como nas demais unidades da Federação, as entidades sindicais e movimentos sociais do Paraná se organizam e buscam formas de resistência para manter direitos duramente conquistados, diante da complexa realidade que vivemos e dos caminhos que podemos coletivamente construir para enfrentar e superar esta realidade. A seguir, apresentamos algu-

APP-Sindicato na mobilização pela educação humanizadora e valorização do trabalho docente e autonomia pedagógica



Em defesa da escola pública: na luta, sempre!



Em defesa da escola pública: na luta, sempre!



Legenda: peças de divulgação de ações, pesquisa e debates sobre a plataformização da educação no Paraná

organizativas da luta¹⁵:

Neste cenário de avanço neoliberal e da ex-

trema direita, a resistência marca presença e faz um chamado à mobilização e à ação comprome-

15

Disponível em <https://appsindicato.org.br/>. Acesso em 24 de maio de 2025



Legenda: manifestação em defesa da educação.

tida em defesa da educação pública, universal, democrática e humanizadora e emancipatória.

Plataformas pedagógicas embarcam concepção de mundo e captam dados

Os avanços tecnológicos estão dominados por empresas privadas. A ação dessas empresas no ambiente escolar se materializa pelas plataformas pedagógicas que embarcam concepção, método e conteúdo e captam os dados de todas as pessoas que as acessam (milhões por dia), agindo como rastreadores de comportamentos, e podem se transformar, por um lado, em monetização e, de outro, em controle social. Este aspecto do mercado de dados não pode ser desconsiderado ao tratarmos da plataforma do ensino.

A plataforma do ensino provoca impactos na realidade educacional, pois retira autonomia do trabalho docente e pedagógico num processo de privatização da educação, desumaniza as relações sociais, impede a gestão democrática e a participação social, uma vez que, desde a “chamada” para registro de frequência dos estudantes até o boletim escolar, tudo passa pela comunicação digital.

Ao analisar a política educacional do governo Ratinho Jr(PSD), é nítida a utilização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) como referência de uma gestão por metas e resultados, pois o objetivo central é atingir o melhor Ideb, dentro da lógica de recompensa ao resultado, e não no sentido de uma avaliação diagnóstica do sistema educacional que pos-

sibilite o planejamento de ações para a superação das dificuldades em busca da qualidade social da educação.

Desafios e recomendações para o PT

A partir desse cenário e considerando as contradições entre ser um partido de massa, de atuar no Parlamento e de ser governo, cabe

→ Partido dos Trabalhadores enfrentar alguns dos desafios estruturantes da educação pública, dentre os quais destacamos:

→ Assumir a defesa intransigente da educação pública como instrumento indispensável para a real organização e emancipação da classe trabalhadora, por meio do acesso ao conhecimento.

→ Defender a educação pública de gestão democrática e estatal, não se deixando seduzir pelo encanto dos sujeitos privados, representantes das ideias e valores neoliberais.

→ Valorização de todos os profissionais da educação com concurso público, piso nacional, plano de carreira, formação continuada e respeito à autonomia docente e pedagógica.

→ Financiamento público para educação pública.

→ Garantir a qualidade social e equidade da educação.

→ Barrar a privatização da educação pública.

Atuar diante do anunciado e vivenciado "apagão" da profissão do magistério.

Propor um modelo de Sistema Nacional de Educação e de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação que possibilite, de fato, avançarmos na qualidade social da educação "ultrapassando a lógica das avaliações de larga escala, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), com indicadores que con-

Do Projeto Final CONAE (2014-2024) e do documento final da participação do Brasil no PISA 2024. Acesso em 25 de maio de 2025.

siderem a diversidade cultural e territorial".
(CONAE, 2024)¹⁶

Diante deste quadro desafiador, mas con-



A TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO É UM CAMPO EM DISPUTA DE CONCEPÇÕES



Foto: Sérgio Silva

“Questões como soberania digital, novas tecnologias e seu uso no campo educacional devem se articular ao combate à mercantilização e à financeirização.”

Luiz Fernandes Dourado

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
e professor titular emérito da Universidade Federal de Goiás

siderando o histórico de acúmulo nestes mais de 40 anos de elaboração, proposição e intervenção nas políticas públicas como garantidoras de direitos sociais, o PT reúne todas as condições de intervir na realidade educacional brasileira reafirmando seu compromisso com a emancipação da classe trabalhadora.

A temática proposta, Interfaces da Educação com a Comunicação Digital, a IA, as Novas Tecnologias e a Gestão Democrática, nos coloca um tema central que é o da gestão democrática. Pensar essa questão, no campo educacional, é crucial e remete aos processos e os desafios que envolvem concepções e dinâmicas de materialização complexas. É uma temática que tem sido objeto de vários debates e polissemias que ocorrem no meio acadêmico, fora dele, na área de governança, entre autoridades no Brasil como no mundo todo, no complexo do Mercosul e no BRICS.

Gostaria, primeiramente, de pontuar que se trata de um campo em disputa de concepções. Nesse contexto, é preciso adjetivar a gestão como gestão democrática, implicando a discussão e materialização de vários espaços de participação no âmbito dos sistemas e das ins-

tuições educativas. Nesse cenário, situam-se, ainda, as interfaces entre educação, gestão, comunicação digital, a IA e as novas tecnologias, campo polissêmico e amplamente disputado e, por vezes, fetichizado.

Na contramão do fetiche é fundamental situar a relação sociedade e tecnologias. Nesse sentido, ratifico as concepções de Castells (1999, p. 25)¹⁷ que afirma que “as tecnologias não determinam a sociedade, dado que a tecnologia é a sociedade e a sociedade não pode ser representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Essa concepção rompe com a mera contraposição às tecnologias e com a fetichização das tecnologias. É preciso compreendê-la nas condições objetivas em que elas se materializam, ou seja, é fundamental apreender a conjuntura e suas contradições e, nesse contexto, como a complexa geopolítica atual redireciona a tecnologia, seus usos e desdobramentos.

Nessa direção, para compreender o complexo cenário atual, sinalizamos a contribuição de Ianni (2000)¹⁸ que ressalta que a globalização ou mundialização, apresenta-se marcada por paradoxos e contradições que retratam o

17 CASTELLS, M. A sociedade em rede Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

18 IANNI, O. Enigmas da modernidade-mundo Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

caráter difuso e articulado da nova forma de acumulação capitalista. Assim, “na época da globalização, modificam-se mais ou menos, radicalmente, as condições sobre as quais se desenvolvem a teoria e a prática política.”

Em primeiro lugar, diz Ianni, “a prática do capitalismo como forma de produção e processo civilizatório, propicia o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial”. E ainda: “Alteram-se as formas de sociabilidade, e os jogos das forças sociais no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação”. Isso significa a emergência e a dinâmica de grupos sociais, classes sociais, estrutura de poder, mas ao mesmo tempo, acomodações, tensões e lutas em escala mundial.

Em segundo lugar, de acordo com o mesmo



autor, no bojo desse mesmo processo de globalização político, econômico, cultural, desenvolvem-se tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas que agilizam, intensificam e generalizam as articulações, mas também as integrações, as tensões, os antagonismos, as fragmentações e as mudanças socioculturais e políticas e econômicas pelos quatro lados do mundo. Em terceiro lugar e simultaneamente a todos desenvolvimentos no mundo, colocando que há uma disputa nessa perspectiva, “todos desenvolvimentos, nexos, tradições e transformações em curso, desenvolvem uma nova configuração histórica e social da vida, do trabalho e da cultura”. Esse é, segundo Ianni, o “novo e imenso palco da História, no qual se altera mais ou menos radicalmente os quadros sociais de referências de uns e de outros em todo mundo. Nessa dinâmica social, marcada por uma apropriação econômica, que em escala mundial potencializa o desenvolvimento de relações e processos e estruturas de dominação, e, ao alterar as formas de sociabilidade, propicia paradoxalmente a emergência de grupos sociais, classes sociais, estruturas de poder, acomodações e tensões em escala mundial. Então, num cenário de mudanças sociais, intensificadas pela progressiva diferenciação dos ambientes geopolíticos e por expressivo e desigual avanço tecnológico, se efetivam alterações no mundo do trabalho e da produção, as quais, por seu turno, redimensionam as esferas da atividade humana. Estabelece-se, portanto, um espaço contraditório em que se generalizam e desenvolvem tecnologias favoráveis à integração e para novas formas de inclusão dependente”.

Essa análise da complexa conjuntura atual nos remete a pensar o desafio proposto por este debate, ao articular a educação, gestão, comunicação e inteligência artificial e as novas tecnologias. Entra também na análise os paradoxos que envolvem a temática, desde a lógica

da inclusão dependente até formatos e perspectivas que contribuem para a inclusão por meio de processos de participação em instituições educativas. E como esses processos na educação básica podem se articular à discussão de projetos políticos pedagógicos, à participação em espaços como Conselhos Escolares e outros, bem como, naturalizar a exclusão da participação pelo fetiche das tecnologias e seus usos.

Gestão democrática é fundamental para repensar este cenário

Na educação, a naturalização da plataforma e a redução da Educação e da formação a uma perspectiva de mero treinamento têm empobrecido o processo formativo e contribuído, entre outros, para a secundarização e precarização do trabalho docente. Há um empobrecimento nessa lógica formativa pelo tipo hegemônico construído que situa a tecnologia como um fim em si mesma. É preciso desconstruir essa concepção e assegurar o papel dos profissionais da educação, dos estudantes e da própria prática educativa como centrais ao processo formativo, enfatizando, dentre outros, a construção de projetos políticos pedagógicos que não estrangulem tempos e espaços, que assegurem a relação pedagógica como orientadora para a tecnologia e seus usos.

É um grande desafio num cenário de privatização e financeirização que naturalizam a plataforma como eixo, negando, inclusive, o trabalho dos profissionais da educação e sua valorização. Repensar esse cenário é fundamental por meio da gestão democrática e da compreensão da comunicação digital e das novas tecnologias como aliadas aos processos formativos e de organização e gestão das instituições educativas e dos sistemas, compreendidas como ferramentas de colaboração aos processos pedagógicos e de gestão.

Nesse contexto, situa-se, ainda, a discussão sobre o uso da IA pelos sistemas, instituições, profissionais e estudantes, situando as potencialidades e limites que estão interpostos. Essa é uma discussão mais ampla e de governança e envolve, entre outros, a gestão, bem como, a regulação da IA. Essa é uma discussão de gestão fundante. É preciso não negligenciar um conjunto de experiências que fazem uso contextualizado das novas tecnologias direcionado-as à melhoria dos processos formativos. Essa é uma discussão crucial para nós do campo educacional e, certamente, trata-se de questão de governança estratégica. Questões como soberania digital, papel das novas tecnologias e seu uso no campo educacional se articulam ao combate à mercantilização e financeirização e seus processos de gestão, bem como, de questões mais amplas como a defesa da regulação e garantia da soberania digital, de infraestrutura digital, de transferência de tecnologia entre países, de expansão de conectividade, enfim, de governança participativa, de desenvolvimento da inteligência artificial para fins pacíficos, garantindo que os países desenvolvam soberania digital popular.

É preciso avançar na governança com garantia de participação

Essas sinalizações nos remetem à necessidade do Brasil avançar nessa perspectiva. No caso brasileiro, temos várias iniciativas de parlamentares tais como a senadora Teresa Leitaô e a deputada Bia de Lima, com propostas de projetos que contribuem para a regulação democrática desse complexo processo de governança democrática. Temos, ainda, a resolução do Conselho Nacional de Justiça sobre o uso ético da web e sobre a transparência na utilização da IA; resolução do Tribunal Superior Eleitoral proibindo as deep fakes; resolução do Conselho Nacional da Educação, discutindo o uso de dispositivos digitais em aparelhos

escolares. Temos a estratégia brasileira de IA com o Plano Brasileiro de IA. Qual o problema dessa legislação? Ela traz um conjunto de sinalizações, mas há uma fragmentação e não uma ação coordenada, digamos de governança mais ampla. É preciso avançar na governança democrática dessas questões.

Esse seminário contribui na medida em que pauta a relação entre Educação, Ciência e Tecnologia e Inovação. Não dá para fugir dessa perspectiva. Agora, é preciso rediscutir a lógica, é preciso disputar as concepções e materialização de políticas na contramão de uma visão restritiva que, no caso brasileiro, tem ratificado uma inclusão dependente. Nesse cenário, é preciso fortalecer a governança e gestão democráticas tendo a garantia da participação como elemento fundante, bem como, pensar processos inclusivos e, certamente, implementarmos aquilo que o documento final da CONAE defende que é a educação crítica da mídia para a formação e letramento dos profissionais da educação e estudantes. Como pensar essa dinâmica e não reduzi-la a um mero treinamento e pragmatismo excludente? Como contribuir com a ação política pedagógica dos profissionais da educação, dos estudantes e ouvi-los sobre esse processo?

Pela construção de plataformas digitais e educacionais públicas

É preciso pensar a governança democrática e garantir efetivos processos de participação. Essa é uma outra questão crucial no sentido da efetivação de processos democráticos e participativos. Um caminho que precisa ser considerado, além das tecnologias existentes, é garantir a construção de plataformas públicas que podem ser viabilizadas por consórcio de universidades e instituições de educação básica pública, entidades acadêmicas, sindicais e estudantis. É dizer que esse cenário é

complexo e que coloca, inclusive para os sindicatos, um conjunto de novas questões que não estavam postas até muito recentemente. Quer dizer, como pensar essas questões, e ao mesmo tempo construir plataformas públicas articuladas à garantia da soberania digital do país? Como construir e propor processos democráticos e inclusivos no campo educacional que avancem na materialização de projetos pedagógicos e formativos críticos e emancipatórios, que contribuam com a ação docente e discente e dos demais profissionais da educação nas instituições educativas? Essas questões nos remetem à superação de posições extremas que, de um lado, enfatizam a negação das tecnologias e, de outro, as que fetichizam as tecnologias como um fim em si mesmas, negligenciando as especificidades do processo educacional.

É preciso discutir essas questões nos diferentes espaços da vida social, nas instituições educativas, de educação básica e de educação superior, nos sindicatos, nas entidades acadêmicas e, ao mesmo tempo, advogarmos a regu-



lação democrática e participativa, enfatizando a articulação com a educação e seus processos e práticas pedagógicas, junto à valorização dos profissionais da educação e dos estudantes. Enfim, que a discussão envolva a democratização, acessibilidade, e a criação de plataformas públicas de acesso livre e gratuito.

Na educação e nas instituições educativas é fundamental garantir o acesso de maneira equitativa às TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e à banda larga de alta velocidade a estudantes e profissionais da educação, favorecendo assim o direito à educação a todas as pessoas e territórios. Ou seja, considerando uma histórica desigualdade social e um conjunto de assimetrias no país, exercer governança democrática e regular as novas tecnologias e seus usos, a IA com garantia de participação da sociedade civil, cumpre um papel político sem precedentes. Essa defesa se articula à garantia de políticas de Estado para a educação que considerem essa questão, bem como o Plano Nacional de Educação e os planos estaduais, distrital e municipais, contribuindo para potencializar, entre outros, acessibilidade, processos pedagógicos e formativos com comunidades de aprendizagem e redes multimídias supor-

tadas por sólida formação e valorização dos profissionais. Quer dizer, essa sólida formação teórico-prática-pedagógica é crucial. Esse é o grande diferencial nessa construção.

A educação, portanto, não pode prescindir do enfrentamento e superação de políticas públicas excludentes, individualistas e atomistas, avessas à formação para a cidadania e a coletividade. Há, portanto, que se avançar também, na formação inicial e continuada, no aperfeiçoamento e inovação tecnológica articuladas e que considerem a dinâmica e processos pedagógicos, especialmente de tecnologias digitais de informações e comunicação e a Internet. Por fim, ressalto, a importância da soberania e governança democrática, que devem mobilizar a todos/as, inclusive para a reconstrução desses processos nas instituições educativas. Isso envolve o repensar das instituições educativas, a gestão democrática e o fortalecimento dos projetos pedagógicos e projetos institucionais.

Temos aí uma seara que é complexa, que é marcada por paradoxos, e nós temos que nos posicionarmos nessa disputa. Essa disputa, enquanto Partido dos Trabalhadores, implica a defesa de perspectiva que sinalize avanços



EIXO 3

A cobiça privada sobre o fundo público, modelos de gestão e sistemas de avaliação nacional



INTRODUÇÃO



Foto: Sérgio Silva

Mariane Pantoja
Relatora da mesa

para a soberania nacional, a governança democrática e, no campo educacional, a defesa da educação pública de qualidade socialmente referenciada para todas as pessoas, a centralidade da gestão democrática, e a garantia de acessibilidade e valorização dos estudantes e profissionais da educação. É isso.

O debate em torno do tema A cobiça privada sobre o fundo público, modelos de gestão

e sistemas de avaliação nacional trouxe a reflexão dos palestrantes sobre a crescente interferência do setor privado sobre os recursos público da educação, a exemplo do interesse sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb), e dos modelos de gestão educacional inspirados na lógica empresarial, além de avaliações de desempenho que priorizam métricas gerais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

(Ideb), enquanto desconsideram as especificidades regionais, culturais e sociais dos estudantes e da educação no geral.

Como foi apontado nas discussões, a ausência de concurso públicos é uma estratégia dos governantes municipais e estaduais para garantir que os trabalhadores e trabalhadoras da educação permaneçam na instabilidade profissional e sejam usados como joguete político. Outro ponto abordado foi o grande índice de violência nas escolas, inclusive contra docentes que, além da violência física, moral e psico-

lógica, enfrentam a violência da terceirização e da falta de investimento em sua formação.

Diante desse cenário, os debatedores destacaram a necessidade de resistência à mercantilização da educação e da defesa de uma gestão democrática e popular, assim como uma valorização profissional que contemple demandas salariais, mas também a formação continuada dos docentes, e a garantia de segurança e de seguridade social.

Sobre os desafios trazidos pela Inteligência Artificial, os participantes destacaram que

A COBIÇA PRIVADA SOBRE O FUNDO PÚBLICO, MODELOS DE GESTÃO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO NACIONAL



Foto: Sérgio Silva

“Fica evidente que existe um projeto de educação em disputa, que influencia diretamente a construção de um projeto de nação soberana.”

Guelda Andrade
Secretária de Assuntos Educacionais da
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

a tecnologia deve ser compreendida de forma crítica e reflexiva, sendo fundamental buscar formas de integrá-la ao processo de ensino-aprendizagem sem perder de vista a centralidade do sujeito e o respeito à cultura, valorizando o pensamento crítico, a criatividade e a construção coletiva do conhecimento.

O título do nosso painel nos aponta algumas preocupações. O termo cobiça, conforme o dicionário, significa “desejo ardente de possuir algo” e, no nosso caso, este algo que desejam possuir são os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb) que possuem carimbo e destino, pertencem à educação pública e é direcionado à Manuten-

ção e Desenvolvimento da Ensino (MDE). Importante ressaltar que essa cobiça é alimentada pela desresponsabilização do Estado com a política pública.

Na década de 1990, com o amplo debate sobre o Estado mínimo, considerando a forte influência neoliberal no Brasil, tivemos um ataque violento da privatização contra os setores públicos. No entanto, a direita não conseguiu avançar com sucesso no modelo de privatização da educação pública naquele período. Apesar da falta de êxito naquela década, essa mesma direita continuou a se articular de forma estratégica e aproveitou o momento oportuno para avançar com o seu projeto educacional.

A partir dos relatórios de organismos inter-

nacionais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e com a direita articulada ao mercado, o discurso de senso comum de que “tudo que é público é ineficiente e por isso deve ser privatizado para que a população tenha qualidade nos serviços” ganhou ressonância na sociedade, desqualificando o serviço público e seus funcionários.

A partir desse discurso, foi promovida uma disputa insana entre o público e o privado, com o avanço sobre os recursos públicos e precarização da contratação dos trabalhadores da educação, aplicando a meritocracia no chão da escola e adotando os resultados das avaliações em larga escala para desqualificar o trabalho docente e a gestão pública das escolas.

Hoje vemos que tal discurso não é simples de ser desconstruído, visto que, no imaginário popular, o que é investido no serviço público, sobretudo na educação, é suficiente. Fica evidente que existe um projeto de educação em disputa, que influencia diretamente a construção de um projeto de nação soberana. Este projeto privatista dissonante do nosso debate coletivo, que toma como referência as avaliações standardizadas e as utilizam como referência para punir os profissionais da educação por meio de resultados, adota a meritocracia como ferramenta de controle pedagógico e monitoramento curricular. Tal modelo tem causado o adoecimento das/dos profissionais da educação.

Para avançar neste projeto e mantê-lo neste viés meritocrático, foi necessário resgatar alguns valores conservadores que dão sustentação a todo tipo de violência, desde golpe de Estado até a desconstrução da imagem do/a professor/a. A primeira estratégia utilizada, mais violenta, foi o golpe de Estado contra a Presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, e na sequência a Medida Provisória

746/16 que culminou na reforma do Ensino Médio com perdas irreparáveis para estudantes dessa etapa da Educação Básica.

Neste cenário político-econômico, a atuação do Congresso Nacional ataca a educação novamente por meio do ajuste fiscal, que provoca a redução de investimentos para a área da educação, além da saúde. Isso significa dizer que o Plano Nacional de Educação (PNE) nasce morto, considerando que não é possível fazer educação sem financiamento.

Este não é um movimento ingênuo. O que está em disputa é o projeto de educação que é a mola propulsora para a construção de um projeto de nação soberana. Aqui eu pergunto: qual será nosso papel de educadoras e educadores petistas, nesse debate? Qual será nossa estratégia para que seja garantido a exequibilidade do Novo PNE?

Este é o espaço para olharmos olho no olho de forma fraterna e fazermos o debate acerca deste tema sem “melindres”. Este é o nosso espaço de debate e construção coletiva de uma educação ancorada nos princípios freirianos. Não podemos permitir que seja feito com o Novo PNE o que foi feito com o PNE de 2014, sacrificado em função da Emenda 95/16. Outra pergunta é: como vamos romper com a agenda privatista que está colocada dentro do Ministério da Educação (MEC)? É inadmissível a manutenção dessa agenda educacional dentro do MEC, considerando o resultado da Conferência Nacional de Educação em janeiro de 2024.

Para enfrentarmos o processo privatista, faz-se fundamental e necessário retirar a Educação da estrutura de ajuste fiscal da União. Essa é uma disputa acirrada no Congresso Nacional. Devemos indicar novas fontes de financiamento para a garantia de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação, conforme debatido exaustivamente na CONAE, além da necessidade de des-

A LÓGICA DE RESULTADO COMO MUDANÇA ESTRUTURAL NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL



Foto: Sérgio Silva

“A Emenda Constitucional 108/2020 EC 108 tornou o FUNDEB permanente, mas criou condições para submeter o financiamento da educação à lógica gerencial.”

Andréa Barbosa Gouveia
Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Paraná

montar a estrutura privatista que está dentro do Ministério da Educação. Estes avanços demandam mobilização da sociedade civil organizada, sobretudo da comunidade escolar. É urgente uma arquitetura para defender o PNE no Congresso Nacional rumo a uma educação pública gratuita, laica, desmilitarizada, com gestão pública, de qualidade socialmente referenciada e sustentada nos princípios de Paulo Freire.

O financiamento da educação pública no Brasil está marcado por uma disputa entre dois imperativos: por um lado, compromisso ético com políticas democrático-populares e, de outro, a lógica gerencial baseada em evidências.

O primeiro imperativo decorre de uma construção longa do campo progressista que articula o financiamento com a ideia de condições de oferta de serviços que assegurem igualdade e equidade, fundadas no sentido da escola como espaço de garantia do pleno desenvolvimento humano. Este imperativo materializa-se na vinculação constitucional da receita de impostos e transferências à manutenção e desenvolvimento do ensino, garantindo uma estabilidade relativa na manutenção dos sistemas públicos de ensino. Pode-se considerar que tal imperativo também se expressa no compromisso redistribu-

utivo instituído no FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) a partir, especialmente, de 2007, quando se supera o conceito de focalização pressuposto no desenho do modelo anterior, o FUNDEF, e dimensiona-se a necessidade de participação mais robusta da União no combate às desigualdades de gasto por estudante no país.¹⁹

O segundo imperativo da disputa, próprio de um neoliberalismo exacerbado, centra o financiamento na dimensão de resultados mensuráveis e afasta a escola de suas funções mais amplas de socialização e formação para cidadania, reduzindo a função escolar à dimensão de garantia de conhecimento mensurável. Este imperativo se materializa em políticas que condicionam o repasse de recursos aos resultados escolares, e tem como exemplo emblemático a criação do ICMS Educacional e do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), previstos na Emenda Constitucional 108/ 2020.

A Emenda é um marco importante no financiamento da educação, por pelo menos três razões: ao tornar o FUNDEB permanente, amplia a estabilidade das regras de redistribuição de recursos; amplia o percentual dos recursos

¹⁹ GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. . A política de fundos em perspectiva histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb. EM ABERTO, v. 28, p. 45-65, 2015.

de complementação da União potencializando a capacidade da política de fundos combater desigualdades; considera o conjunto de recursos de educação ao definir o Valor Aluno Ano (VAAT) e cria condições para os recursos da complementação da União chegarem em municípios de todos os estados. Estes são pontos fundamentais que têm potencial de ampliar os efeitos positivos da política de fundos no contexto educacional e decorrem de amplos debates sobre a necessidade de assegurar condições de qualidade igualitárias no contexto federativo.

Porém, a mesma EC 108/ 2020 criou condições para submeter o financiamento da educação, pela primeira vez, à lógica gerencial. Tanto no que se refere à distribuição interna do ICMS no âmbito dos estados, que passam a implicar, no mínimo, 10 pontos percentuais da arrecadação com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos; quanto à lógica do VAAR, que prevê condicionalidades de “melhoria de gestão; evolução de indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica”²⁰.

Métricas e evidências dependem de escolhas políticas

Esta ênfase nas condicionalidades ou indicadores de resultados têm, no fundo, a ideia de que as políticas de financiamento devem se pautar em evidências. Esta ideia secunda-

riza o debate sobre como as evidências fazem parte das escolhas políticas dos sujeitos que disputam as políticas educacionais. Escolhas políticas dependem do tipo de compromisso social que se busca construir. Como nos lembra Barroso²¹ (2010, p. 95): “Os ‘conhecimentos’ não ‘pairam’ sobre as ‘políticas’ à espera de serem ‘capturados’ pelos decisores, nem são transportados por uma qualquer espécie de polinização. O conhecimento circula através da circulação dos actores e dos seus discursos, no quadro de diferentes relações de poder, em espaços formais e informais de acção pública, quer tenham acção política directa (como o governo, o parlamento, a administração pública, os sindicatos, entre outros), quer indirecta (como as universidades, as associações, os meios de comunicação social, os eventos académicos, etc.)”.

Um breve mapeamento sobre as legislações subnacionais que disciplinam a cota educacional de distribuição do ICMS permite observar que tipo de escolhas têm sido feitas e como essa abordagem aprofunda a competição entre redes de ensino, em detrimento de uma visão colaborativa e redistributiva. O quadro 1 (pág. 37) exemplifica, a partir de um estado de cada região, os componentes utilizados nas leis estaduais²² para definir o repasse dos 10 pontos de ICMS vinculados à educação. Observe-se que predominam os resultados das avaliações em larga escala. Apenas no Rio Grande do Norte, onde há um governo do campo democrático popular, o desempenho dos estudantes medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

20 BRASIL EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108, DE 26 DE AGOSTO DE 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc108.htm

21 BARROSO, J. (2010). Da política baseada no conhecimento às práticas baseadas em evidências. In: OLIVEIRA, D. A. & DUARTE, A. Políticas Públicas e Educação. Fino Traço. BRASIL EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108, DE 26 DE AGOSTO DE 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc108.htm

22 SÃO PAULO Lei Estadual Nº 17.575, de 11 de novembro de 2022. Disponível em: [Lei nº 17.575, de 11 de novembro de 2022 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#)
PARANÁ Lei Estadual Complementar 249, de 23 de agosto de 2022. <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&-codAto=270797&indice=1&totalRegistros=6&anoSpan=2023&anoSelecionado=2022&mesSelecionado=0&isPaginado=true>

RIO GRANDE DO NORTE Lei Nº 11.253, de 23 agosto de 2022. Disponível em: [xx5t663s7i6242yc8e2ldwlgb9743n.pdf](#)

PARÁ Lei Estadual Nº 9.674, de 24 de agosto de 2022. Lei Ordinária 9674 2022 de Pará PA

MATO GROSSO DO SUL Lei Estadual Nº 5941 de 24 de agosto de 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ms/lei-ordinaria-n-5941-2022-mato-grosso-do-sul-dispoe-sobre-os-indicadores-para-a-distribuicao-da-cota-municipal-do-imposto-sobre-operacoes-relativ>

Quadro 1: Componentes para distribuição da cota educacional do ICMS, estados escolhidos.

UF	%	Índice	Componentes do índice				
SP	13%	IQEM Índice de Qualidade da Educação Municipal	Desempenho nas provas de avaliação	Evolução do desempenho nas provas de avaliação	Taxas de participação nas provas de avaliação	Taxas de aprovação	Taxas de abandono
PR	10%	IQEP Índice de Qualidade da Educação Paranaense	Aprendizagem (SAEB) + fluxo (rendimento escolar)	Alfabetização (Nota SAEB ou SAEP Municipal)	Percentual de crescimento da educação integral	Média INSE de todos os estabelecimentos de ensino municipais	
RN	10%	Índice municipal de qualidade da educação	Incremento de matrículas da educação infantil	Incremento nas médias aferidas pelo IDEB	Incremento de matrículas de educação de jovens e adultos	Índice Municipal do Nível Socioeconômico dos Educandos	
PA	10%	IQE Indicador de Qualidade da Educação	Desempenho (IDEB e taxa de participação no SAEB)	Índice Socioeconômico do município (matrícula e abandono)			
MS	10%	IQE-MS Índice de Qualidade da Educação de MS	Proficiência média anual dos alunos das escolas públicas municipais nas avaliações de Língua Portuguesa e/ ou Matemática apurados pelo SAEMS	Percentual de participação dos estudantes nas provas SAEMS	Taxa de atendimento escolar pelo município do ano/ série avaliado	Índice Socioeconômico dos estudantes	

Fonte: leis estaduais

[as-a-circulacao-de-mercadorias-e-sobre-prestacoes-de-servicos-de-transporte-interestadual-e-intermunicipal-e-de-comunicacao-icms-referente-a-educacao-estabelece-o-indice-de-qualidade-da-educacao-de-mato-grosso-do-sul-iqe-ms-e-da-outras-providencias](#)

FINANCIAMENTO BASEADO NAS RIQUEZAS BRASILEIRAS



Foto: Sérgio Silva

“Temos um grande volume de recursos que pode ser mobilizado para a educação, desde que esta seja uma prioridade nacional.”

Nelson Cardoso Amaral

Professor aposentado da Universidade Federal de Goiás

divide espaço com indicadores que evidenciam preocupações mais amplas de acesso à educação infantil e à educação de jovens e adultos.

A tensão entre esses imperativos pode resultar em um redesenho da política de financiamento público em educação, submetendo-a ao imperativo gerencial. Porém, o caso do Rio Grande do Norte pode indicar a possibilidade de resistência e disputa no conteúdo da política. Para isso, é urgente repolitizar o debate sobre o financiamento da educação básica, reconhecendo a necessidade de priorizar a destinação de recursos com foco na justiça social, em detrimento de métricas de eficiência que desconsideram grande parte da função da escola em sociedades complexas.

É fundamental que o PNE 2024-2034 assegure metas que incorporem o compromisso com a superação das desigualdades estruturais do sistema de ensino, especialmente em suas condições de oferta. Por fim, é preciso superar a ilusão das “evidências” e recolocar as escolhas políticas no centro do planejamento educacional.

Falar de fundo público é um desafio enorme, porque implica a gente participar de uma disputa muito desigual entre a área do social e a

área do capital. É só ver o que está acontecendo hoje no país, o governo querer aumentar um pouco o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e o pessoal não deixar. Querer tirar o Imposto de Renda dos salários de até 5 mil reais, e o pessoal que ganha 50 mil reais por mês não deixar. É uma disputa muito desigual entre quem tem poder e quem não tem. Isso é um desafio enorme de como resolver os problemas.

No caso da educação também temos muito dinheiro em jogo. Os dois Planos Nacionais de Educação anteriores deram no que deram, porque o primeiro não tinha nem vínculo de financiamento, e o segundo ficou pela metade. A proposta agora é fazer o financiamento da educação chegar a 10% do PIB novamente. O desafio é onde arrumar esse dinheiro. O Brasil precisaria de R\$61 bilhões para aplicar o CAQ²³ em todos os municípios e estados brasileiros. Isso é 0,5% por cento do PIB.

Temos uma fonte de recursos que não é explicitada pelos poderosos e, segundo minha análise, é meio de propósito, porque eles só falam em taxas, impostos e contribuições para financiar a educação enquanto existem riquezas brasileiras que não são usadas para isso e as pessoas não sabem. Acho que a gente precisa

23 CAQ, ou Custo Aluno-Qualidade, é um indicador fundamental na educação brasileira, criado pela sociedade civil e previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), que define o valor mínimo que o Brasil precisa investir por aluno/ano para garantir um padrão de qualidade essencial nas escolas públicas.

saber dessas riquezas brasileiras que, defendemos, devem ser voltadas de forma prioritária para a educação. Mas esse tema gera um grande debate e aponta um enfrentamento que precisaria ser feito, exatamente com os poderosos. Não vai ser fácil seguir esse caminho. Mas esse caminho existe e a gente precisa saber que ele existe.

A riqueza brasileira que está aí, se nós não a defendermos, irá toda para o setor privado, para a cobiça de outros pretendentes. O trabalho que vou apresentar foi elaborado pela Fundação Nacional de Pesquisa e Financiamento da Educação (FINEDUCA), exatamente para a discussão do Novo Plano Nacional de Educação (PNE), porque a gente sabia que, a partir do momento que fosse divulgado o plano de dotar a Educação com 10% do PIB novamente, a primeira coisa que ia aparecer na mídia toda seria o questionamento: “Onde vai arrumar esse dinheiro?”

Se pegarmos só os recursos das vinculações constitucionais destinadas à educação, o financiamento da educação hoje fica em 5,1% do PIB. Com a Emenda Constitucional 95, do Novo Arcabouço Fiscal, imposto pelos poderosos, é impossível cumprir qualquer coisa na área social se não buscarmos outras fontes que não sejam tocadas pelos limites da austeridade fiscal. Fomos, então, atrás de muita informação para tentar desvendar um pouco o mistério sobre quais seriam as fontes de recursos possíveis para se chegar a 10% do PIB para a educação. Temos que ter consciência desse desafio enorme. Mas, vamos dizer de onde vem esse dinheiro.

São várias fontes de recursos possíveis

A nota técnica da FINEDUCA O Financiamento do PNE: é chegada a hora de priorizar a Educação no processo de desenvolvimen-

to social e econômico do Brasil²⁴ aponta o que aconteceu na Finlândia, no Japão, na Coreia do Sul, em vários países nos últimos 30, 40 anos, e diz que é chegada a hora do Brasil fazer alguma coisa na mesma direção. Não tem jeito. Para entendermos quais os recursos que poderiam servir à educação no Brasil, olhamos para uma série de fontes possíveis, a exemplo da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica e dos royalties de Itaipu, distribuída aos estados e municípios que se relacionam com usinas hidrelétricas, cujo valor, em 2022, foi de quase R\$ 3,2 bilhões. E como tem sido utilizado esse dinheiro? Será que ele tem sido pulverizado nos municípios? Será que não deveria ter uma prioridade nacional? Mesmo que não fosse apenas uma parte disso? Esse é o tipo de recurso que nunca acaba, porque se acabar quer dizer que demos fim nos recursos hídricos.

Outro recurso que estudamos é o da Compensação Financeira pela Exploração Mineral



24 Acesso em https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/20231221_Nota_Técnica_10_PIB_apoios.pdf

(CFEM) que, no ano de 2021, foi de quase R\$8,3 bilhões pagos pelas mineradoras sobre os minérios que extraíram. Essa já é uma riqueza finita, pois uma hora não vai ter mais esse recurso mineral para ser explorado. Um estudo da Câmara de Deputados mostra que o Brasil, comparado com a Austrália, China e Indonésia, cobra das mineradoras as menores taxas do mundo pela exploração de bauxita, diamante, ouro, minério de ferro, magnesita e zinco. Ainda assim a CFEM pode fornecer grande volume de dinheiro que pode ser mobilizado para a educação, desde que esse tema seja assumido como prioridade nacional. E aí, tem que mobilizar a nação inteira para isso acontecer. Certos estados e municípios também recebem os recursos dos royalties e participações especiais vinculados aos campos de petróleo e gás natural. O que os estados estão fazendo com esse dinheiro? Foram R\$38,7 bilhões em 2022. Já os municípios que têm direito a esses recursos receberam R\$72 bilhões.

Temos também os recursos da compensação financeira dos royalties do petróleo e gás natural destinados à União que são distribuídos para o Comando da Marinha, alguns Ministérios, o Fundo Social do Pré-Sal, e especificamente para Educação e Saúde. Em 2022, o Comando da Marinha recebeu R\$1,7 bilhão; o Ministério da Ciência e Tecnologia recebeu R\$1,2 bilhão; o Ministério das Minas e Energia, R\$1,9 bilhão, e o Ministério do Meio Ambiente, R\$491 milhões. Esse valor para o Meio Ambiente é um absurdo! Estamos falando de petróleo, que polui, e na hora que vai distribuir as participações esse Ministério fica apenas com R\$491 milhões! Para a Educação e Saúde, especificamente, foram R\$9, 2 bilhões. E para o Fundo Social do Pré-Sal, que foi tão falado, foram R\$31,3 bilhões. Mais desses recursos também poderiam ir para a implantação do PNE. O dinheiro do Pré-Sal, como havia sido planejado, seria para formar o Fundo Soberano Brasileiro.

Fundo Soberano: riqueza para financiar o futuro

Aqui é preciso apontar que é exatamente o Fundo Soberano que aproveita as riquezas que um país tem para ajudar no seu desenvolvimento, diminuir desigualdades, melhorar as condições de saúde, educação, etc., da população. Num ranking de 15 países com o maior volume de dinheiro em seus fundos, a China aparece em primeiro. Ela tem 3 fundos soberanos, com quase US\$2,8 trilhões. Os Emirados Árabes Unidos vêm depois, com US\$1,7 trilhão; a Noruega tem US\$1,4 trilhão. Depois vêm os fundos de Singapura, Kuwait, Arábia Saudita, Hong Kong, Catar, EUA, Turquia, Rússia, Coreia do Sul, Austrália, Cazaquistão e Canadá. O Brasil não está no ranking e nem tem Fundo Soberano.

Então, a riqueza natural do Brasil, teoricamente finita, se não for usada de forma adequada em prioridades nacionais para todos, é uma riqueza que só vai ser usada pela geração atual. E as próximas gerações? E tudo conduz à discussão de que a educação é o melhor lugar para se fazer essa riqueza chegar às próximas gerações. E, devido à dinâmica demográfica, tem um grupo de pessoas no país que, dependendo da faixa etária, se não forem atendidas agora, nunca mais vão ser.

Temos também os recursos da Dívida Ativa da União, que é o registro de débitos do setor privado (impostos, taxas, multas) não pagos ao Governo Federal, que é de R\$39 bilhões. Há ainda a dívida ativa dos estados e municípios, que também podem gerar recursos para a educação. Quanto à renúncia fiscal da União, temos, só de impostos devidos, R\$195 bilhões.

Falando da questão tributária, devo destacar que há muita mentira sobre esse tema. Dizem que a carga tributária do Brasil é a maior do mundo. O que é isso? De onde eles tiram essa informação? A média da carga tributária

dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) gira em torno de 34% do PIB, e a do Brasil é de 31,6%. Quanto à carga tributária per capita - a carga tributária de um país dividida pelo número de habitantes -, a do Brasil é de US\$4.450, e a de Luxemburgo, por exemplo, que é a maior, de US\$43.355. A dos EUA é de US\$16 mil.

Limite para o gasto com juros e amortização da dívida pública

Agora vamos para o assunto mais delicado, que se refere aos Juros, Encargos e Amortização da Dívida Pública Brasil, um valor de R\$418,7 trilhões. Um dos grandes problemas

desse encargo é a dívida interna. Mexer nisso é comprar uma briga que envolve a remuneração de aplicação financeira. A ideia da FINEDUCA é pegar o valor médio dessa dívida de uns cinco anos e colocar um limite. Porque quando a gente olha para o Novo Arcabouço Fiscal, todo tipo de despesa que a gente imaginar está lá para ser controlada, mas o que é gasto com Juros e Encargos da Amortização da Dívida, não. Essa parte está livre de limites e pode atingir o valor que quiser, favorecendo o rentismo das aplicações financeiras. Então, qual a ideia? É colocar um limite para este gasto, e o que passar deve ser usado para uma prioridade nacional. Por exemplo, em vez de gastar R\$418 bilhões com juros e amortização da dívida, gastar o limite

AVALIAR PARA GARANTIR DIREITOS: ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS, JUSTIÇA SOCIAL E O DESAFIO DA GOVERNANÇA FEDERATIVA NO BRASIL



Foto: Sérgio Silva

"A avaliação deve empoderar a comunidade escolar, não ser instrumento de controle e de punição das escolas."

Carlos Eduardo Moreno Sampaio
Diretor de Estatísticas Educacionais do INEP

de R\$300 bilhões. Os R\$118 bilhões restantes seriam refinanciados e seu valor seria aplicado numa prioridade nacional. Refinancia, joga para frente, rola a dívida.

Ou seja, definida uma prioridade nacional, vamos colocar toda a condição de riqueza que o país tem em cima dessa prioridade. Se a gente for olhar a história de alguns outros países, foi mais ou menos isso que eles fizeram, cada um

a seu modo, cada um com sua riqueza. Se não chegar o momento de fazer isso, não tem jeito.

Nesse estudo da FINEDUCA, a gente se dedicou a comprar essa briga, em termos de mostrar de onde viria o recurso para a educação e o que temos que fazer. Pode discordar quem quiser discordar. Se isso for votado no Congresso vai perder, se até de aumento de IOF perde, isso nunca vai passar. Mas está colocada a condi-

ção e o alerta. Vamos ser cobrados daqui 30, 40 anos. A nova geração vai perguntar por que não fizemos isso com a riqueza brasileira. A Coreia do Sul fez uma coisa desse tipo, a Finlândia fez, a Noruega fez. Então, é chegada a hora de fazer alguma coisa.

A universalização do direito à educação é um dos maiores desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades históricas e estruturais, como é o caso do Brasil. A Constituição Federal de 1988 representou um marco civilizatório ao instituir a educação como um direito de todos e dever do Estado, vinculando-a à promoção da cidadania e à superação das desigualdades sociais. Contudo, a realização desse direito exige mais do que normas legais: requer capacidade institucional, cooperação federativa e, sobretudo, informações confiáveis que subsidiem políticas públicas eficazes e inclusivas. Nesse contexto, os sistemas de estatísticas e avaliação educacional desempenham papel estratégico. Mas seu uso inadequado pode gerar distorções, penalizações e até mesmo sufocamento da ação educativa.

O legado da desigualdade e o papel da escola pública

A escolarização no Brasil avançou em ritmo lento, desigual e excludente. A análise das estatísticas do século XIX e das décadas iniciais do século XX revela o abandono sistemático da população negra, pobre e rural dos processos formais de instrução. Mesmo após a abolição da escravidão, não houve políticas de reparação ou inclusão social, perpetuando uma estrutura racista e classista. A escola pública, em vez de ser um instrumento de cidadania, foi por muito tempo um privilégio de poucos. O marco da Constituição de 1988, ao universalizar o acesso à educação básica, foi resultado de

pressões sociais acumuladas e de um projeto democrático em disputa. Hoje, a escola pública representa a principal instituição de construção da cidadania, sendo fundamental garantir-lhe apoio institucional, recursos adequados e políticas orientadas pela equidade.

Avaliação educacional e políticas públicas baseadas em evidências

O uso de dados e indicadores na gestão da educação permite conhecer a realidade da oferta educacional, diagnosticar desigualdades e planejar intervenções mais eficientes. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio de censos educacionais, exames e avaliações, constitui a espinha dorsal da produção estatística educacional no país. Esses dados informam gestores, pesquisadores e sociedade civil, permitindo o monitoramento de políticas e o acompanhamento de metas educacionais. Entretanto, a produção de dados precisa estar a serviço de uma finalidade clara: garantir o direito à educação com qualidade. Indicadores não devem ser utilizados como instrumentos de controle hierárquico ou de responsabilização punitiva das escolas. A avaliação deve empoderar a comunidade escolar, fomentar a melhoria contínua e respeitar a complexidade do trabalho pedagógico.

Os riscos do fetiche por dados

Vivemos um momento de expansão dos sistemas de avaliação e da disponibilidade de dados educacionais. Embora isso represente um avanço em termos de transparência e capacidade analítica, há riscos evidentes no modo como essas informações são utilizadas. A busca incessante por mais dados pode se tornar um fetiche tecnocrático, descolado das reais necessidades das escolas. Demandas administrativas para preenchimento de plani-

lhas, plataformas e formulários muitas vezes ocupam o tempo e a energia dos profissionais da educação em detrimento da atividade pedagógica. A escola, nesse processo, corre o risco de ser sufocada por uma lógica de prestação de contas contínua, em que o dado passa a valer mais que o processo formativo. É preciso redirecionar esse modelo: mais importante do que medir tudo o tempo todo é garantir que os dados produzidos sirvam para apoiar a escola, orientar intervenções qualificadas e promover justiça educacional.

A proteção de dados e os limites éticos da avaliação

Com a ampliação das bases de dados individualizados, como o Censo Escolar, o Enem e os exames do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), cresce também a responsabilidade do Estado quanto à privacidade e ao uso ético dessas informações. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais, especialmente os sensíveis, como origem étnica, deficiência e desempenho escolar. O Inep deve operar com altos padrões de proteção e confidencialidade, evitando riscos de

reidentificação, discriminação ou uso político dos dados. O desafio ético é imenso: como conciliar a necessidade de dados detalhados com a garantia de direitos fundamentais? A resposta exige governança sólida, protocolos éticos, transparência e participação social nos processos de definição dos indicadores e seus usos. A produção estatística não é neutra; ela carrega escolhas políticas e pode tanto iluminar desigualdades quanto aprofundá-las, se mal utilizada.

Caminhos para uma cultura avaliativa emancipadora

A avaliação deve ser uma aliada da escola, e não uma ameaça. Para isso, é preciso construir uma cultura avaliativa baseada na confiança, no diálogo e no apoio técnico-pedagógico. A responsabilização, quando necessária, deve ser acompanhada de suporte, formação continuada e recursos. É preciso combater a lógica meritocrática que transforma avaliações em rankings competitivos, penalizando escolas que mais precisam de apoio. O papel dos indicadores é fundamental, mas não suficiente: sem mediação pedagógica, sem uso efetivo dos dados pelas escolas, sua capacidade de transformação é li-



EIXO 4

**Plano Nacional de Educação
no Congresso Nacional, as
capacidades de coordenação
política e normatização nacional**



INTRODUÇÃO



Elcivan França
Relator da mesa

Foto: Sérgio Silva

mitada. O dado parado não muda a realidade. É na escola, com seus profissionais, que a mudança acontece. Apoiar a leitura e o uso pedagógico dos resultados deve ser prioridade. A construção de um Sistema Nacional de Educação, com normas cooperativas e arenas federativas vinculantes, pode ser um passo decisivo para consolidar uma avaliação comprometida com a equidade e a democracia.

Avaliar para punir é um erro

A avaliação educacional é parte integrante de qualquer política pública séria e democrática. Mas sua utilidade depende de como é concebida, implementada e utilizada. Avaliar para punir é um erro. Avaliar para transformar é um compromisso com o direito à educação e com a escola pública. As estatísticas educacionais têm poder, mas devem ser colocadas a serviço de um projeto de justiça social. A escola precisa de tempo, autonomia e confiança — não de vigilância contínua. A democracia brasileira só será plena

quando cada criança, jovem e adulto tiver assegurado o direito a uma educação de qualidade. E isso passa por dados sim, mas também por escuta, respeito e compromisso ético.

Os debates do Eixo 4, mediado por Bruna Matos, foram iniciados com Binho Marques, que fez um resgate dos três últimos Planos Nacionais de Educação (PNEs). O primeiro, aprovado no governo Itamar, fracassou por limitar-se à esfera federal, mas deixou sementes importantes, como o Piso Nacional e o Custo-Aluno-Qualidade(CAQ). O segundo, instituído no governo FHC, foi considerado o mais frágil:

elaborado sem participação social e sem financiamento. O terceiro, aprovado por unanimidade no Congresso, nasceu da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e teve amparo legal, mas pecou na estrutura e execução, alcançando poucas metas. Para Binho, o Novo PNE é legítimo e mais inclusivo, porém precisa aprimorar sua organização em objetivos estratégicos, incluindo condições básicas para funcionamento das escolas.

Selma Rocha destacou a gravidade da situação educacional, mas também a singularidade do Brasil por envolver o pacto federativo e a

NOVO PNE: LIÇÕES DO PASSADO E ACERTOS NO PRESENTE PARA UM FUTURO MELHOR



Foto: Sérgio Silva

“Metas inalcançáveis produzem frustração; metas tímidas, estagnação. O desafio é encontrar o ponto em que a ambição nos impulsiona, mas não nos paralisa.”

Binho Marques
Educador e ex-governador do Acre

participação social no PNE. Enfatizou a Educação Integral, defendendo que o debate sobre o seu financiamento deve ser central. Alertou para o uso distorcido do discurso das “evidências” de aprendizado e ressaltou a importância de combater visões equivocadas sobre a educação infantil e de se fortalecer a articulação política em torno da educação.

Clélia Mara trouxe dados sobre desigualdades históricas, principalmente para negros, indígenas e quilombolas, e alertou para o risco de um “apartheid educacional” caso não haja correção dessas distorções. Defendeu que o PNE traduza

um Brasil múltiplo e diverso, capaz de enfrentar agendas que aprofundam desigualdades.

Por fim, Heleno Araújo tratou da articulação política em torno do PNE no Congresso. Destacou a necessidade de engajamento dos setoriais do PT, da criação de grupos de trabalho para acompanhar as emendas, e da construção de estratégias conjuntas com parlamentares e fóruns de educação. Ressaltou, ainda, a importância de se ter diagnósticos educacionais nos municípios e estados para fortalecer a defesa do Plano e do Sistema Nacional de Educação.

Meu percurso com o Plano Nacional de Educação (PNE) não é apenas profissional — é também afetivo. Acompanhei, de diferentes posições na gestão dos sistemas de ensino, os últimos três planos decenais: como secretário municipal, estadual e, mais tarde, como secretário nacional de educação. Cada um deles me ensinou lições valiosas.

O primeiro foi em 1994, no governo Itamar Franco, sob a liderança do ministro Murílio Hingel. O plano nasceu frágil: sem amparo constitucional, sem financiamento assegurado, atravessando uma disputa eleitoral e sem força para se materializar nas redes e sistemas de ensino. Ainda assim, seu processo de elaboração foi um marco. Os debates nas conferências regionais e na Conferência Nacional de Educação Para Todos, e a mobilização nacional deixaram um legado que sobreviveu e superou o próprio texto do plano. Foi desse processo que emergiu o compromisso com um fundo nacional de desenvolvimento da educação e de valorização do magistério, que no governo FHC se tornaria o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e, no primeiro governo Lula, o piso nacional dos professores. Aprendi, ali, que um bom processo de planejamento pode ser muito mais transformador que o plano em si.

O segundo PNE que vivi foi aprovado em 2001, fruto de uma exigência das disposições transitórias da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996. Deveria ter nascido um ano depois da lei, mas chegou com quatro anos de atraso, elaborado às pressas, sem um debate público adequado e com o foco restrito ao ensino fundamental. A falta de financiamento — agravada pelo veto presidencial à vinculação para a educação de 7% do PIB, e pela precária transferência de recursos aos estados e municípios com o longo congelamento do Valor Aluno Ano do Fundef (VAAF) minaram sua



viabilidade. Foi um plano legalmente amparado, mas sem legitimidade nem engajamento, reforçando o senso comum de que os PNEs não passam de cartas de intenção. Ainda assim, neste período de descrença, veio a semente de uma mudança estrutural: a Emenda Constitucional 59/2009, articulada pelo deputado Carlos Abicalil, que tornou o PNE obrigatório a cada dez anos e o colocou como peça central de um Sistema Nacional de Educação previsto na Constituição.

O terceiro plano, aprovado em 2014, foi o primeiro a nascer com esse amparo constitucional. Sua construção foi legitimada pela Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010 e contou com a maior mobilização já vista em torno de um plano educacional. No entanto, foi um plano de propostas sem um diagnóstico para entender os problemas pela raiz. A tentativa de priorizar 20 metas pelo Ministério da Educação (MEC) também acabou por comprometer sua estrutura: faltou um diagnóstico articulado às metas, não havia diretrizes claras, e muitas estratégias eram, na verdade, metas

disfarçadas. Apesar disso, conseguimos fazer algo inédito na Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC): criamos uma rede de apoio técnico, elaboramos cadernos de orientação e a plataforma “Planejando a Próxima Década”, garantindo que todos os estados, com exceção do Rio de Janeiro, e praticamente todos os municípios elaborassem seus planos locais e os tornassem leis, aprovadas com amplo debate nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas. Essa aterrissagem nacional, com o alinhamento dos planos nacional, estaduais e municipais - PNE, PEEs e PMEs, foi um avanço histórico. Mas, ao final da década, os resultados foram menos comemorados que o esperado, seja pela ousadia pouco realista de algumas metas, seja pelas conjunturas políticas e econômicas adversas.

O novo PNE e o que pode melhorar

Chegamos, agora, ao Projeto de Lei 2614/2024, que propõe o novo PNE. Há nele avanços indiscutíveis. O mais significativo é a centralidade dada à equidade: o reconhecimento explícito dos direitos de populações historicamente invisibilizadas — negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, moradores do campo entre outros — não como nota de rodapé, mas como parte integrante das metas. A estrutura também é mais precisa: princípios, objetivos, metas e estratégias bem definidos e, pela primeira vez, alinhados de forma lógica. As metas são metas, as estratégias são estratégias, e há uma definição mais nítida dos papéis no cenário federativo. É um plano que, mesmo não sendo a reprodução exata das deliberações da CONAE — algo que nunca ocorreu na história —, mantém elementos essenciais que correm risco de serem atacados no Congresso. A presença de pessoas comprometidas na redação da proposta ajudou a proteger pontos vitais.

Mas, como todo plano, ele pode melhorar. Acredito que a reestruturação da sua arquitetura pode torná-lo mais mobilizador e coeso, fortalecendo o alinhamento com os planos subnacionais e promovendo uma visão mais sistêmica. Uma possibilidade seria adotar um único Macro Objetivo. Ele daria visibilidade e induziria o engajamento da sociedade ao PNE, traduzindo em poucas palavras um documento extenso e complexo. Este Macro Objetivo deveria ser algo mobilizador, capaz de sintetizar o propósito maior do país com a educação na próxima década, como: “Fazer da educação pública, inclusiva e de qualidade o principal instrumento para reduzir desigualdades, garantir aprendizagem e preparar todas as pessoas para o trabalho, a cidadania e um futuro sustentável”.

A maneira como estão organizadas as metas também poderia ganhar uma estrutura que ajude na gestão do Plano Nacional e dos planos subnacionais. Bastaria vincular a o Macro Objetivo com um pequeno conjunto de Objetivos Estratégicos (OEs), que permitiriam, com facilidade, orientar os caminhos de gestores e dirigentes da educação para fazer com que o Macro Objetivo seja mais efetivo. Sugiro, para reflexão, a possibilidade de três Objetivos Estratégicos, articulados e interdependentes:

O Objetivo Estratégico 1 (OE1) seria dedicado à estruturação do Sistema Nacional de Educação, incluindo governança democrática; parâmetros de qualidade para a educação nacional; avaliação da entrega destes parâmetros de qualidade; e financiamento estável e compatível com os parâmetros de qualidade. O OE2 seria voltado para assegurar com equidade acesso, permanência, trajetória regular, e aprendizado. O OE3 seria destinado a garantir condições básicas de funcionamento das instituições de ensino, incluindo infraestrutura e manutenção adequadas aos níveis, segmento, etapas e modalidades de ensino; valorização

profissional; e assistência estudantil.

Essa reorganização não é apenas estética. Ela facilitaria o monitoramento, criaria coesão entre metas hoje dispersas e ajudaria a sociedade a compreender e se engajar com o plano. Também permitiria introduzir o Sistema Nacional de Educação de forma gradual, evitando o risco de termos um sistema mal concebido. Além

disso, é preciso calibrar as metas, equilibrando ousadia e viabilidade. Metas inalcançáveis produzem frustração; metas tímidas, estagnação. O desafio é encontrar o ponto em que a ambição nos impulsiona, mas não nos paralisa.

Planejar não é controlar o amanhã, é semear condições para que ele floresça ■

DEBATER O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO É DEBATER UM PROJETO PARA O BRASIL



Foto: Sérgio Silva

“A nossa força estará na nossa capacidade de dialogar com amplos setores sobre a importância das questões que envolvem o PNE.”

Selma Rocha

Historiadora diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino, Planos Decenais e Valorização dos Profissionais da Educação no MEC

Olhar para o futuro do PNE é também um exercício espiritual: envolve fé no que ainda não existe, compromisso com as próximas gerações e a consciência de que a educação é, antes de tudo, um ato de esperança. Planejar não é controlar o amanhã, mas semear hoje as condições para que ele floresça. É reconhecer que cada criança que entra numa escola pública carrega, assim como seus pais, a expectativa de que estamos cuidando não apenas do seu aprendizado, mas da possibilidade de uma vida digna, plena e feliz.

O novo PNE não será perfeito — nenhum foi. Mas pode ser o melhor que já tivemos, se aprendermos com os erros e acertos do passado, preservando os acertos no presente e a coragem para aperfeiçoá-lo no debate legislativo. Mais do que um documento técnico, ele deve ser um manifesto de compromisso com o

Brasil que sonhamos: um país em que a educação pública seja o coração pulsante do desenvolvimento humano, social e econômico sustentáveis. Esse futuro não virá por inércia; ele será fruto de escolhas, lutas e pactos. E é para isso que estamos aqui: para escolher bem, lutar juntos e pactuar um caminho que honre nossa história e inspire nosso porvir.

Acho que raros países fizeram o que o Brasil está fazendo com o Plano Nacional de Educação (PNE), se é que tem algum país que fez isso, que é envolver a estrutura federada, o sistema federativo com toda a sua complexidade, com toda a desigualdade regional que nós conhecemos, e a participação social. Isso só é possível hoje, porque nós temos uma grande história de participação. O debate estrutural sobre educação no Brasil, realmente, vem desde a Constituinte. E nós temos uma coisa forte na educa-

ção que foi o fórum em defesa da Escola Pública na Constituinte, que não só reivindicou coisas, mas apontou caminhos para o país. Essa é uma coisa que tem que ser muito marcada, porque a história do movimento social da educação não foi só reivindicar. A gente tem uma história de formulação, às vezes muito importante, às vezes menos suficiente, mas que deve ser muito acentuada nos próximos anos.

Eu estou muito envolvida no processo de elaboração e negociação do plano. Então, quero destacar situações que me parecem reveladoras de um processo que vai na direção oposta da Constituição Brasileira e, evidentemente, na direção oposta daquilo que entendemos como direitos. Eu quero reiterar que esse processo de elaboração do plano, que chegou a 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias, envolveu muita gente, seja, pela retomada do fórum e pela retomada das conferências, inclusive do processo de realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE). Nós tivemos que dar nó em pingo d'água para fazer essa conferência em função das circunstâncias políticas do país. Nós tínhamos os funcionários terceirizados e nós. Não tinha estrutura nenhuma, nem sequer de informática, para fazer essa conferência. E nem memória de nada. Mas o que aconteceu a partir daí? Nós conseguimos construir um grupo de trabalho (GT), que na época foi muito polêmico, um GT para construir diagnósticos com as principais entidades da Educação. Enquanto isso, o fórum era recomposto, e o processo da conferência foi aberto. Essa síntese resultou no processo de formulação do plano, que tem algumas coisas que eu quero reiterar como muito importantes.

A primeira é uma ideia que parece coisa de um programa, mas é um projeto para o país, que é a questão da Educação Integral. Na minha opinião, essa é uma das questões-chave que nós vamos enfrentar no Brasil. Isso tem a ver com a

noção de qualidade e de equidade, envolvendo, portanto, a educação indígena, quilombola e a superação de todas as diferenças que têm a ver com renda, gênero, raça. Tudo está embutido aí, com metas específicas que não são simples, e muito menos será simples alcançá-las. Mas colocar essas metas e torná-las evidentes no plano torna a questão da equidade um desafio para o país.

E tem o problema do financiamento. Eu quero lembrar uma coisa que foi o princípio do princípio, lá nas décadas de 1980 e 1990, que era a ideia de ter uma âncora para a educação no Brasil. Hoje se chama Custo-Aluno-Qualidade (CAQ), e na época era o referencial para o Piso dos Professores. Mas o que era essa âncora? Era levantar o custo da educação brasileira para que nós soubéssemos como deveríamos avançar na direção do aporte de recursos. Tem a questão do PIB, mas tem que ter um esforço nacional para discutir aquilo que é necessário e quais são as fontes de financiamento. O Pré-sal foi uma esperança para isso, mas o Pré-sal trabalha com uma fonte finita de recursos que é o



petróleo. E tudo que é fonte finita não financia pessoal, por exemplo, mas pode financiar infraestrutura, coisas que a gente sonhava lá atrás, mas que não tivemos condições de continuar por causa de tudo que nós vimos: o golpe contra a presidenta Dilma, e depois o governo Bolsonaro que abandonou tudo isso.

Alguns problemas, no meu entendimento, marcam fortemente o debate que vai se travar não só em torno do PNE, mas do Sistema Nacional de Educação também, porque tem a ver com a mesma coisa. A primeira coisa, que já mencionei, tem a ver com o financiamento. Nosso problema não é só de dar dinheiro público para escola privada. Isso foi lá atrás. A situação hoje no Brasil é bem mais complexa. Existe uma estratégia da disputa do fundo público por duas razões. Primeiro, porque o ensino de quatro a 17 anos é obrigatório, portanto há um público cativo da educação. Segundo, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) é um fundo milionário. E

eu estou me referindo à Educação Básica, porque a estratégia em relação ao Ensino Superior é outra, muito parecida com o que o Banco Mundial falou na década de 1990. Mas na Educação Básica, nós não estamos mais discutindo se vai dar dinheiro público para a escola privada, não é mais essa a discussão. A disputa é se nós queremos gerir e usar o dinheiro do Estado nas escolas do Estado, via setor privado. Qual é a forma de fazer isso? É essa discussão infundável sobre as evidências educacionais, as avaliações, as métricas. Eu quero fazer uma nota sobre a relação entre evidências e qualidade.

Eu acho que em algumas esferas da sociedade brasileira estamos voltando ao século XIX, primeiro, por conta do conceito de Liberalismo, que foi retomado curiosamente. Mas, o Marcio Pochmann alerta que o capitalismo hoje não tem mais nada a ver com a fase liberal. Nada! Essa ideia de concorrência é uma ideia tola, ninguém vai concorrer, porque os setores que concorrem e perdem imediatamente buscam o Estado para resolver o problema. E isso é clássico da lógica neoliberal. Então, o que está em discussão não é menos Estado, mas a disputa do Estado a serviço de uma outra lógica. É outra coisa. Tem muita gente no mundo que já falou disso e isso tem a ver com uma noção de Ciência.

Eu sou da área de História, não sou matemática, nem engenharia, então, eu dou muita risada, porque tem umas coisas que são ditas no século XXI que quando eu entrei na faculdade já eram fortemente questionadas. Essa noção de verdade a partir da noção de evidência, por exemplo, como se o conceito de evidência não envolvesse problemas epistemológicos seríssimos. É uma noção de Ciência deslocada do seu tempo. Completamente deslocada. Pergunte para as pessoas que falam bastante sobre isso no Congresso Nacional o que é evidência. Experimentem perguntar. Vão res-



ponder: "São provas. É que nós vamos provar a realidade com números". Como se a Ciência não tivesse debate de séculos em torno do que é evidência, daquilo que pode ou não ser comprovado. Eu sei disso, porque na área da História foi o primeiro debate que eu fiz na minha vida em termos de metodologia. O que é a História, é Ciência ou não é? E isso tem a ver com as universidades, onde o debate sobre Ciência é imprescindível, mas o que nós precisamos, segundo essas pessoas que defendem a evidência, é de aplicação. E a aplicação significa, objetivamente, a negação da Ciência Básica. Essas coisas têm muita relação, e é por isso que defendem que o Ensino Superior tem que ser financiado pelo setor privado e que o Brasil não tem que gastar dinheiro com Ciência Básica. Essa tese pulula, o Banco Mundial falou disso à exaustão nas décadas de 1980 e 1990, e isso volta agora. Tem gente que está dizendo que todo o crescimento do PIB tem que estar vinculado à Educação Básica e não ao Ensino Superior. Mas não há nação sem Ciências. Todas essas coisas têm a ver com uma coisa chave: nós não podemos falar que uma nação pode ser soberana sem produzir conhecimento, sem Ciência Básica, que é o fundamento do resto. Não é possível.

É preciso que fique muito claro no debate que nós estamos falando de projeto do Brasil, nós não estamos falando de qualquer plano. Nós estamos falando de um plano que experimentou uma década de discussão, aos trancos e barrancos entre estados e municípios, apesar do governo Bolsonaro, apesar de todo esforço para desmontar o plano, mas o Brasil experimentou avanços. Isso tem a ver com dialética entre movimento social e Estado. Isso não é uma dívida só dos governos.

Evidências não envolvem só números, envolvem circunstâncias sociais e culturais

Mas é importante dizer que essa lógica das evidências, mal trabalhada a meu ver por um discurso meramente ideológico, serve à negação dos problemas que envolvem as próprias evidências. Eu fiz questão de escrever no plano, toda vez que tem a palavra evidência, a palavra científica. Sabem por quê? Porque na hora de escrever evidências, qualquer número vale. Tem pessoas que acham que porque foram para Harvard umas duas, três vezes, podem falar qualquer coisa. Não podem, porque a discussão das evidências não envolve só números, envolve circunstâncias sociais, culturais, das crianças, dos jovens e dos adultos e das escolas brasileiras. Tudo isso é parte do diagnóstico. Tudo isso é parte da realidade social, senão a gente não vai entender tudo aquilo que discutimos –que somos um país colonizado, que tivemos mais de 300 anos de escravidão, e que temos um legado social para resolver, que ainda está aqui nas nossas barbas. Eu não posso trabalhar com evidências negando isso. A evidência tem que servir para a interpretação desse quadro e não o contrário, que seria igualar o Brasil com a Finlândia via média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Me desculpem, não dá. Tem que olhar para as médias da OCDE? Tem. Óbvio. Isso basta? Não. Tem que olhar para nossa realidade, para nossa soberania, porque senão não tem soberania.

Valorização profissional é ponto chave

Outra coisa é a valorização dos profissionais, outro ponto chave dessa discussão. Estão aqui meus companheiros do Fórum de Valorização dos Profissionais da Educação porque a situação não é simples. Qual é a estratégia? Existe uma estratégia para diminuir o concurso público no Brasil, segurar o número de professores contratados e diminuir os concursados. Isso é um projeto. Outro dia uma pessoa disse

numa reunião: “Mas vocês têm que entender que vocês querem concursos, mas tem gente que quer escola charter²⁵”. Tudo bem, senhores. Se vocês querem escola charter, vamos ao debate nacional sobre o que está escrito na Constituição brasileira, porque é disso que todo mundo foge como o diabo da cruz.

Já a questão demográfica virou uma salada. Temos que avançar nos estudos de demografia, porque todo mundo diz assim: “A população vai diminuir”. É verdade. Só que a população vai diminuir em ritmos, tempos e territórios completamente diferentes. Os estudos que o IBGE tem a esse respeito mostram que a população vai começar a diminuir em alguns lugares em 2047. Até lá, algumas gerações vão passar pela escola. Em nome disso, nós temos que parar de fazer concurso para professor? Então, nós temos que jogar o Plano Nacional pela janela, porque nós temos metas de acesso e qualidade para o país inteiro. Como a população vai diminuir, tudo que nós escrevemos está errado?

A Prova Nacional Docente é um esforço para dizer que é preciso fazer concurso público para ter Educação Integral, senão, não vai ter Educação Integral. Não vai. Essa história de que nós vamos contratar professores, fazer avaliação, atender os quesitos, não tem nada a ver com Educação Integral, porque Educação Integral pressupõe uma abordagem que, além de ser integral, envolve um conceito curricular de uma abrangência e uma qualidade muito diferente daquilo que reduz toda a tarefa nacional em educação a Português e Matemática, que são muito importantes, é óbvio, mas não são tudo. E essa discussão, talvez, seja a mais importante do plano, porque coordena a estratégia de redução do papel dos professores no debate sobre a utilização das tecnologias e da IA na educação.

A humanidade, não é o Brasil, a humanidade

não terá saída se a escola acabar, porque daqui a pouquinho, esses meninos não vão ter pensamento crítico. Nós olhamos esse negócio de IA e falamos: isso é bom, isso é besteira, isso é bom. Sabe por quê? Porque nós lemos livros. Porque nós estudamos uma vida. Daqui a pouquinho vai ter chip na cabecinha deles. É verdade. Eu tenho um filho que trabalha com tecnologia, que me diz isso o tempo todo: “Mãe, é assustador o que vem por aí”. Isso significa o quê? Significa que nós temos que ter um espaço social e público para o debate sobre a leitura crítica desses conteúdos em todas as áreas. Isso envolve Ciência Básica, Ciência Aplicada, e isso envolve capacidade de elaboração. Eu participei de um debate outro dia e havia várias pessoas da educação fazendo reverências, a palavra é essa mesma: reverências à IA. E tinha uma pessoa da IA que falou assim: “Não tem possibilidade de nós trabalharmos com IA seriamente se nós não tivermos noção de processo e não só de resultado”. Outra coisa é que o desenvolvimento da cognição humana é insubstituível e tem que estar a serviço da elaboração daquilo que a IA faz. Portanto, a inteligência humana nunca vai ser substituída pela IA, a não ser que eu mate os humanos. E tem muitas formas de matar os humanos, não é só fisicamente, como todo mundo aqui sabe. É matar a criatividade, é matar o meio ambiente, é matar as condições de criação das crianças.

Brincar na infância é tão importante quanto respirar

O último ponto que quero levantar é sobre a Educação Infantil. Eu li várias coisas que dizem que nós temos que antecipar, monitorar as crianças do zero aos seis anos, porque nós temos que ver cada momento da vida delas em relação às diretrizes da Educação Infantil Brasileira, para ver se elas estão sendo cumpridas,

25 Escola charter é uma instituição de ensino pública, financiada pelo governo, mas com gestão privada.

para que com sete anos a criança esteja alfabetizada. Eu devo dizer a vocês, que as pessoas que escreveram isso não têm a mais vaga noção do que é infância. Não têm. Porque, infância significa brincar. Brincar significa condição de representação do real. Brincar na infância é tão importante quanto respirar. Sem brincar, ninguém consegue compreender o mundo. As pessoas entram num mundo extremamente

complexo, violento, e a representação é a única forma de lidar com o mundo. E se eu resolver matar a infância, matar o brincar e colocar todo mundo para se alfabetizar aos quatro anos, eu vou criar um problema enorme lá na frente. A não ser que eu trabalhe com a noção de que alfabetização tenha que virar treinamento de criança. Isso é muito grave para um país. Ninguém vai desenvolver motricidade fina se não

POR UMA EDUCAÇÃO QUE ENTENDA TODOS E CADA UM COMO SUJEITOS EM SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM



Foto: Sérgio Silva

“Quais crianças aprendem menos na escola brasileira? As crianças pretas e pardas, as indígenas, as quilombolas e as do campo. Desde sempre.”

Clélia Mara

Diretora de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola do MEC

aprender a brincar. Aliás, ninguém vai desenvolver motricidade nenhuma se não brincar, se não aprender amarrar o sapato, se não construir autonomia nos mínimos movimentos.

Eu queria fazer um apelo a todos nós, por fim. Sem a discussão desse plano nas escolas, não só nas Comissões de Educação das Câmaras e das Assembleias, nós não vamos longe, porque eu estou lendo as coisas que estão sendo produzidas e é uma avalanche de ideologia. Tudo que eu não quero é ideologia. É preciso olhar para a defesa da infância, para políticas inter-setoriais que se articulem com a educação. Sem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nós não vamos a lugar nenhum, e a escola é um dos núcleos mais importantes dessa política. Não estou falando para responsabilizar

a escola, mas envolver as escolas no debate, os sistemas educacionais, as Secretarias de Educação, os governos. A nossa força estará na nossa capacidade de dialogar com amplos setores sobre a importância das questões que envolvem o PNE. Não é só sobre as metas ou não metas. É sobre o rumo das metas para que nós tenhamos soberania nacional e um país menos desigual.

Nosso partido tem uma história que precisa ser honrada neste momento. A nossa história foi de formulação para o Brasil durante décadas. Nós precisamos fazer isso com muita força, como nunca a gente teve que fazer.

Nós temos um sentimento de que os Planos Nacionais de Educação, que a gente vivenciou desde a democratização e a Constituição de

1988, não pegaram. De fato, esses planos não adentraram efetivamente no chão quente da escola, onde as pertinências e alterações de paradigmas realmente ocorrem por diversas razões. Tivemos as questões do financiamento, de ter colocado o carro na frente dos bois, escolhido metas e estratégias fora do alcance que atrapalharam estes planos que poderiam ter dado muito certo. No último deles, pertinente, importante e democrático, houve um golpe no meio do caminho. E agora estamos às voltas com a possibilidade de construção de um novo plano para as próximas décadas, com desafios muito mais difíceis, porque hoje a sociedade brasileira realmente é outra.

Eu gostaria que, em algum momento, a gente pudesse falar que se trata de um adeus às ilusões. A nossa escola pública não é, em sua integridade, o campo democrático que pressupõe que cada um tenha direito ao processo educacional da melhor maneira possível, e que as crianças, jovens e adultos possam ser sujeitos de direito do processo de aprendizagem. Vivemos processos muito acintosos na trajetória escolar e que atingem fortemente um setor da população brasileira, a maioria da população brasileira, que são os pretos, pardos e negros. Eu, sinceramente, penso que um Plano Nacional de Educação, que diz à sociedade qual será a estratégia para que a gente melhore a escola brasileira, deve ter em sua concepção a preocupação com os grupos historicamente marginalizados, excluídos do processo nacional, com consequência na educação e nas suas trajetórias escolares.

Mas para que a gente possa fazer uma reflexão boa e importante sobre isso, é necessário que se entenda o que está sendo construído. Como diria o querido Milton, é preciso conhecer para melhor prosseguir. E conhecer, inclusive, campos internos que têm se desdobrado para a produção de políticas de caráter nacional, e que

incidem fortemente nessas questões que abalam o processo democrático. Esse é um ponto.

O outro ponto de interseção profunda com o anterior é que nós, efetivamente, temos que reconhecer que estamos ensinando mal. As nossas crianças não estão aprendendo. E quais crianças aprendem menos na escola brasileira? As crianças pretas, pardas e negras, indígenas, as do campo e quilombolas. Desde sempre, aliás. Existem métricas desde a década de 1970 que já apontavam isso e vários campos da Ciências, em diferentes universidades, que já estudavam esses processos.

Acabar com o Apartheid

Então, eu chamo a atenção do Partido dos Trabalhadores, produtor de conhecimento, de estratégias e de pensar o Brasil, para que a gente possa fazer essa profunda imersão naquilo que é estratégico para esse país nesse momento. E eu estou convencida de que, ou a gente faz esse debate com muita profundidade, ou a gente vai contribuir muito fortemente para processos mais acintosos de Apartheid, pois é isso que a gente vive.

Eu vi uma entrevista de uma atriz negra que me chamou muito a atenção. Ela disse: “Bom, você entra num lugar e você não está lá, sua representatividade não está lá. E há campos e processos onde você está dependendo se você é negra ou se não é. E as pessoas não se dão conta disso”. Ela está falando de amigos que a acompanham e que não são negros. E aí ela diz que, se você concebe que há lugares em que você sabe que vai encontrar pretos e negros, e lugares em que você só vai encontrar brancos, a gente está falando de uma sociedade que vive um Apartheid no seu cotidiano.

É dessa sociedade que a gente precisa falar. É desse país que está todo dia conosco, onde tem uma guerra civil ocorrendo no cotidiano das periferias. E que tem uma outra guerra,

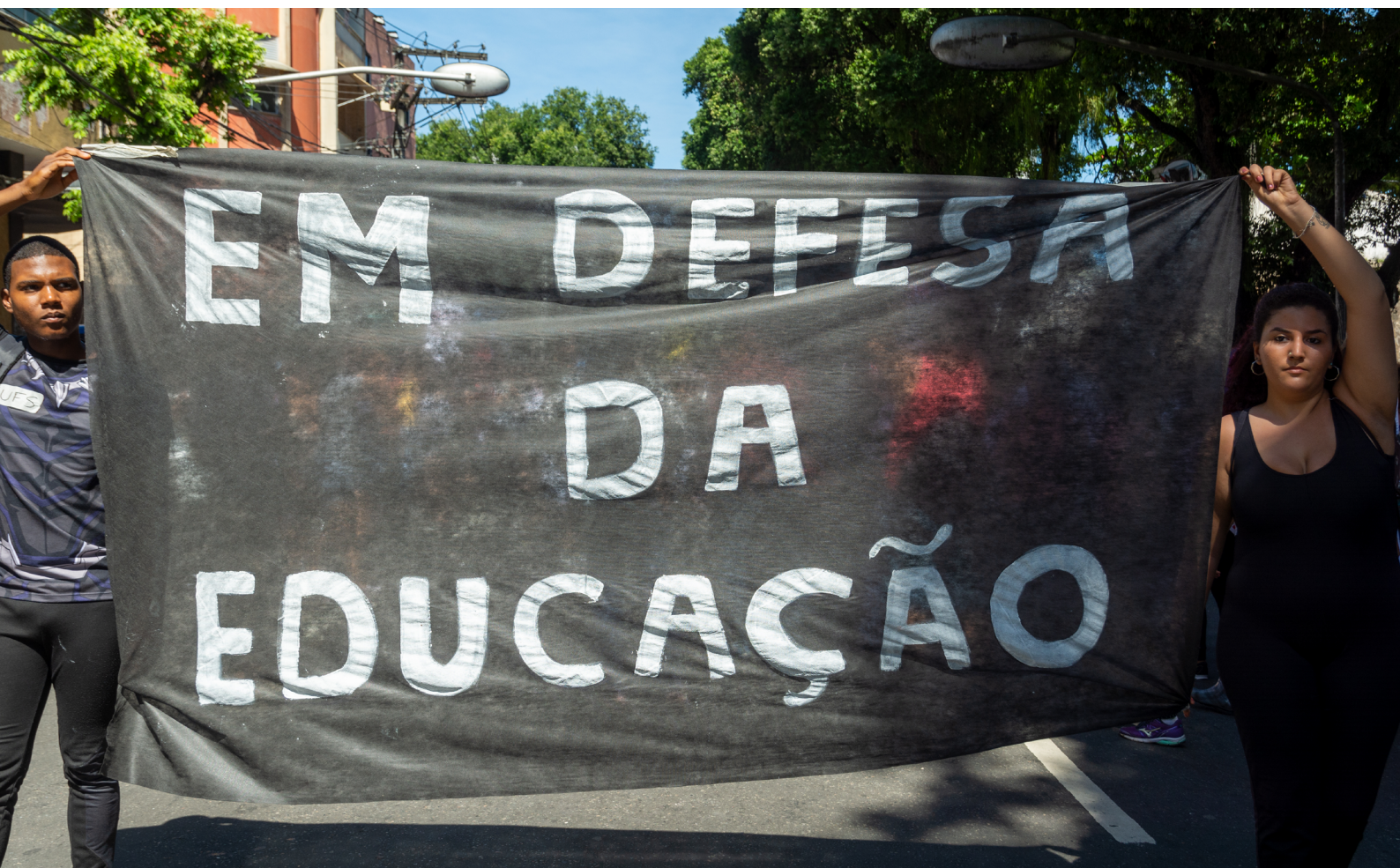
invisível para todos nós, que é o processo de desestruturação das escolas do campo, das escolas quilombolas, das escolas indígenas, sendo que o recuo e a ausência dessa educação tem cedido espaço para os municípios ampliarem os recursos para a escola integral. Isso, de novo, às custas desta população.

Então, os dados que trago mostram uma grande diferença no acesso, permanência e frequência, por exemplo, das crianças negras e brancas num equipamento de Educação Infantil. O Censo de 2024 diz que, finalmente, na Educação Infantil brasileira, o número de crianças pretas e pardas em creches públicas foi maior, atingindo uma proporção importante. Mas, ainda assim, a situação é muito distinta em outras etapas da Educação Básica. Isso para mim é a confirmação do que já aponteí. Temos um problema grave aqui, porque estamos falando da maioria na sociedade, estamos falando de 55,5% da população brasileira que não usufrui daquilo que é parte integrante desse processo, que é a garantia de aprendizagem e desenvolvimento. E pressupomos que o que ocorre ao

longo da Educação Básica acompanhe as trajetórias educacionais dos alunos pretos e pardos ao longo da vida. Tem um problema na estrutura brasileira que a gente precisa enfrentar de verdade, o epicentro, sob pena da gente não ter país nenhum para falar.

A escola não é uma ilha

E quem são as pessoas que não estão alfabetizadas? Um milhão e meio de pessoas? 71,6% delas são negros, sendo 57,8% pardos e 13,7% pretos. Este é um sinal de separação que o fim da escravidão não deu conta de resolver. E aí tem o problema da História, porque no dia 14 de maio, depois da abolição, a população negra foi jogada: "Se vira aí, filho! Dá os teus corre!" E os seus corre se refletem nesses dados, porque o Estado brasileiro se negou a pensar, e se nega até hoje, de forma contundente, Se nega a entender que a gente tem um problema estrutural na educação brasileira. Porque a escola, a rede e o sistema de educação não são ilhas, eles refletem aquilo que está efetivamente na sociedade. E o que está na so-



cidade brasileira é um profundo processo que estrutura nosso Estado, que é a questão do racismo. Por isso que a gente diz que é estrutural. E é também institucional, na medida em que as instituições, especialmente as públicas, esvaziam e inviabilizam o processo de aprendizagem dessa população.

O que acontece na trajetória escolar? Certamente não é problema cognitivo da população negra. Nós não temos problema cognitivo. Nós podemos e aprendemos da melhor maneira como todos os demais que estão no mesmo caminhar e nos mesmos bancos escolares. De novo, a conformação de onde nós estamos –a população indígena, a população quilombola, a população assentada– se reflete, inclusive, na média de anos de estudo e na sua trajetória escolar. As defasagens escolares atingiam 7% dos brancos na faixa de 18 a 24, e 10,1% da população negra na mesma faixa. Em 2023, 48,3% de negros com 25 anos tinha concluído o Ensino Médio. O percentual da população branca era de 61,8%. A taxa de negros que cursavam uma graduação era de 19,3%, já os brancos, 23%. E em toda série de dados essas distinções estão presentes e estão nos dizendo que há um problema que a gente precisa tratar de forma contundente.

E o Plano Nacional de Educação é a grande oportunidade para que a gente faça o encontro com o nosso país de verdade. O encontro de brasileiros com brasileiros. E para isso, a gente precisa ter essas questões determinadas pelo Estado brasileiro como compromisso político. É preciso saber qual é a visão da sociedade, qual o patamar de compreensão para a construção de uma nação. Saber as conformidades do território para que a gente possa fazer diálogos outros na perspectiva de entender o que são as tradições nos territórios. Na perspectiva de compreender, inclusive, por que é tão importante que a gente fale das questões socio-



ambientais no ambiente escolar. Porque isso afeta a população quilombola, a população do campo, afeta a população indígena, a população da periferia, que é a população largada das grandes cidades. Quem são, qual a cor de sua pele? Quem são os brasileiros que ficaram fora da escola nos processos recentes que atingiram o Brasil com alagamentos em tantas cidades e fechamento de escolas? Quem são?

Essas discussões têm que estar no espectro de discussão do Partido dos Trabalhadores. Até porque a gente tem perdido, de modo muito reiterado, o espaço dessa discussão. Os

microfones não estão com a bancada do PT fazendo essa discussão. Então, quando a gente encontra um plano que está em discussão no Congresso Nacional, há dados importantes como os que mostram que apenas 33,2% dos professores/as do Ensino Fundamental nas escolas predominantemente negras tinham formação adequada, em Licenciatura ou equivalente na disciplina que ministravam. Nas escolas com maioria de estudantes brancos, o percentual era quase o dobro, 62,2%. O dobro! Essas coisas não são por acaso. Não tem coincidência. A gente precisa parar de achar que isso é tranquilo e normal.

Não estamos de braços cruzados

É diante dessa realidade tão cruel, do ponto de vista da compreensão da sociedade brasileira, que a gente tem agido. Tem agido por meio do governo do presidente Lula. Por isso que eu chamei a atenção para que se saiba o que tem sido feito, para fazer melhor. Não estamos de braços cruzados. Temos a Secretaria da Diversidade de Todos e de Cada Um, criada em 2004, fechada em 2019, mas recriada tão logo o presidente Lula assumiu de novo a presidência da República. Construimos uma ação que dá voz, consistência e substância para que a gente possa olhar essa realidade, que é a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Essa política pressupõe, antes de mais nada, um arranjo federativo. Por isso que eu chamo a atenção para a emergência do Sistema Nacional de Educação, para um arranjo federativo, de governança, que coloque no campo da discussão e no campo da ação dos entes federados essa necessária política para a equidade que perpassa o campo de formação, de financiamento, de institucionalização, e o campo de percepção de trajetórias.

Essa política está em cada canto do Brasil

hoje, com seus mais de 530 coordenadores, nossos articuladores e agentes, que trazem sua percepção de que há municípios brasileiros que devem receber uma política focalizada nesse sentido da equidade, porque têm uma situação mais grave. São 733 municípios de oito estados que terão ações calcadas em um diagnóstico sobre equidade em questões étnico-raciais. Isso é importante para que se tenha um diálogo nas escolas para a discussão de identidade, território, autoestima, ações antirracismo, que ajude a conformar o que é ensino, educação e produção do conhecimento. Que conforme também o que é a História da Cultura Afro-Brasileira –que é africana, quilombola e indígena– sob uma outra perspectiva que não é a do sujeito assujeitado. Porque basta! Ninguém passa 17 anos num processo de escolarização, da Educação Infantil à conclusão do Ensino Médio, num diálogo no qual você se vê e que mostram o tempo todo que você não tem valia cognitiva alguma, que os seus não são produtores de conhecimento. Porque as pessoas negras que o sistema retrata, ainda lamentavelmente, no século XXI, são as pessoas escravizadas, açoitadas. Não somos. A produção do conhecimento passa pela África. Passa por esse grande continente. E é produção de conhecimento mesmo, e isso é negado. A ponto de a História branca europeia, quando vai falar da Ibéria, quando vai falar da ocupação de parte do território espanhol, chamar de mouros aqueles que vieram da Argélia, que são africanos do Norte. Ou a Igreja Católica, que esqueceu que Santo Agostinho é um homem de África, falemos sobre isso. Dialoguemos sobre isso.

E por que isso, gente? Porque nós estamos no pior momento da história a respeito da confluência, vivência e fruição de direitos. Tem uma hecatombe vindo com a extrema direita, calcada naquilo que tem acontecido internacionalmente, com o Trump e outros, e, ao mes-

EDUCAÇÃO, NOVO PNE E A EXIGÊNCIA DE COORDENAÇÃO POLÍTICA: UM CHAMADO À RESPONSABILIDADE COLETIVA PELA MOBILIZAÇÃO



Foto: Sérgio Silva

“A aproximação entre os militantes e a prioridade da pauta da educação precisam ser retomadas com urgência.”

Heleno Araújo

Professor da educação básica, coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), membro da Comissão de Assuntos Educacionais do PT e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

mo tempo, com a ebulição do esgoto brasileiro que tem levantado cotidianamente questões que nos preocupam. Vou dar alguns exemplos. Recentemente, em Betim (MG), a Secretaria de Educação fez aquisição de material pedagógico para tratar de modo específico a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), e isso virou uma guerra na Câmara e com a extrema direita. Outro exemplo: tem um projeto de lei, tramitando na Câmara dos Deputados, que quer flexibilizar o artigo 26.a da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que trata da História da cultura brasileira, de tal sorte, que permite que a escola avise os pais quando essa matéria for dada na sala de aula, para que os pais possam julgar se é pertinente ou não que as crianças estejam na escola naquele dia. É disso que nós estamos tratando. É dessa correlação de forças, que eu, sinceramente, acho que nesse momento não nos é favorável.

O Binho Marques falou sobre ousadia e viabilidade. Ousadia nós temos, e a viabilidade é construída. Então, é com muita alegria, que a gente dobra a discussão étnica social que está no novo Plano Nacional de Educação em discussão no Congresso Nacional, de modo a reverberar questões que são estratégicas para a concepção e construção efetiva de uma escola que represente a Nação brasileira, e que iden-

tifique que todos e cada como sujeitos de um processo de aprendizagem. Uma escola com consciência da pluralidade e, sobretudo, com a construção de sujeitos aprendentes e cidadãos que constroem um país melhor. E esse país é plural. Sigamos.

Em tempos de replanejamento da educação para a próxima década, é urgente refletirmos sobre o papel da coordenação política dentro do Partido dos Trabalhadores. A articulação política não é uma abstração: ela depende de pessoas, de compromissos reais e de atitudes concretas. Estamos entre petistas de diversas áreas, com experiências e visões complementares e presença ativa de companheiros da Fundação Perseu Abramo é fundamental. Essa diversidade é uma riqueza, mas também um desafio porque coordenar a tramitação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) dentro do Congresso exige mais do que boas intenções — exige articulação constante, diálogo e presença.

Infelizmente, temos enfrentado obstáculos. O relato do deputado Fernando Mineiro ao assumir a coordenação do Núcleo de Educação do PT no Congresso é emblemático: “Sou coordenador do que não existe”. A ausência de parlamentares nas reuniões semanais do núcleo revela uma desconexão preocupante entre a base militante e a atuação institucional. E isso

tem consequências diretas: projetos como o PL 2531/2021, que ameaça o piso dos funcionários da educação, avançam sem resistência adequada, por medo de enfrentamento.

É preciso retomar a articulação com os Fóruns e Comissões de Educação nas Assembleias Legislativas, como já foi feito com êxito em outros momentos. A deputada Luciana Carminatti, por exemplo, tem conduzido esse trabalho em Santa Catarina. Precisamos mapear quem está à frente dessas comissões em todo o país e reativar o Fórum de Articulação, com foco na normatização nacional e sua repercussão nos estados e municípios.

Outro ponto essencial é a organização interna. No seminário do núcleo na Câmara, conseguimos formar uma comissão técnica para mapear as emendas ao novo PNE, que tramita sob o PL 2614/2024, identificar prioridades e garantir que temas fundamentais não sejam negociados ou perdidos. As entidades que compõem o núcleo devem indicar representantes para fortalecer esse trabalho.



Foto: Camila Brandalise/UOL

Preparar o terreno para as nossas propostas

A mobilização precisa chegar à base. Temos materiais prontos, como cadernos e estudos, que precisam ser divulgados. É necessário participar das audiências públicas, conhecer os calendários e contribuir com os Fóruns Estaduais e Municipais de Educação. A experiência de 2015, quando a bancada evangélica desmontou avanços do PNE anterior, deve servir de alerta: não podemos mais ser reativos. Precisamos puxar as audiências, ocupar os espaços e preparar o terreno para nossas propostas.

A composição da Comissão Especial do PNE no Congresso exige atenção. Temos oito parlamentares do campo da esquerda, contra 13 da direita e extrema-direita, e 12 do centro. A disputa será dura, mas possível. Com diálogo e pressão, podemos virar o jogo. Para isso, é fundamental manter contato permanente com os parlamentares, seja por reuniões remotas ou presenciais. Nessa Comissão Especial, temos a presença dos seguintes parlamentares do PT: Pedro Uczai (SC), Carol Tardelli (SC), Fernando Mineiro (RN) e Zeca Dirceu (PR). Na suplência, ainda temos Dimas Gadelha (RJ), Maria do Rosário (RS), Patrus Ananias (MG) e Tadeu Veneri (PR).

Por fim, é preciso reconhecer nossas falhas. A coordenação estadual em Pernambuco, por exemplo, tem enfrentado dificuldades para se reunir. Isso não é apenas um problema local, mas um reflexo de uma renúncia coletiva que precisa ser revertida. A responsabilidade é de todos nós, especialmente da direção nacional da CAED (Comissão de Assuntos Educacionais do PT), que devemos estimular e apoiar as comissões estaduais e municipais.

A construção de um novo PNE não será feita apenas com boas ideias. Será feita com presença, compromisso e articulação política. E isso deve começar agora. A ausência de participação ativa, seja presencial ou remota, tem se tornado

um obstáculo recorrente na articulação política pela educação. Reuniões esvaziadas, agendas incompatíveis e justificativas constantes revelam uma fragilidade preocupante no compromisso coletivo. Quando apenas dois militantes se reúnem repetidamente, a frustração é inevitável. E mais grave: a mobilização perde força.

A questão central é o compromisso. A aproximação entre os militantes e a priorização da pauta educacional precisam ser retomadas com urgência.

Mobilizar sem conhecimento é ineficaz

No campo da normatização, o desafio é ainda maior. Estamos diante da tarefa de regulamentar o artigo 214 da Constituição Federal, que determina a criação de um Plano Nacional de Educação decenal. O objetivo é claro: articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração. No entanto, apesar de já termos dois planos aprovados, a lei que estabelece esse sistema ainda não existe.

O projeto de lei está na Câmara, sob relatoria de Rafael Brito (MDB), presidente da Frente Mista Parlamentar da Educação. Curiosamente, ele também representa a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados no Fórum Nacional da Educação, mas nunca participou de

uma reunião conosco. Isso evidencia o distanciamento entre instâncias decisórias e os movimentos sociais e partidários que lutam pela educação pública.

Diante disso, é urgente formar grupos de trabalho —setoriais, estaduais, municipais e nacionais— para estudar o conteúdo do projeto de lei do Sistema Nacional de Educação. Muitas vezes criticamos sem dominar o conteúdo, sem compreender exatamente o que está em jogo. Mobilizar sem conhecimento é ineficaz. Precisamos estudar, entender e propor com base sólida.

A normatização também envolve o artigo 212, que trata das diretrizes, metas e estratégias para assegurar a manutenção do ensino em todos os níveis. A Emenda Constitucional 59/2009, que inclui a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino, precisa ser mais do que uma referência: deve ser uma prática.

O Brasil, país de Paulo Freire, ainda convive com índices alarmantes de analfabetismo. E isso nos leva a outro ponto crucial: o financiamento da educação. O inciso IV do artigo 214 da Constituição determina metas de aplicação de recursos públicos em proporção ao PIB. Conquistamos os 10% no segundo PNE, após



EIXO 5

**Balanço, desafios e atualização
dos 13 pontos prioritários da
educação no PAG 2022**



INTRODUÇÃO



José Thadeu
Relator da mesa

Foto: Sérgio Silva

veto no primeiro. Mas a implementação continua sendo um gargalo.

Precisamos de dados reais dos territórios

A mobilização precisa ser territorializada. Saber quem são as pessoas, onde estão, quais são suas necessidades. A CAED municipal pode ser uma aliada estratégica nesse diagnóstico. Com apoio de associações de moradores, clubes de mães, grupos culturais e juventude, podemos construir um retrato real da situação

educacional nos bairros e municípios.

Não podemos permitir que planos municipais sejam meras cópias genéricas do plano nacional. Precisamos de dados reais: quantos analfabetos há em cada bairro? Qual é a cobertura da educação infantil? Qual é o papel do município? Esse diagnóstico é essencial para construir planos eficazes e contextualizados.

Sugiro também a formação de grupos de estudo para analisar o quinto ciclo de monito-

ramento do PNE, publicado pelo INEP, e o material da FINEDUCA, apresentado por Nelson Amaral. Esses insumos são fundamentais para compreender o financiamento e orientar nossas propostas.

Por fim, reafirmo: cobrar presença não é negar o esforço já realizado. Sabemos que fazemos muito. Mas precisamos saber como fazer melhor, como direcionar esse trabalho com mais eficácia. A luta pela educação exige mais do que dedicação — exige estratégia, conhecimento e compromisso coletivo.

Sigamos firmes e fortes. A educação pública merece nossa presença ativa e nossa mobilização consciente.

Celebrando a realização do encontro e reforçando a continuidade da luta educacional, Carlos Abicalil, secretário parlamentar e chefe de gabinete da senadora Teresa Leitão, reafirmou o propósito do painel de fazer um balanço crítico a partir dos 13 pontos prioritários da educação do PT, e destacou que estes não são apenas uma herança do passado, mas um farol que aponta o futuro. ■

BALANÇO, DESAFIOS E ATUALIZAÇÃO DOS 13 PONTOS PRIORITÁRIOS DA EDUCAÇÃO: ENTRE O DITO E O FEITO, O NECESSÁRIO E O POSSÍVEL



Foto: Sérgio Silva

“Refletir sobre o que fora efetivado e o que permanece como desafio é articular o possível com o desejável em termos de justiça social e garantia de direitos.”

Carlos Abicalil

Secretário parlamentar e chefe de gabinete da senadora Teresa Leitão e Coordenador do Setorial Nacional de Educação

Hélder Nogueira, secretário-executivo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, apresentou um panorama da rede estadual de ensino e destacou a necessidade de enfrentar as desigualdades educacionais como eixo estruturante do novo PNE. Defendeu uma reforma profunda do SAEB para incluir marcadores sociais e a atualização dos instrumentos de avaliação.

Denise Soares, integrante da coordenação nacional da CAED e do NAPP Educação (Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas-Educação da FPA), conduziu sua participação como testemunho pessoal: “Minha trajetória é

a prova de que políticas petistas transformam vidas”. Ela reafirmou a importância das políticas de acesso e permanência, alertando para os desafios da evasão escolar, da fome e da precariedade na Educação Infantil no interior.

Ray Kennedy, professor da rede de educação básica do Ceará, também compartilhou sua trajetória como jovem do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, e depois do interior do Ceará, tendo se beneficiado de vários programas educacionais. Destacou o papel da militância estudantil e relatou desafios concretos como professor lidando com tecnologia precária, racismo nas escolas e pressão religiosa.

Gregório Grisa, secretário executivo adjunto do MEC, apresentou uma síntese detalhada dos avanços relacionados aos 13 pontos da CAED. Defendeu 10% do PIB destinado à educação e colocou o MEC à disposição da militância, propondo agendas com os secretários do Ministério para aprofundamento dos temas.

A irrenunciável atualização política e programática do Partido dos Trabalhadores e de seus imprescindíveis vínculos com nossas raízes populares propõe a ousadia de, entre outras ta-

refas, analisar criticamente a agenda educacional proposta no Plano de Ação Governamental (PAG) 2022 frente ao debate do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional, com foco nos 13 pontos prioritários anunciados para o setor, e discutir os avanços, limites e contradições entre o planejamento e a implementação das políticas educacionais.

Refletir o que fora efetivado, o que permanece como desafio e o que se apresenta como necessário diante das demandas históricas da

educação pública brasileira, certamente, é um exercício de articular o possível com o desejável em termos de justiça social e de garantia de direitos, sabidamente ameaçados de forma voraz na transição da última década.

Desde 2019, as iniciativas articuladas entre Comissão de Assuntos Educacionais (CAED), NAPP (Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas-Educação da FPA), e Núcleo da Educação, Cultura e Desporto da Bancada do PT no Congresso resultaram em mobilizações, proposições legislativas, formulação e incidência social de alta relevância para se posicionar contra os cortes orçamentários, em defesa do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), no enfrentamento da pandemia (lutando por vacina, auxílio emergencial, distanciamento social, conectividade e acesso a equipamentos digitais), na crítica à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à reforma do Ensino Médio, pela manutenção do PNE, da vinculação de recursos, da regulação do Sistema Nacional de Educação (SNE), da expansão do financiamento com base em 10% do PIB e fundo do Pré-sal etc.

Importante destacar o ciclo de seminários de 2020, que resultou na relevante publicação do e-book *Um balanço da educação brasileira*, subsidiário para o debate nas eleições municipais daquele ano, além das sínteses sobre educação registrada no Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil e no balanço Brasil, seis anos de golpe e de destruição. O acervo segue acessível:

Educação no contexto da Pandemia, Retorno Seguro às Atividades Presenciais e Transição Digital, acessível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Auy67MDdePM&t=47s>

Currículo e Ensino Médio, acessível em:

https://www.youtube.com/watch?v=_jY45KxGyC4&t=24s

Financiamento para a educação de Qualidade, acessível em:

[https://www.youtube.com/watch?=-](https://www.youtube.com/watch?=)



v=s-CaoBljKKw&t=6s

Democratização e Sistema Nacional de Educação, acessível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=hktK-qp9qc9M&t=25s>

Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, acessível em:

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/plano-dereconstrucao-e-transformacao-do-brasil/>

Balanço da Educação Brasileira: do Golpe ao governo Bolsonaro, acessível em:

<https://sintepe.org.br/wp-content/uploads/2022/08/TEMA-RECONSTRUIR-Balanc%CC%A7o-Educac%CC%A7a%C%83o-Brasileira.pdf>

Brasil: cinco anos de golpe e destruição, acessível em:

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp->

<content/uploads/sites/5/2021/08/Golpe-5-anos-FPA.pdf>

Concomitantemente, cabe destacar a mobilização pela constituição das CAEDs estaduais, liderada por Teresa Leitão, e da composição do Coletivo Nacional no âmbito dos Encontros Setoriais do PT, pautadas por um Documento Nacional de referência, resultando em 27 coordenações estaduais.

Em 2022, houve a edição do Caderno Temático²⁶ e o Ciclo de Painéis²⁷ de difusão e aprofundamento, além de iniciativas de âmbito nacional preparatórias e mobilizadoras para a composição das Diretrizes Nacionais e Estaduais dos ProGov. A Agenda comum entre CAED, NAPP Educação e Núcleo da Bancada incluiu um seminário e quatro painéis nacionais realizados por mediação de plataforma de reunião virtual com a seguinte programação naquele ano de eleição presidencial:

08/04 – Seminário Travessia, Resistência e Esperança

10/05 - O desmonte neoliberal: impactos na educação nacional e desafios para reconstruir e transformar

12/05 - Educação de Trabalhadores/as, Profissional e Tecnológica, CT&I: resistência e transformação

24/05 - Sistema Nacional de Educação: Gestão Democrática e Pactuação Federativa

26/05 - Esperança como verbo: projeto popular e ação política

Subsídio para o governo de transição

Para o ProGov, também houve a elaboração da síntese comum e o desenvolvimento de estratégias de interação com a CONAPE (Conferência Nacional Popular de Educação), incluindo

26 Acesso em <https://fpabramo.org.br/2022/05/10/NAPP-educacao-lanca-caderno-tematico-no-dia-10-e-inicia-paineis-de-discussao/>

27 Acesso em <https://fpabramo.org.br/2022/05/10/NAPP-educacao-lanca-caderno-tematico-no-dia-10-e-inicia-paineis-de-discussao/>

do a plenária nacional presencial e a Carta de Natal. Houve também o estímulo à interação com a plataforma Programa Juntos pelo Brasil.

Logo após a proclamação do resultado eleitoral, organizou-se a composição e a agenda do GT Educação no Gabinete de Transição. Nas

Diretrizes do ProGov registrado, o programa de educação inseriu duas referências principais:

I - Fortalecer a Educação Pública, de Qualidade e Democrática

O nosso objetivo é resgatar e fortalecer os

13 PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO
LULA 13
PRESIDENTE
ALCKMIN VICE

★★★ Quem criou 18 universidades federais, 173 campi universitários, mais de 360 unidades dos institutos federais com cursos técnicos e tecnológicos, instituiu o FUNDEB, o Piso Salarial Profissional Nacional, o Brasil Carinhoso, o Caminho da Escola, o REUNI, o PROUNI e o FIES sem fiador, vai fazer muito mais.

★★★ LULA sabe que a educação de qualidade que o Brasil precisa depende da promoção do conhecimento, da difusão da cultura, do desenvolvimento das potencialidades dos estudantes e de contato com os fundamentos da ciência, da tecnologia, das artes, da filosofia, do mundo do trabalho e do desenvolvimento nacional, para melhorar a vida das famílias e dos jovens.

1 EDUCAÇÃO É INVESTIMENTO - Aumento dos recursos públicos destinados à educação em articulação vigorosa com estados e municípios.

2 EDUCAÇÃO É UM DIREITO - Democratização do acesso à educação infantil, aos ensinos fundamental e médio com condições de atendimento nas modalidades de ensino, no ensino técnico profissional e na escola de tempo integral.

3 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E NUTRITIVA - recuperação imediata do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4 PLANO EMERGENCIAL DE RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM PERDIDA DURANTE A PANDEMIA, com avaliação periódica, respeito às especificidades de cada nível, etapa e modalidade, reorganização dos tempos e ritmos de trabalho na escola com as várias áreas do conhecimento.

5 GARANTIA DO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS, com banda larga de internet nas escolas e bibliotecas e equipamentos conectados para professores/as e estudantes.
6 VALORIZAÇÃO DOS(AS) PROFESSORES(AS), FUNCIONÁRIOS(AS) E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, com garantia de Piso Salarial, formação inicial e continuada, concurso público, carreira e jornada semanal de trabalho compatíveis.
7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA - Fortalecimento dos Conselhos Escolares, dos Conselhos e Fóruns Municipais, Estaduais e Nacional de Educação, das equipes e colegiados diretivos.
8 PREVALÊNCIA DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS na retomada de um sistema de avaliação nacional confiável e transparente com processos de avaliação e de planejamento participativos, fortalecimento do INEP e da CAPES.
9 MAIS UNIVERSIDADE, ampliar o acesso ao ensino superior como direito de cidadania através da expansão das universidades e institutos federais.
10 RESPEITO À AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS na escolha de seus dirigentes e no desenvolvimento de seus planos institucionais.
11 FORTALECIMENTO DO ENEM, DO PROUNI E FIES.
12 AMPLIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL e implantação da Bolsa Permanência para estudantes de baixa renda.
13 EXPANSÃO E FORTALECIMENTO DA LEI DE COTAS SOCIAIS E RACIAIS.

LULA 13
PRESIDENTE
ALCKMIN VICE

princípios do projeto democrático de educação, que foi desmontado e aviltado. Para participar da sociedade do conhecimento, é fundamental o resgate de um projeto de educação que dialogue com o projeto de desenvolvimento nacional. Para isso, é preciso fortalecer a educação pública universal, democrática, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica e inclusiva, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais. (Diretrizes para o Programa, 22)

II - Instituir o Sistema Nacional de Educação – SNE

O país voltará a investir em educação de qualidade, no direito ao conhecimento e no fortalecimento da educação básica, da creche à pós-graduação, coordenando ações articuladas e sistêmicas entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, retomando as metas do Plano Nacional de Educação e revertendo os desmontes do atual governo. Para os alunos que ficaram defasados devido às inúmeras limitações, materiais, pedagógicas ou tecnológicas, durante a crise sanitária, afirmamos o compromisso do novo governo com um programa de recuperação educacional con-

mitante à educação regular, para que possam superar esse grave déficit de aprendizagem. A educação é investimento essencial para fazer do Brasil um país desenvolvido, independente e igualitário, mais criativo e feliz. (Diretrizes para o Programa, 21)

Uma síntese de proposições programáticas também apontou os 13 pontos prioritários:

Essas foram as referências que dirigiram o debate eleitoral e contribuíram na condução da transição e mediarão as análises do início da gestão Lula III.

Já o relatório “Brasil do Futuro – Governo de Transição” registrou:

“É importante lembrar que, nos últimos anos, as políticas e os programas educacionais foram afetados por sucessivos e sistemáticos cortes de recursos. O valor previsto no orçamento de 2023, descontadas as transferências obrigatórias aos entes subnacionais para a educação básica, é inferior em R\$18,5 bilhões à média do valor comprometido no período 2015-2021, e inferior em R\$9,2 bilhões ao de 2021, que já havia sido o pior ano de toda a série. É urgente, portanto, recompor o orçamento do MEC, considerando as prioridades do novo governo e as principais emergências orçamentárias identificadas.

Um ponto que merece destaque é que, nos últimos anos, o MEC implementou diversas ações educacionais alinhadas a uma pauta atrasada e com uma visão divergente das políticas que, comprovadamente, asseguram uma educação pública de qualidade a todas e a todos. As normas educacionais mais recentes refletem esse movimento de ideologização, precarização e constrangimento da educação pública.

Além da necessidade de revogação de normas em desconformidade com um projeto de

educação pública, gratuita, laica e democrática – sem gerar insegurança jurídica e desorganização das redes de ensino–, é indispensável recuperar a capacidade operacional em áreas críticas para a execução das políticas, seja no FNDE, no MEC ou em outras autarquias, a exemplo das áreas de licitação, empenho, contratos, pagamento e tecnologia da informação, sob risco de comprometer ações de grande relevância, como o ENEM e o SISU, além da dificuldade de recursos para o pagamento de bolsas como evidencia o caso da CAPES”

Questionamentos de início de governo até o presente

Desde a instalação do governo, remanescem tensões e conflitividades em diferentes níveis de resolução. Pode-se considerar uma lista de questionamentos formulada nos primeiros cem dias. Num Congresso majoritariamente conservador, qual será a estratégia vertebral das proposições de mudança no âmbito da educação nacional? Quais serão as matérias de lei priorizadas pelo MEC? Como se organizará a recomposição do Conselho Nacional de Educação (CNE)? O superdimensionamento da gestão por resultados nas escolas será assumido como discurso e práticas oficiais da condução das políticas nacionais de educação? A meritocracia como tese de eficiência e eficácia se afirmarão como substitutivas dos princípios e finalidades da educação nacional? Na disputa de sentido emancipatório e histórico da educação nacional, o limite raso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) será capaz de enfrentar o fascismo crescente e a intensidade da guerra cultural? O MEC aproveitará a brecha normativa da sua revisão para retomar o debate democrático interrompido em 2016? Qual o significado organizador da afirmação da escola integral universalizada? Tempo? Organização e Dinâmica Curricular? Territorialidade? Refor-

ço e Recuperação de Aprendizagem? Quais as estratégias de expansão? Quanto à abrangência do Sistema Nacional de Educação: por que conjugar no plural? A oferta privada comporá o mesmo SNE? o SNE regulará apenas a pactuação interfederativa na educação básica? Distinguirá o que é do âmbito federal em relação ao nacional? Instituirá outro Conselho Nacional de Educação (CNE)? Fortalecerá consórcios públicos? Afirmará o protagonismo público? Será fundamentado na busca da equidade ou no estímulo à competição? Voltaremos a contar com uma distinção clara entre instituições públicas e instituições privadas de educação? Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Na-

cional (LDB)? Na lei do SNE? FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), PROUNI, matrículas de formação profissional em instituições privadas (dupla matrícula do FUNDEB) contarão com instrumentos de transparência capazes de assegurar a qualidade da oferta e a proporção de recursos públicos frente às renúncias fiscais e benefícios concedidos? Haverá alguma forma de contenção do intenso processo de concentração e financeirização das empresas mantenedoras? A intensa disputa do fundo público, ampliado com o FUNDEB Permanente e com o enfrentamento do conceito de teto de gastos versus investimentos, enfrentará os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) anti-ex-

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO CENTRO DO PLANEJAMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: A NECESSÁRIA COMBINAÇÃO DA APRENDIZAGEM COM A EQUIDADE NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO



“Todo estudante é importante e, portanto, deve ter igualdade de condições para aprender.”

Helder Nogueira Andrade
Secretário Executivo de Equidade e Direitos Humanos – SEDUC Ceará

Foto: Sérgio Silva

pansão da oferta ou acelerará a terceirização, a precarização e a fragmentação? Quanto ao processo de privatização da gestão pública da educação, o MEC atuará como desacelerador de escala na intervenção direta das consultorias privadas de planejamento, gestão, formação, seleção/recrutamento, avaliação, assistência e monitoramento? Qual será a conduta pública sobre a uberização e a domesticação do exercício profissional da educação, os sistemas estruturados e a invasão de plataformas

digitais de domínio privado?

A atualização das ações recentes e as superações possíveis estão permeadas pelo resgate do Fórum Nacional de Educação, da realização da CONAE de 2024, pela recomposição do CNE, pela formulação do PL 2614/2024 que rege o PNE em debate no Congresso Nacional. O chamado “Arcabouço Fiscal” e as pressões sobre a reforma tributária e a reforma da renda também estão no centro da pauta.

De todo modo, o cenário político e os desafios para o PT pressupõem debater as concepções político-pedagógicas em meio às transformações contemporâneas; criar estratégias para disputar o PNE; entender as novas dimensões estratégicas da política; discernir as dimensões e os movimentos da sociedade de consumo, intensamente pressionada pelos avanços tecnológicos acelerados; construir a estratégia para o diálogo político com setores mais amplos do chamado campo democrático; compreender o que é papel do federalismo nas estruturas de Estado e o que está na governabilidade de cada Poder e esfera da administração.

Tudo isso não será tarefa linear. Nem nos dispensará.

O debate sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE) deve considerar de forma prioritária o desafio estrutural da redução das persistentes desigualdades em matéria educacional. É preciso observar com atenção o fenômeno das trajetórias escolares irregulares de milhões de estudantes brasileiros. Por exemplo, em 2024 a distorção de idade no Ensino Médio chega ao patamar de 23% entre os jovens na idade de 15 a 17 anos. A superação do cenário das desigualdades educacionais precisa combinar, no âmbito do planejamento estatal, com a ampliação da capacidade inclusiva das redes de ensino, considerando o fluxo com garantia da regularidade da frequência escolar cotidiana, e os resultados de aprendizagem ao longo da jornada.

A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007, estabeleceu um indicador nacional para mensurar a qualidade da educação ofertada por escolas e redes de ensino, a partir da combinação de dados do Censo Escolar com os resultados do Sistema

de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

A avaliação em larga escala de caráter nacional, com foco em um sistema de médias de participação e proficiência, se tornou o instrumento que baliza a estruturação e definição do planejamento e resultados nas gestões das redes de ensino e escolas. Isso trouxe desdobramentos em questões decisivas que influenciam diretamente o que as redes de ensino compreendem como gestão escolar de qualidade com foco em resultados de aprendizagem, ao considerarem o planejamento, os investimentos e a tomada de decisões nos seguintes eixos: acesso e permanência; a valorização docente; gestão democrática; e financiamento.

A ampliação gradativa do financiamento público da educação, expresso fundamentalmente no incremento federal do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), possui vínculo direto com os resultados balizados por tais médias e suas metas. O Congresso Nacional alterou em 2021 o marco normativo do fundo por meio de uma Emenda Constitucional-EC 108/2020 (BRASIL, 2020) prevendo que, dentre os recursos oriundos da complementação da União, 2,5% sejam destinados aos entes federados por meio da definição de indicadores de atendimento e aprendizagem balizados pela redução das desigualdades socioeconômicas e raciais²⁸.

A complementação Valor Aluno Ano Resultado - VAAR/FUNDEB, expressa em sua condicionalidade III uma vinculação direta dos resultados do SAEB à redução das desigualdades educacionais. O legislador definiu que parâmetros socioeconômicos e raciais devem ser marcadores objetivos na definição de desigualdade educacional. A própria metodo-

28 A Lei Federal 14.113/2020 (BRASIL, 2020) que regulamentou o FUNDEB permanente (EC 108/2020) definiu as formas de complementação da União aos fundos estaduais, totalizando 23% de aporte complementar. Conforme define o artigo 14, parágrafo 1º, inciso III, da referida Lei, a complementação-VAAR deve considerar "redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica, respeitadas as especificidades da educação escolar indígena e suas realidades."

logia do cálculo, expressa no artigo 14 da Lei 14.113/2020 (BRASIL, 2020), foi a medida ponderada à taxa de participação e equidade na aprendizagem ao considerar os referidos marcadores.

É preciso considerar que tal definição que vincula resultados em avaliação externa, financiamento e redução das desigualdades em matéria educacional suscita uma importante inflexão no planejamento e decisões de gestão nas redes de ensino do país. O olhar para além das médias, ou do “estudante médio”, exige uma perspectiva de gestão das redes e suas escolas vinculada a políticas e ações que observem as diferentes (e irregulares) trajetórias educacionais de milhões de estudantes brasileiros que têm tido os piores resultados.

Os dados educacionais devem ser estruturados e analisados no sentido de identificar as realidades da desigualdade existentes ao promover a análise segmentada por raça/cor, gênero e perfil socioeconômico de grupos de estudantes que estão fora ou dentro das escolas sem aprender de forma adequada.

A realidade de cada comunidade escolar e as políticas de equidade

É preciso considerar a diversidade dos estudantes como princípio e, a partir disso, elencar estratégias de mobilização e engajamento em rede que priorizem questões como: a recomposição das aprendizagens; a equidade racial e o antirracismo; a educação em direitos humanos, inclusão, enfrentamento ao bullying e outras violências, e combiná-las com o acolhimento e melhoria do clima escolar; a formação integral em tempo integral dos estudantes; a segurança alimentar; o transporte escolar; a educação digital; dentre outras questões relativas à realidade de cada comunidade escolar.

No âmbito da política educacional nacional,

ao considerar a pauta da redução das desigualdades educacionais, algumas das novas políticas propostas pela equipe do ministro Camilo Santana no Ministério da Educação (MEC), no atual governo do presidente Lula, devem ser observadas com atenção no sentido de sua consolidação federativa. Podemos destacar aqui, o debate e estudos para a definição em lei do Marco Referencial da Equidade; o programa Pé-de-meia; a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ); e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Equidade.

Com debate iniciado em 2025 e coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), do MEC, a construção do marco referencial da equidade propõe definir de forma conceitual e prática diversas questões que precisam orientar as políticas educacionais ao considerar a diversidade e as desigualdades inerentes às nossas redes de ensino. Nesse sentido, a proposta é estabelecer um processo articulado ao debate nacional sobre o novo PNE e o Sistema Nacional de Educação (SNE).

Programas inovadores

O PDDE Equidade foi lançado também em 2025, com investimentos iniciados já em 2023 e previsão total de R\$1,3 bilhão até 2026, com foco em três eixos: PDDE Água e Campo; PDDE Diversidade; e PDDE Salas de Recursos Multifuncionais. O foco do investimento federal, em caráter suplementar, direto para as escolas mais vulneráveis, possui uma pauta ampla que vai do abastecimento de água, educação em direitos humanos à educação para as relações étnico-raciais.

A PNEERQ foi lançada em 2024, com previsão de investimento de R\$2 bilhões até 2027,

com o objetivo de propor programas e ações com foco prioritário nos mecanismos de aprimoramento da gestão das redes de ensino com foco na equidade étnico-racial e na superação ao racismo. Com uma estrutura de governança nacional já estabelecida, as redes estaduais em parceria com os municípios montaram planos de trabalho para o desenvolvimento das primeiras ações.

O programa Pé-de-meia foi lançado em no-

vembro de 2023, com foco no acesso e permanência dos estudantes com perfil socioeconômico que os vincula ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e matriculados no ensino médio das redes públicas, possui investimento superior a R\$12 bilhões, impactando 4 milhões de estudantes brasileiros.

Essas quatro iniciativas inovadoras que acabamos de elencar, com foco na redução

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MEMÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS



Foto: Sérgio Silva

“Se os governos Lula e Dilma provaram que é possível democratizar o acesso, cabe agora consolidar a permanência, a qualidade e a relevância social da educação.”

Denise Soares

Integrante da coordenação nacional da Comissão de Assuntos Educacionais (CAED) e do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas-Educação da FPA

das desigualdades educacionais, precisam ser compreendidas numa unidade programática que expresse o ideário do modo petista de governar. A ampliação do Estado necessário ao seu povo, com políticas que efetivem o direito à educação.

É igualmente necessário observar com atenção tanto as mudanças que devem ocorrer nos movimentos já tradicionais que mobilizam as redes de ensino, tais como as regras que definem a distribuição do FUNDEB e outras formas de financiamento e a estruturação, formato, conteúdo e alcance do SAEB. Com isso, avançar nos debates que vislumbram a atualização do SAEB, vinculando cada vez mais os chamados resultados de aprendizagem com a redução das desigualdades educacionais no país.

Todo estudante é importante

A urgência do debate sobre a qualidade da educação nacional deve considerar de forma decisiva os desafios da equidade, ou seja, definir que todo estudante é importante e, portanto, deve ter igualdade de condições para aprender. Devemos identificar as diferenças como oportunidades, planejar e potencializar as ações educativas para realizar os resultados de aprendizagem. É preciso considerar que o grande legado do atual governo do presidente Lula na educação deve ser a construção do novo PNE e a proposição de regulamentação do SNE, com máxima mobilização, organização e participação popular e da sociedade civil, para a estruturação de uma consistente política de Estado que vislumbre uma escola pública permeada de significado democrático e de projeto de vida para a

maioria do povo brasileiro.

Refletir sobre a realidade da educação brasileira é também revisitar nossa própria história recente e reconhecer como as políticas públicas podem transformar a vida de milhões de pessoas. Nos governos Lula (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), vimos a educação ocupar lugar central no projeto de desenvolvimento nacional. Foi nesse período que a escola pública, o ensino técnico, a universidade e a pesquisa se abriram para o povo brasileiro, rompendo com um passado de exclusão e elitização.

A expansão dos Institutos Federais, a criação do ProUni, a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o fortalecimento da Educação Básica com o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o Plano Nacional de Educação, a política de valorização docente e a implementação das cotas raciais e sociais no Ensino Superior mudaram de forma estrutural a realidade de muitos brasileiros e brasileiras. Pela primeira vez, jovens das periferias, do campo, negros, indígenas e trabalhadores viram-se representados e incluídos em espaços historicamente negados.

Outro marco importante foi a consolidação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que garantiu permanência para estudantes em universidades e institutos federais, sobretudo aqueles vindos das camadas populares. Com bolsas de auxílio moradia, alimentação, transporte e inclusão digital, milhares de jovens puderam não apenas ingressar, mas concluir seus cursos. Esse avanço representou uma mudança profunda: a democratização do acesso à educação superior deixou de ser apenas formal e passou a ser também material.

Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação foram igualmente estratégicos.

A expansão das Universidades Federais veio acompanhada da criação de programas como o Ciência sem Fronteiras, que possibilitou a milhares de estudantes e pesquisadores brasileiros contato com centros de excelência em outros países. A criação de novas universidades, campi e Institutos Federais fortaleceu a produção científica nacional, ampliando o acesso a cursos de pós-graduação e garantindo que o Brasil avançasse em áreas de ponta.

Essas políticas não apenas abriram portas, mas também produziram mobilidade social, cidadania e autoestima coletiva. O Brasil mostrou que a educação, quando tratada como prioridade, é capaz de alterar destinos individuais e, ao mesmo tempo, fortalecer a soberania nacional.

Consolidar a educação como direito de todos e dever do Estado

Hoje, no governo Lula III, reencontramos o desafio de dar continuidade e de aprofundar esse legado. O atual governo já sinalizou compromissos estruturantes com a área e iniciou medidas relevantes, como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Pé-de-Meia para estudantes do Ensino Médio, o fortalecimento da educação em tempo integral e a retomada da Conferência Nacional de Educação (CONAE). São ações que apontam para uma agenda de reconstrução, mas que exigem ampliação e enraizamento nos territórios.

Sabemos que ainda enfrentamos enormes desigualdades: falta de acesso a creches e pré-escolas em áreas periféricas, quilombolas e indígenas; dificuldades de permanência no ensino fundamental e médio; desafios na valorização salarial e profissional de educadoras e educadores; e obstáculos no acesso às tecnologias e ao Ensino Superior. Além disso, questões sociais como a fome, a violência, o racismo, o machismo e a LGBTQIA+fobia atravessam a vida escolar e precisam ser enfrentadas de forma articulada.

Mais do que recuperar conquistas, o desafio atual é consolidar a educação como direito de todos e dever do Estado, sem abrir margem para retrocessos. É fundamental reconhecer que cada política pública nesse campo não se limita a indicadores ou metas quantitativas, mas impacta diretamente trajetórias de vida, sonhos e oportunidades. Um estudante que acessa a universidade pelo ProUni, que recebe bolsa do PNAES, que é o primeiro da família a conquistar um diploma, representa uma ruptura com gerações de exclusão e desigualdade. É essa dimensão transformadora que precisa estar no centro do debate.

Ao mesmo tempo, vivemos uma conjuntura

em que a disputa de narrativas sobre o papel da escola é intensa. Há setores que buscam reduzir a educação a um espaço de reprodução de desigualdades ou de controle ideológico. Isso se expressa, por exemplo, nas tentativas de militarização das escolas, na promoção do homeschooling em detrimento da escola pública, no avanço do viés religioso sobre pautas democráticas e progressistas e na intolerância religiosa que atinge comunidades e práticas diversas. Resistir a isso significa reafirmar a escola como território de emancipação, pensamento crítico e construção coletiva do conhecimento. Para tanto, é imprescindível garantir financiamento adequado, expandir o



A ATUAÇÃO DO MEC E AS 13 PROPOSTAS DO PT PARA A EDUCAÇÃO



Foto: Sérgio Silva

“Trago alguns bastidores para mostrar que não é trivialisar a gestão e como se chegou a determinados programas e avanços nesses dois anos e cinco meses de nossa atuação no MEC.”

Gregório Grisa
Secretário executivo adjunto do MEC

FUNDEB com mecanismos redistributivos ainda mais robustos, valorizar os profissionais da educação com carreira e salários dignos e assegurar infraestrutura escolar de qualidade para todas e todos.

Educação como experiência real de transformação para todo o povo brasileiro

A construção de uma sociedade democrática passa, necessariamente, por uma escola pública forte, plural e inclusiva. Se os governos Lula e Dilma provaram que é possível democratizar o acesso, cabe agora o desafio de consolidar a permanência, a qualidade e a relevância social da educação. É preciso ousar em novas políticas que articulem educação e mundo do trabalho, ciência e desenvolvimento sustentável, diversidade e cidadania.

Somente assim será possível projetar um futuro em que a educação não seja apenas um direito garantido no papel, mas uma experiência real de transformação para todo o povo brasileiro. É hora de fortalecer políticas afirmativas, ampliar o ensino técnico e superior, garantir que a ciência e a tecnologia estejam a serviço da inclusão social e consolidar a participação democrática na formulação das políticas educacionais.

Os governos Lula e Dilma nos mostraram que é possível mudar a realidade quando há vontade política, recursos assegurados e diálogo com a sociedade. O presente nos desafia a não retroceder e a avançar. O futuro depende da nossa capacidade de atualizar esses compromissos, de garantir que nenhuma criança, jovem, mulher, pessoa trans, negra, indígena ou com deficiência fique para trás.

A educação deve seguir como alicerce de um projeto nacional de desenvolvimento, inclusão e justiça social. Este é o legado que recebemos e a tarefa histórica que está diante de nós.

Ganhei a missão de apresentar o que o MEC está fazendo no seu dia a dia, as suas ações, para, com essas informações, fazer a disputa programática. O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema Nacional de Educação (SNE) são temas candentes hoje no Parlamento, e eu me coloco, juntamente com todos os secretários do MEC, à disposição para tratar dos desafios da conjuntura e da correlação de forças. O PNE foi enviado ao Congresso já há algum tempo, estamos acompanhando de perto as reuniões do relator na Comissão Especial, levamos nossas prioridades e nossas grandes questões.

Tratando diretamente nos 13 pontos do

programa do PT para a educação, eu trago alguns bastidores para mostrar que não é trivial a gestão e como se chegou a determinados programas e avanços nesses dois anos e cinco meses de gestão do MEC.

Ponto por ponto

Item 1: Educação é investimento. Quando a gente compara o orçamento do MEC de hoje com o de 2022, nós temos R\$40 bilhões a mais do que no último ano do governo Bolsonaro. E isso é uma disputa tanto com o Congresso como com o governo. O Ministro Camilo conseguiu avançar em R\$40 bilhões em relação a 2022. E onde está esse dinheiro? Ele é global. Estou falando de despesa obrigatória e despesas discricionárias. Mas tem aí o programa do Instituto Nacional de Educação a Distância (INED) de tempo integral; o programa de Criança Alfabetizada; os programas de retomada de investimentos nas Universidades e Institutos Federais; o Pé-de-Meia, que é o maior programa já feito de combate à evasão escolar de incentivo a permanência na Educação Básica. Hoje, nós aplicamos R\$10 milhões no Pé-de-Meia. O Brasil tem 6,5 milhões de matrículas públicas no Ensino Médio e a gente alcança 4 milhões com o Pé-de-Meia. Isso é muita gente, isso é muito grande, e a gente já fez, inclusive, o pagamento da primeira poupança, que é um incentivo à inclusão, no início de 2025.

Bom, foram R\$40 bilhões a mais no orçamento geral. E nós estávamos semana passada numa briga para conseguir mais R\$1 bilhão. O presidente Lula chamou todos os reitores e reitoras do Brasil no Palácio do Planalto, e os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Camilo Santana anunciaram a retomada dos recursos para as Universidades que estavam retidos. São R\$400 milhões a mais, dando tranquilidade para encerrar o ano de 2025. Isso é um recurso do MEC que seria cortado. Então, a

gente fez uma barganha a respeito do que seria cortado. E essa dinâmica de corte é trimensal, porque os relatórios orçamentários são trimestrais, então outros cortes virão provavelmente, como aconteceu em 2024. Diante disso, há uma disputa política pelo orçamento que se reflete nas Universidades em especial.

Quando a gente faz um Projeto de Lei Orçamentário (PLO), tem que ter a exposição de motivos, e todo rol com as notas técnicas que demonstram, justificam tecnicamente a fonte do recurso para os projetos. Então não foi trivial dizer dentro do governo que nós íamos manter no PNE 10% do PIB para a educação. Quais as fontes desse recurso? Hoje, os investimentos em educação equivalem a 5% do PIB. Como a gente dobra esse recurso no Brasil? Novamente, é uma disputa política para explicar que aquela projeção é para um projeto de país. Não é uma simples projeção técnica, é projeção política com o Congresso Nacional, constrangendo-o caso ele reduza essa dimensão de 10% do PIB para a Educação.

Item 2: A Educação é um direito. Citei os três programas, e reforço o compromisso com a Criança Alfabetizada. Todos os governadores e 99% dos municípios já aplicaram R\$1.3 bilhão de recursos do MEC para o programa, que vai para crianças de 4 a 10 anos –da Pré Escola até os anos iniciais do Fundamental. Nele constam um conjunto de ações, como recuperação de aprendizagem para terceiro, quarto e quinto anos. A forma como isso se materializa nos municípios é muito heterogênea.

O Programa de Tempo Integral é outro orgulho que o governo e o partido precisam ter. Em dois anos temos um número de matrículas de tempo integral que a gente não observou nos últimos sétimos anos. Temos um milhão a mais de estudantes em tempo integral, comparado com 2022, mas a gente já sabe, pelas prévias do Censo, que esse número já é maior. Deve-

mos estar na casa de um 1,6 milhão de novos estudantes em tempo integral a mais. É uma escala muito grande de expansão de matrícula, e já foram repassados R\$4 bilhões para esse programa.

Item 3: Alimentação Saudável e Nutritiva

Um dos primeiros anúncios do governo foi o reajuste de 39% nos recursos para alimentação escolar, elevando para mais de R\$5 bilhões o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Eu entendo que é um valor insuficiente e todo mundo sabe disso. Mas a gente já construiu a tese jurídica de que os recursos do Salário-Educação²⁹ poderão ser usados na aquisição de alimentos pelas redes municipais, que recebem sua cota à parte. Isso era uma celeuma jurídica que permeava esse assunto, mas já foi pacificado que os prefeitos e governadores poderão comprar alimentação escolar com recursos da educação.

A gente percebeu que para expandir o tempo integral, você tem que ter alimentação escolar como principal item, senão você não consegue expandir. E infelizmente, de acordo com o artigo 760 da LDB, este é um programa suplementar e a lei do tempo integral não autoriza nem pagar pessoal e nem pagar alimentação. E com o Salário Educação a gente encontrou uma fonte bem robusta de financiamento para alimentação. E um detalhe importante, com uma resolução atacamos com maior rigor a compra de alimentos ultraprocessados com o recurso PNAE.

Item 4: Plano emergencial de recuperação de aprendizagem perdida durante a pandemia. Eu diria que a Escola das Adolescência, programa lançado recentemente pelo governo, com mais de R\$120 milhões já investidos, foca no Ensino Fundamental 2 e tem um vértice muito forte de Apreensão de Aprendizagem.

Item 5: Garantia de acesso às tecnologias educacionais. Depois de 30 anos estamos usando dinheiro do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e, em 2023 e 2024, já foram aplicados R\$2.1 bilhões no programa Escolas Conectadas.

Item 6: Valorização de profissionais e funcionários. Temos o Mais Professores, que merece mais detalhes que quero passar para o grupo que está pensando a Lei do Magistério, o Piso do Magistério, tentando garantir não só a valorização permanente dos salários para a próxima década, mas também outros itens de valorização dos profissionais. Mas é muito preocupante a situação dos concursos públicos no Brasil, e temos que avançar. O Mais Professores, com o Pé-de-Meia da Licenciatura, entre outras iniciativas, estão tentando focar naquilo que a nossa seara federal alcança, nem que seja sob o ponto de vista simbólico. Com esses programas tentamos atrair estudantes com notas mais altas no ENEM para licenciaturas, garantindo uma bolsa de mais de R\$1 mil para o aluno, uma poupança que vai chegar a quase R\$20 mil no final da formação. Uma iniciativa que no primeiro ano a gente conseguiu mais que dobrar o número de estudantes de licenciatura. Eram 4 mil no ano passado, hoje, são 9 mil. Nem todos estão com a bolsa, aliás, a gente faz uma busca ativa e alguns não querem. Eu já ouvi respostas assim: "Sou bem de vida, não acho justo eu ganhar essa bolsa, mas vou fazer licenciatura." Têm esses casos que são exceções, mas existem.

Item 7: Gestão Democrática Participativa. Acho que é outro ponto também que, com o Pé-de-Meia, a gente conseguiu fazer o Sistema Gestão Presente que informa matrículas, presenças dos alunos de 27 estados, e demos um caráter muito orgânico e dinâmico na nossa

29 O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988.

relação com as gestões estaduais. Temos um contato direto com as gestões dos estados e a gente precisa avançar isso na esfera municipal.

Item 8: Prevalência das Diretrizes Curriculares Nacionais. A questão dos Guias Curriculares é um debate sempre complexo. Mas a gente avançou no Ensino Médio. Seria interessante trazer os bastidores do EAD (Ensino a Distância) do Ensino Médio, para que vocês estejam a par das curiosidades da conjuntura muito adversa que a gente enfrenta no Congresso. A gente está com um foco muito grande na licenciatura porque, a partir do Decreto

do EAD, a licenciatura não pode mais ser ofertada 100% EAD. Assim como a área da Saúde, também não pode.

Item 9: Mais Universidade. O presidente anunciou mais 10 novos campi de universidades, R\$5 bilhões no PAC disponíveis até o final do governo para consolidação e expansão dos campi. A gente anunciou mais 100 Institutos Federais. No caso da rede tecnológica, são R\$3,9 bilhões, o que somaram R\$9,5 bilhões disponibilizados pelo governo que vão entrar no PAC. Uma nova ação da SECADI muito interessante é a retomada do investimento do governo fe-

MENINOS E MENINAS POR UMA ESCOLA FELIZ



Foto: Sérgio Silva

“O menino, que sempre foi beneficiado pelos programas criados pelos governos do PT, não sabia da importância daquele projeto político em sua própria vida.”

Ray Kennedy
Professor da rede pública do Ceará

deral nos cursinhos populares³⁰.

Item 10: Eleição de Reitores. Isso está pacificado. A gente, formalmente, concorda com o governo sobre o Projeto de Lei que acaba com a lista tríplice dos reitores nas Universidades, aproximando-as dos Institutos Federais, que não têm lista tríplice.

Item 11: Fortalecimento do ENEM. O ENEM cresceu em 2023 e em 2024 e nós estamos numa campanha ferrenha para que todos consigam fazer as inscrições dos meninos e meninas, principalmente da rede pública, para a

gente ampliar mais. O ENEM volta a dar certificado. Todo mundo que tem 18 anos, quer diplomação do Ensino Médio. Se tiverem, 450 pontos em todas as áreas no Enem, e 500 na redação, vai ser aprovado para a diplomação. Além disso, criamos o FIES social.

Itens 12 e 13: Ampliação dos programas de apoio e assistência estudantil e Expansão e fortalecimento da Lei de Cotas. Aumentamos em 60% o investimento em Assistência Estudantil em 2025, comparado com 2021. Tanto na PNAES (Política Nacional de Assis-

30 CPOP (Rede Nacional de Cursinhos Populares), programa que oferece suporte técnico e financeiro a cursinhos comunitários para preparar estudantes vulneráveis (negros, indígenas, baixa renda) para o ensino superior, principalmente via Enem, com o objetivo de democratizar o acesso à universidade.

tência Estudantil), com a lei foi aprovada nesse governo, gente sai de R\$1.7 bilhão em 21, para R\$2.4 bilhões em Assistência Estudantil. E por fim, a Lei de Cotas, o governo aprovou a Nova Lei de Cotas³¹.

Estamos à disposição para fazer um encontro eventualmente mais longo para entrar em cada detalhe desses itens.

Esta é a história de um menino, assim como outros tantos, que saiu do interior dos sertões do Ceará para o Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, e que foi beneficiado por toda política pública para pobres dos governos petistas. Na Maré, não tinha vagas nas escolas municipais e lá, quando tinha operação policial, tudo, inclusive a escola, era fechado. Isso era e é um problema!

De volta ao sertão do Ceará, o Ensino Fundamental do menino foi todo em escola pública municipal. Neste momento, a tudo o que a cabeça pode recordar sobre programas de atenção escolar, o menino teve acesso: Caminhos da Escola, Amigos da Leitura, Projovem Urbano, além do acréscimo de R\$40 reais no Bolsa Família da mãe.

No Ensino Médio, foi aluno de uma Escola Profissionalizante de Tempo Integral no Ceará, do governo do estado. Então, nesse período, o menino passava o dia inteiro na escola, com três refeições, ganhava farda e, durante o terceiro ano, ainda fazia um estágio remunerado. Essas foram políticas que mudaram a vida do menino.

Mais tarde, entrou para o Ensino Superior pelo SISU, por meio da cota social e de território, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no campus Crateús, criado no governo Dilma. Também foi apro-

vado na Universidade Federal do Ceará (UFC), mas sua família não tinha como manter o menino em Fortaleza e não havia nenhum parente na capital para dar algum auxílio. Qual era o Ensino Superior gratuito mais próximo? Era o campus do IFCE na cidade vizinha, onde o menino teve acesso ao curso de Letras. Mesmo sendo na cidade vizinha, a mãe do menino disse: “Meu filho, não tenho como te manter em Crateús e pagar outro aluguel”. O menino, inquieto, foi fazer a matrícula escondido da mãe. Quem ajudou o menino a fazer a matrícula foi a diretora de sua antiga escola. E daí o menino deu um jeito. Vendeu salgados no campus e logo se formou. Isso porque ele conseguiu também todo tipo de auxílio: auxílio óculos, auxílio moradia, PIBIC³², PIBID, auxílio na pandemia. Enfim, nunca saiu da CAPES³³. Se forem aprovadas as questões referentes à Previdência, relativas aos fomentos dos pesquisadores, o menino, possivelmente, se aposentará daqui a dois anos, porque, além de graduado, hoje o menino é mestrando em Literatura Comparada na UFC, também como bolsista da CAPES.

Movimento estudantil

Tudo isso foram políticas petistas que aquele menino vivenciou em boa parte da sua vida. Ele não foi o primeiro da família a ingressar em uma universidade, mas o primeiro a concluir o Ensino Fundamental. Da casa de sua avó, foi o primeiro a aprender a ler e hoje caminha para se tornar mestre em Literatura Comparada. Durante muito tempo, o menino teve acesso a todos esses programas sem compreender que aquilo era política pública. Até que, no Ceará, o senador José Pimentel (PT) mantinha um grupo de juventude ligado a seu mandato, e um jovem desse grupo foi até a escola do menino e o cha-

³¹ Lei 15.142/2025, que retoma a política pública de cotas no serviço público federal, extinta em 2024, e amplia a reserva de vagas de 20% para 30% para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas.

³² PIBIC e PIBID - programas de Bolsa de Iniciação Científica, do CNPq.

³³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

mou para ser delegado para o Congresso da UBES³⁴. Naquela época, o menino já era presidente do grêmio estudantil, e acabou sendo reeleito — quase o “Lula da escola”, como brincavam. Quando faltava uma bola, dizia: “Vou ligar para a CREDE³⁵.” Se algo precisava ser resolvido, completava: “Vou falar com a SEDUC³⁶.” E, entre uma conquista e outra, orgulhoso, anunciava: “Consegui o ônibus!”. Assim, foi reeleito e exerceu dois mandatos à frente do grêmio. Quando surgiu a eleição de delegados para o ConUBES³⁷, ouviu falar sobre uma viagem para Brasília e pensou: “Viajar para Brasília? Congresso estudantil! Que interessante!” O menino sequer sabia o que era a UBES. Mas foi.

A viagem transformou sua visão de mundo. De volta ao Ceará, percorreu mais de 100 dos 180 municípios do estado, mobilizando estudantes, organizando delegações e elegendo mais 120 representantes para o congresso seguinte — momento em que se tornou vice-presidente nacional da entidade. A partir dali fortaleceu o movimento estudantil e ajudou a consolidar o PT em seu município e no estado. E o mais curioso é que o menino, que sempre foi beneficiado pelas políticas públicas criadas pelos governos petistas, não sabia da importância daquele projeto político em sua própria vida. Foi somente por meio do movimento estudantil que compreendeu que havia mãos e lutas anteriores às suas, responsáveis por garantir os direitos e os acessos que mudaram o seu destino.

O trabalho de base é a principal ferramenta em um processo de disputa ideológica, e a educação é uma disputa ideológica secular universal. Todo mundo quer pôr o dedo na educação. Todos os dias se disputam narrativas: é bebê reborn, é o samba da Virgínia, o Ensaios

da Anitta... todo dia é uma coisa diferente. E na contemporaneidade, como estamos acessando e dialogando com as camadas das juventudes e dos estudantes? É preciso refletir sobre isso.

O tempo é um espelho que nos devolve as lutas que travamos

Há algo de profundamente belo na caminhada do menino que, um dia, embarcou no ônibus amarelo do Caminhos da Escola, atravessando as estradas de barro do interior, e que, anos depois, sentou-se à mesa de decisões da UBES, em meio ao caos da pandemia. Foi ele quem levantou a voz por uma internet que chegasse a todos, quem organizou uma campanha imensa por tablets e conectividade para os estudantes, quando o Brasil inteiro se viu isolado e a educação corria o risco de se silenciar.

Hoje, esse mesmo menino, agora professor de Língua Portuguesa, vê um aluno distraído com o tablet e o chip de internet gratuita e pensa: “Meu Deus... lutamos tanto por esses chips, e agora eles atrapalham minha aula.” E nesse instante, entende que o tempo é um espelho que nos devolve — transformadas — as lutas que travamos. A política, afinal, é feita desses ciclos humanos: meninos que sonham, lutam, crescem e voltam à sala de aula — não mais como alunos, mas como formadores de outros sonhadores. É assim que a roda gira, e é dessa renovação constante que nasce o verdadeiro sentido de transformar as políticas do nosso país.

Nossas reflexões devem partir da indagação sobre o que podemos fazer para que as políticas públicas que os órgãos e as cabeças pensantes da educação e os partidos de esquerda, sobretudo do Partido dos Trabalhadores,

34 União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

35 Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação.

36 Secretaria da Educação do Ceará

37 Congresso Nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

cheguemos nas escolas do Brasil. Isso é muito complexo, pois somos um país de estudantes e temos vários tipos de escola e modelos de se fazer educação. No Ceará, temos uma cartela de modelos de escolas. Tem escola de Tempo Integral que não é profissionalizante, tem escola de Tempo Integral que é profissionalizante, tem a Escola Indígena, tem a de Ensino Regular, tem o EJA, tem a Escola do Campo... Enfim, é uma dinâmica que varia dependendo do município, região, estado, bicos e vielas. Cada caso tem que ser pensado de uma forma diferente.

O menino que, sem conhecer, foi para o Congresso da UBES e, posteriormente, se tornou diretor, fez uma caminhada estilo Cirio de Nazaré nas pastas da entidade: foi diretor de Políticas Educacionais, de Ciência e Tecnologia, diretor de LGBT (porque o menino era bicha, vale ressaltar!) e, só depois, virou vice-presidente. Viajou o Brasil inteiro e viu várias problemáticas na educação pública e privada. É muito complexo! Quando chegamos em uma mesa de debate, aponta-se apenas um norte. Mas nunca algo que serve para apenas um lugar deve ser base para diferentes trajetórias que deverão ser consolidadas. Quando se pensa em fazer uma escola feliz, imagina-se um universo de possibilidades que devem impactar positivamente a vida dos servidores efetivos e temporários, dos estudantes e de suas famílias.

Recuperação de aprendizagem e disciplinas eletivas

No Ceará, pautamos o Plano Estadual de Recuperação da Aprendizagem, que foi prejudicado durante a pandemia. Como temos as escolas de Tempo Integral, há lotação de professores só para a recuperação de aprendizagem. Isso foi uma política muito interessante, porque não existia mais a possibilidade real de se ministrar, por exemplo, uma aula de Orações Coordenadas e Subordinadas no terceiro

ano do Ensino Médio, quando os estudantes não sabiam os nove tipos de pronomes. Nesse caso tinha que se recuperar as matérias para o aluno compreender, de verdade, o que era uma oração subordinada e coordenada. No Ceará temos também um sistema de disciplinas eletivas, que os estudantes escolhem estudar no semestre para além das disciplinas da grade comum. Existe, por exemplo, eletivas de Educação Digital, Educação Sexual, História do Ceará, Literatura através do Cinema... Isso é um diferencial e um apontamento para construirmos uma educação que dialogue com as necessidades reais do dia a dia das juventudes, e que vá de encontro com a disputa de narrativas que tropeçamos com o samba da Virgínia.

Quando elaboramos sobre uma gestão democrática e participativa, precisamos discorrer também, do ponto de vista petista, sobre como fortalecer nossos coletivos de juventudes. Porque, por mais que a gente dispute os planos e estejamos nas salas de aula, precisamos de alguém interagindo de fora da escola. Se não fosse um jovem militante lá do escritório do senador Pimentel, o menino da nossa história não seria militante do PT e nem saberia que os projetos e políticas públicas da escola eram uma reivindicação bancada pelo partido. O menino foi resgatado por um militante. Então, é muito importante que os vereadores, deputados, senadores do campo progressista de esquerda fortaleçam os grupos de juventude. Porque é essa turma que está lá na base, e que toma sol todo dia para visitar grêmio estudantil, fazer roda de debate e organizar as ações políticas. Precisa dar vida a essa turma!

Problemas e desafios concretos

Para uma escola feliz, precisamos de professores felizes. Nossos professores estão doentes. Pensamos muito em educação na

perspectiva do aluno. Agora, existe escola sem professor? Os alunos vão fazer o que na escola sem professor? Está faltando professor! Hoje, precisamos ter mecanismos para que as pessoas cursem licenciaturas nas universidades, porque a galera não está mais querendo. No Ensino Médio os alunos perguntam aos professores: "Oi, tio, você é professor e trabalha

de quê?" ou "Você só dá aula ou trabalha também?" Os alunos não conseguem nem se projetar na profissão de professor.

E os professores estão ficando doentes. E falo de um estado onde temos muitas políticas, uma educação que é modelo, nosso ministro da Educação é do Ceará. Mas nossos profes-



EIXO 6

Organização setorial no Partido dos Trabalhadores, Eleições 2026, Federação Brasil da Esperança e Frente Ampla Democrática



INTRODUÇÃO



Andressa Caprecci
Relatora da mesa

Foto: Sérgio Silva

sores... Desculpem petistas leitores, vou ser o advogado do diabo aqui. Mas nossos professores, quando se fala do PT nos corredores das escolas, é como falar no inimigo que está com a ponta da faca virada para a categoria. Mas na campanha eleitoral, para se livrar de algum governo de direita, a gente faz campanha para o PT. Mas isso até quando? Vai chegar um momento que esse furúnculo vai estourar. O Pé-de-Meia é maravilhoso, mas o programa

está pagando mais aos alunos do que o auxílio alimentação dos professores temporários do estado do Ceará. Isso é muito problemático! E só ganham auxílio alimentação no Ceará professores que dão 200 horas aula. Se ele tiver 199 horas já não ganha. No Ceará, onde já se pensou muita coisa, não temos equipes de Assistência Social e de Psicólogos nas escolas. As Coordenadorias Regionais têm psicólogos, mas é 1 psicólogo para 30 escolas com 500

alunos ou mais.

Em contrapartida, no Ceará, temos o selo de Escola Antirracista, a Semana da Diversidade, temos uma série de projetos muito bacanas que a SEDUC direciona para a escola organizar. E o professor tem que pegar essa responsabilidade, porque é a partir daí que a gente faz o debate político também. Isso faz parte de um processo de disputa de narrativas e de projeto político. Quando entramos nas periferias, em

cada rua há uma Assembleia de Deus fazendo comício para o Bolsonaro. Não podemos permitir que essa lógica se estenda às escolas. Precisamos construir uma escola feliz, com coragem — muita coragem, como já dizia Guimarães Rosa. Uma escola que valorize o professor e sua saúde mental, fortaleça as juventudes organizadas e amplie as políticas públicas que garantam a meninos e meninas do Brasil a oportunidade de transformar, para melhor, suas vidas e as de suas comunidades. Que a educação

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DO PT NO CONGRESSO NACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS



Foto: Sérgio Silva

“Contra as ideias da força, a força das ideias!”

– Florestan Fernandes

Márcia Abreu

Coordenadora de Administração e Finanças da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) e representante do Núcleo de Educação e Cultura da Bancada do PT no Congresso Nacional

os tornem protagonistas de novas alternativas para o nosso futuro.

Este painel propôs realizar uma análise aprofundada sobre a organização setorial no Partido dos Trabalhadores (PT), sua articulação com o cenário político atual e as perspectivas para as eleições de 2026. Foram debatidas as dinâmicas internas do partido, os desafios da construção da Federação Brasil da Esperança e as possibilidades da Frente Ampla Democrática para fortalecer a união de forças progressistas.

Marcia Abreu, coordenadora de Administração e Finanças da Fasubra e representante do Núcleo de Educação e Cultura da Bancada do PT no Congresso Nacional, falou sobre o Núcleo como um espaço estratégico de arti-

culação política e defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Destacou avanços históricos dos governos do PT e apontou desafios atuais no Congresso. Defendeu mobilização social e articulação para propor políticas públicas.

Marta Vanelli, representante da coordenação do NAPP Educação (Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo), falou sobre a necessidade de contemplar a diversidade do país, priorizar debates coletivos e acompanhar a implementação de políticas públicas garantindo fidelidade aos princípios educacionais. Apontou os desafios internos do partido, incluindo participação efetiva dos mandatos na pauta da educação, e

a importância de envolver a militância na fiscalização e aprimoramento das políticas do MEC.

Por fim, a senadora Teresa Leitão (PT-PE) discutiu a organização setorial do PT na área da educação, destacando a Comissão de Assuntos Educacionais (CAED) do partido como espaço de formulação, articulação e defesa das políticas do partido, em conjunto com o NAPP Educação. Ressaltou a importância da articulação com a militância para fortalecer a identidade educacional do PT e enfrentar as pressões políticas.

O Núcleo de Educação do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional é um espaço estratégico de articulação política das nossas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal com entidades sindicais, estudantis, acadêmicas e movimentos sociais comprometidos com a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social. Este espaço também conta com a participação ativa das assessorias parlamentares e de representantes de diversos ministérios, com destaque para o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MinC), conforme a pauta de discussão.

Em 2025, o Núcleo foi coordenado pelo deputado federal Fernando Mineiro (PT-RN), que assumiu o desafio de fortalecer ainda mais o papel deste espaço na formulação, acompanhamento e defesa das políticas públicas educacionais.

Desafios para o funcionamento do Núcleo

A atuação do Núcleo enfrenta importantes desafios que exigem mobilização e engajamento permanentes, entre os quais destaco:

1. Ampliar a participação das entidades representativas da educação e dos movimentos sociais, fortalecendo o diálogo democrático e plural com os diversos segmentos da sociedade civil organizada.

2. Garantir maior presença e envolvimento de deputados e senadores nas reuniões e atividades propostas pelo Núcleo, reforçando a unidade e a atuação parlamentar conjunta em defesa da educação.

3. Qualificar os debates e antecipar as pautas, aprofundando o processo de formulação de políticas públicas com base em evidências, escuta social e compromisso com a justiça educacional.

4. Mobilizar a sociedade para aprovação de propostas relevantes e, ao mesmo tempo, organizar resistência contra projetos que atacam direitos e desmontam as conquistas educacionais históricas.

A importância da presidência da Comissão de Educação

Além dos desafios cotidianos, propomos uma reflexão política fundamental: a necessidade de o PT voltar a ocupar a presidência da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Historicamente, compreendemos essa presidência como um instrumento central de incidência qualificada na definição das políticas públicas da área. Entre 2000 e 2012, o Partido dos Trabalhadores presidiu a Comissão em nove oportunidades, com importantes lideranças à frente:

- 2000 - Gilmar Machado / Pedro Wilson
- 2002 - Esther Grossi
- 2004 - Carlos Abicalil
- 2005 - Paulo Delgado
- 2006 - Neide Aparecida
- 2009 - Maria do Rosário
- 2010 - Ângelo Vanhoni
- 2011 - Fátima Bezerra
- 2012 - Newton Lima

Após esse período, o partido deixou de priorizar a ocupação deste espaço. É hora de

retomar essa estratégia, dialogando com a bancada, apresentando nossas preocupações e reafirmando a centralidade da educação em nosso projeto de país.

Também é importante registrar o trabalho de excelência dos(as) assessores(as) que contribuíram intensamente nesse percurso: Zuleide Teixeira, Carlos Baldijão, Rosário Almeida, João Monlevade, Bruno Costa, Walisson Araújo, Jules Pereira e Lizete Marques.

Conjuntura e avanços históricos

As políticas públicas educacionais avançam ou retrocedem conforme a conjuntura política. Em períodos autoritários, observamos retrocessos profundos, ataques à autonomia educacional e desmonte das instituições públicas.

Durante os governos do PT, no primeiro ciclo, o Brasil registrou avanços significativos, tais como:

- Criação do FUNDEB
- Instituição da Lei do Piso Salarial do Magistério
- Ampliação da educação básica obrigatória dos quatro aos 17 anos
- Aprovação da Lei de Cotas para acesso ao Ensino Superior
- Expansão das Universidades e dos Institutos Federais
- Aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE)

Por outro lado, com o golpe de 2016 e o período que se seguiu, assistimos a um ciclo de desmonte com a aprovação da Emenda do Teto de Gastos, reforma do Ensino Médio sem debate público, nomeação de interventores em Universidades e Institutos Federais, e ataques constantes à credibilidade das instituições educacionais.

Caminhos para avançar

Para recuperar os retrocessos e avançar nas políticas públicas de educação, é necessário:

- Refazer os processos de diálogo e escuta
- Qualificar os debates legislativos e a formulação das propostas
- Garantir mobilização social ampla e articulada, com participação efetiva dos diversos atores educacionais

Um exemplo recente de processo bem conduzido — ainda que com resultado aquém do desejado — foi a rediscussão da reforma do Ensino Médio. O governo federal suspendeu sua implementação, abriu consulta pública, enviou novo texto com melhorias significativas, e o Senado promoveu avanços importantes que, infelizmente, foram desconsiderados na Câmara. Apesar disso, o processo evidenciou a força da mobilização social e do debate público qualificado.

Paralelamente, o governo Lula adotou ações importantes, como a expansão do Ensino em Tempo Integral e a implementação do programa Pé-de-Meia, que fortalece a permanência de estudantes no ensino médio.

Um Congresso Nacional cada vez mais desafiador

O cenário político atual no Congresso Nacional impõe enormes desafios à atuação parlamentar comprometida com os direitos sociais, em especial com a educação pública. A correlação de forças desfavorável tem dificultado o avanço de proposições progressistas e comprometido a qualidade do debate legislativo.

A presença de uma bancada reacionária e descomprometida com as reais demandas da população brasileira tem gerado um ambiente de constantes embates. Proliferam propostas com forte apelo moralista, autoritário e puniti-

vista, que instrumentalizam temas sociais sensíveis — como a violência nas escolas — para justificar a militarização, o endurecimento penal e o armamentismo.

Nesse contexto, a atuação parlamentar responsável e coerente torna-se cada vez mais difícil. Projetos absurdos ocupam tempo e espaço que deveriam ser destinados à formulação e aprovação de políticas públicas estruturantes, voltadas à garantia de direitos e à redução das desigualdades. Ao mesmo tempo em que lutamos pela construção e implementação de políticas fundamentais — como o novo Plano Nacional de Educação, o financiamento público adequado e o fortalecimento da escola pública — somos forçados a dedicar energia para conter retrocessos, desmontes e ataques aos princípios constitucionais da educação.

A defesa da educação no Congresso exige

firmeza, estratégia, articulação e mobilização social. É fundamental que o Núcleo de Educação do PT se fortaleça como espaço de resistência, mas também de proposição, contribuindo para qualificar o debate, defender as conquistas históricas e garantir avanços no marco de um projeto democrático e popular para o país.

Compromisso com o presente e o futuro

O programa de governo do presidente Lula afirma que “a construção de uma sociedade do conhecimento, associada à educação gratuita e de qualidade, terá papel central no desenvolvimento do Brasil.”

Para cumprir esse compromisso, é necessário, entre outros:

- Promover uma verdadeira transformação digital na educação
- Superar os danos causados

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL: AS CAPACIDADES DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E DE NORMATIZAÇÃO NACIONAL



Foto: Sérgio Silva

“Um grande desafio é o acompanhamento e a fiscalização de como os governos municipais e estaduais implementam as propostas educacionais do MEC.”

Marta Vanelli

Representante da coordenação do NAPP Educação (Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas - Educação, da Fundação Perseu Abramo)

pela pandemia

- Recuperar os recursos do Pré-sal para o financiamento da educação
- Implementar o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como referência do financiamento da educação pública
- Aprovar o novo Plano Nacional

de Educação, com metas realistas e orçamento compatível com as necessidades do povo

Conclusão

O Núcleo de Educação do PT no Congresso Nacional é um espaço político estratégico,

não apenas para articular e qualificar a atuação parlamentar, mas também para construir pontes permanentes com a sociedade civil, os movimentos sociais, as entidades educacionais e a comunidade acadêmica. Sua existência é vital para garantir que as pautas da educação estejam no centro do debate legislativo e das prioridades do Estado brasileiro.

Mais do que reagir a retrocessos, o Núcleo tem o papel de propor, liderar e mobilizar em torno de uma agenda educacional transformadora, democrática e inclusiva. Isso exige escuta ativa, formulação consistente e, sobretudo, articulação com a base social que sustenta as lutas históricas por uma educação pública de qualidade.

Sabemos que nenhum avanço se sustenta sem mobilização social ampla e consciente. As conquistas que temos ao longo dos governos do PT só são possíveis quando há participação popular, engajamento dos trabalhadores da educação, protagonismo estudantil e compromisso coletivo com um projeto de país justo e igualitário.

Diante dos desafios do presente e das disputas no Congresso Nacional, é fundamental fortalecer o Núcleo como instrumento de ação política e de resistência democrática, reafirmando a centralidade da educação no desenvolvimento nacional e na redução das desigualdades.

Seguiremos firmes, com organização, unidade e coragem. A educação pública é direito, é projeto de presente e de futuro, e será sempre prioridade no nosso campo de luta.

Tenho 39 anos de militância na educação. Além do movimento sindical, sou coordenadora do Setorial de Educação do PT em Santa Catarina, e em 2024 fui convidada a contribuir com o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP) Educação da Fundação

Perseu Abramo. Isso amplia o conhecimento sobre as perspectivas, os desafios e as dificuldades que encontramos no dia a dia.

Existem inúmeras organizações onde os peristas atuam que têm excelentes formulações sobre concepção de educação em todos os níveis e modalidades. Também temos espaços de articulação e de pactuação dessas formulações, além de muita capacidade para agregar todas essas formulações diante da diversidade das entidades e da realidade nacional em que vivemos.

O Brasil é um continente, não é apenas um país e toda sua diversidade, do norte ao sul, do leste a oeste desse país, precisa ser contemplada em nossos documentos. Isso é muito importante, porque precisamos continuar formulando, construir unidade nessas formulações, nas propostas de políticas públicas e de princípios de educação que queremos.

Por isso que, quando nos deparamos com a tarefa de elaborar propostas para o plano de governo, precisamos fazer várias reuniões para debater a quais pontos vamos dar prioridade. Foi assim com as 13 propostas para o plano de governo do Lula em 2022, como foi em 2024 quando, no NAPP, elaboramos propostas para os planos de governos municipais, tanto para os/as candidatos às prefeituras, como para os/as candidatos/as a vereadores e vereadoras.

Além de elaborar e apresentar o documento, o NAPP realizou uma proposta inovadora, abrindo um canal para dúvidas e orientações com os/as candidatos/as. Foram várias salas abertas de forma virtual onde tiramos dúvidas e orientamos sobre nossas propostas para a educação no âmbito do município. Este canal foi muito importante para os candidatos/as não proporem em seu programa de campanha algo que não é de competência do município. Foi uma experiência muito interessante que preci-

sa ser aprimorada e, talvez, adotada pela coordenação do Setorial de Educação nos estados para os/as candidatos/as ao governo e às Assembleias Estaduais e à Câmara Federal.

Outro grande desafio é o acompanhamento e a fiscalização de como os governos municipais e estaduais implementam as propostas educacionais do MEC, especialmente no governo do PT. Nos deparamos com muitos absurdos, tanto de governos de extrema direita, de direita e mesmo de esquerda. Nos nossos sindicatos nos deparamos e enfrentamos os governos, mas esse enfrentamento foi e é insuficiente no sentido de

barrar a implementação dessas propostas completamente equivocadas.

Uma dessas propostas são as das escolas cívico-militares que até os governos estaduais do PT continuam implantando. Outra é a Escola em Tempo Integral. Estados e municípios aderem à proposta do Ministério da Educação (MEC) de Ensino em Tempo Integral e, como conselheira do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis, estou vivenciando como a prefeitura está implementando essa política. Chamam o programa de integralização, e é implementado nos 2º e 5º anos, além da alteração da carga horária dos componentes curriculares

ORGANIZAÇÃO SETORIAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, ELEIÇÕES 2016, FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA E FRENTE AMPLA DEMOCRÁTICA



Foto: Sérgio Silva

“Na disputa eleitoral de 2026, a contribuição do nosso setorial há de ser renovada com o que temos a mostrar e o muito que ainda temos a construir.”

Teresa Leitão
Coordenadora Nacional do Setorial de Educação do PT
Senadora da República PT-PE

nos 9º anos. É justamente nesses anos que é realizada a avaliação do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), e a integralização tem como objetivo treinar estudantes para as provas e melhorar o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), não por mérito de conhecimento, mas pela chamada educação de treinamento.

Eles acabam destruindo, na prática, a nossa proposta de Escola em Tempo Integral. Destroem, junto aos profissionais da educação e junto à comunidade escolar, a escola que nós sonha-

mos e que de fato pode melhorar a educação. Esta é a prova da necessidade do MEC acompanhar a implementação de seus programas, em especial os que têm aporte financeiro.

Também há a necessidade dos atuais membros do MEC dialogarem com os profissionais da educação, e não apenas com a organização dos gestores, seja com os secretários municipais de Educação (UNDIME), seja com os secretários estaduais (CONSED). Afinal, somos nós os profissionais da educação que implementamos as políticas educacionais nas escolas.

Para finalizar não poderia deixar de abordar os problemas internos do nosso partido, assim como os mandatos. Problemas de funcionamento, de respeito para quem pensa diferente, e de democracia. E espero que no PED, o Processo de Eleição Direta do partido em curso, consigamos resolver parte destes problemas. Outra questão são os mandatos que não contribuem ou contribuem muito pouco com a organização do Setorial da Educação, colaborando apenas quando a pauta da educação lhes dá algum capital político para a reeleição, e não com o propósito de contribuir na construção deste setor no partido.

Em relação aos partidos na nossa federação, como convivemos bem com o PCdoB no movimento sindical, não temos dificuldade de conviver com eles na federação em relação à concepção de educação que queremos construir.

Por fim mesmo, penso que precisamos continuar aprofundando e envolvendo cada vez mais a nossa militância nesse debate educacional e, principalmente, acompanhar e fiscalizar a implantação das políticas do MEC no âmbito de cada estado e município. Acho que essa é uma tarefa grande que nós precisamos abraçar.

Cada organismo do PT envolvido com a pauta da educação – a Comissão Nacional de Assuntos Educacionais (CAED), que é hoje o Setorial de Educação do PT; o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP-Educação), ligado à Fundação Perseu Abramo; e o Núcleo de Educação do PT no Congresso Nacional – representa um espaço de grande potencial na formulação, articulação e defesa das teses do partido para a política educacional. E quanto mais articulados estiverem entre si, mais força e visibilidade daremos à nossa concepção e às nossas propostas de uma educação pública de qualidade, emancipadora e socialmente referenciada.

Nós, do Setorial de Educação/CAED, temos vida orgânica dentro do PT. Estamos presentes em todos esses outros espaços e, assim como em nossas coordenações, contamos com a participação de parlamentares e de pesquisadores junto a nós. Somos coordenados pela Secretaria de Movimentos Populares, juntamente com os demais setoriais de outros segmentos organizados. Entendo que todos os setoriais devem buscar filiados da sua área – no nosso caso educação – para dar capilaridade às propostas do partido. O objetivo é construir unidade partidária, que se expresse nos diferentes ambientes, nas diferentes vivências e representações dos filiados e filiadas.

Nós vimos ao longo desse seminário a realidade educacional brasileira e os desafios do PT a presença de gestores, estudantes, parlamentares, dirigentes dos movimentos sindical e estudantil. É aí que está a educação que o PT defende!

Essas experiências precisam ser objeto de troca, de sistematização, de atualização promovidas pelo setorial, como estamos fazendo neste seminário. Que o PT tenha uma identidade educacional e que nós nos reconheçamos nesta identidade.

Notadamente quando estamos ocupando a Presidência da República, em um governo que tem a educação como prioridade, os nossos desafios aumentam, no sentido de proteger as teses consolidadas pelo PT e, ao mesmo tempo, estabelecer linhas de diálogo constante para encaminhá-las nas políticas públicas e legislações necessárias.

No caso específico da educação, defendemos que haja nitidez nas posições do PT, firmes e fortes, que possam nos servir de norte, considerando que a disputa de projetos para a educação, historicamente, sempre esteve muito presente na sociedade.

O outro aspecto que quero destacar

é a posição dos setoriais na estrutura do PT, qual seja, todos embarcados no grande guarda-chuva da Secretaria de Movimentos Populares, o que deveria nos oferecer melhores condições de interatividade em pautas e ações correlacionadas com a especificidade dos setores. Cito como exemplo o necessário diálogo entre os setoriais de Educação e Ciência e Tecnologia, para tratar de educação digital. Da mesma forma, o Setorial de Educação e o Setorial do Meio Ambiente precisam juntos tratar

da política educacional da transição climática e sustentabilidade.

Em outra linha de atuação, as secretarias e setoriais do partido também possuem um potencial grande a ser articulado com o Setorial de Educação. Destaco, pelo menos, quatro: Secretaria de Combate ao Racismo (Educação antirracista), Secretaria da Mulher (Educação não sexista), Secretaria LGBT (Escola sem homofobia), e Secretaria da Juventude (Direitos dos estudantes na educação).

Encaminhamentos para a CAED apresentados no seminário conjunto com a FPA *A realidade educacional brasileira e os desafios do PT*

O desafio da articulação precisa ser enfrentado com vistas a uma construção partidária mais robusta, com mais indicadores da identidade partidária que o PT afirma junto à sua militância.

As pressões existem, as tensões existem, mas não é isso que deve nos desanimar. Ao contrário, os desafios devem nos estimular na busca por saídas estratégicas e fortalecedoras para a atuação do PT na sua base militante.

O nosso setorial tem uma organização interna que tenta atender a esses desafios da articulação e da pluralidade de representação no colegiado da sua coordenação nacional, além da figura da coordenadora. Tentamos contemplar a diversidade das tendências políticas do PT e a regionalidade, o movimento sindical da educação e os estudantes, os gestores e gestoras, os parlamentares e os pesquisadores e pesquisadoras acadêmicas. Até hoje, desde os tempos da CAED, nossa coordenação foi escolhida por consenso dos estados e temos setoriais estaduais em quase todo o

Essas sugestões foram apresentadas ao longo dos eixos temáticos. ■

